



PGM

Porto Velho

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 21/06/2026, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Procuradoria Geral Municipal de Porto Velho**. Assim que divulgados o caderno de provas, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **PGM Porto Velho** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/9a5633a2-b5ba-4929-97a0-7d6a0555e433/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/rankings/a472e973-ee57-4e17-984c-71e873c1e174>



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PGM PORTO VELHO

PROVA COMENTADA

QUESTÃO 1

Assinale a opção em que é corretamente citado o método moderno de interpretação constitucional em que o intérprete deve partir do pressuposto de que há uma ordem de valores e um sistema cultural que precedem o texto constitucional, devendo ser tal ordem e tal sistema os objetos de maior de proteção do intérprete, de modo que suas interpretações devem ser feitas a partir de uma visão sistêmica da realidade social, levando em consideração os elementos valorativo, integrativo e sociológico.

- A) método científico-espiritual
- B) método tópico-problemático
- C) método normativo-estruturante
- D) método jurídico ou hermenêutico clássico
- E) método hermenêutico-concretizador

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda os métodos modernos de interpretação constitucional, especificamente aquele que valoriza os elementos axiológicos, culturais e sociológicos que fundamentam o texto constitucional.

O método científico-espiritual, desenvolvido por Rudolf Smend, compreende a Constituição como um sistema de valores e como instrumento de integração social. Para esse método, o intérprete deve buscar o "espírito" da Constituição, considerando os valores subjacentes ao texto e a realidade social em que ele se insere, privilegiando uma interpretação integrativa e sociológica.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois o método científico-espiritual é precisamente aquele que parte de uma ordem de valores e de um sistema cultural que antecede o texto constitucional, utilizando elementos valorativos, integrativos e sociológicos para a interpretação, conforme descrito no enunciado.

A alternativa B está incorreta, pois o método tópico-problemático parte do problema concreto para a norma, buscando soluções adequadas ao caso, sem a ênfase nos valores culturais e na visão sistêmica social mencionados no enunciado.

A alternativa C está incorreta, pois o método normativo-estruturante, de Friedrich Müller, distingue programa normativo e âmbito normativo, focando na concretização da norma a partir da realidade, mas não enfatiza a ordem de valores precedente ao texto.

A alternativa D está incorreta, pois o método jurídico ou hermenêutico clássico utiliza os cânones tradicionais de interpretação (gramatical, histórico, sistemático e teleológico), sem a dimensão axiológica e integrativa destacada no enunciado.

A alternativa E está incorreta, pois o método hermenêutico-concretizador, de Konrad Hesse, parte da pré-compreensão do intérprete e do texto constitucional para concretizar a norma, privilegiando a primazia do texto sobre o problema, diferentemente do enfoque valorativo-cultural descrito.

QUESTÃO 2

No que concerne ao poder constituinte, assinale a opção correta.

A) Constituição estadual pode impor a prefeito municipal o dever de comparecimento perante a câmara de vereadores, haja vista as funções do poder constituinte derivado decorrente.

B) No Brasil, adota-se a posição juspositivista em relação ao poder constituinte originário, de forma que não há possibilidade de declaração de inconstitucionalidade de norma oriunda dele.

C) As limitações ao poder constituinte derivado reformador estão expressas no texto constitucional, não se admitindo limitações implícitas.

D) Com base no princípio da simetria, o poder constituinte derivado decorrente pode estabelecer para o governador de estado a imunidade penal relativa, a fim de que ele somente responda pelos atos ligados ao exercício de seu mandato.

E) Os municípios gozam de poder constituinte derivado decorrente, devendo observar as normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e na respectiva Constituição estadual.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda o poder constituinte em suas diversas manifestações: originário, derivado reformador e derivado decorrente, bem como suas características e limitações.

O poder constituinte originário é inicial, ilimitado juridicamente e incondicionado. No Brasil, prevalece a tese juspositivista de que não há controle de constitucionalidade de normas originárias da Constituição, conforme entendimento consolidado pelo STF (ADI 815), que não admite a teoria das normas constitucionais inconstitucionais.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição Estadual não pode impor a prefeito municipal o dever de comparecimento perante a câmara de vereadores. Trata-se de matéria que deve ser disciplinada pela Lei Orgânica do Município, observado o princípio da autonomia municipal. O poder constituinte decorrente estadual não pode invadir competência organizacional dos municípios.

A alternativa B está correta, pois o STF adota posição que refuta o controle de constitucionalidade de normas constitucionais originárias. Na ADI 815, o Tribunal afirmou que não existe hierarquia entre normas constitucionais originárias, não sendo possível declarar a inconstitucionalidade de dispositivo inserido pelo poder constituinte originário.

A alternativa C está incorreta, pois a doutrina e a jurisprudência reconhecem a existência de limitações implícitas ao poder constituinte derivado reformador, além das cláusulas pétreas expressas no art. 60, §4º, da CF/88. São exemplos o titular do poder constituinte e as próprias normas sobre o processo de reforma.

A alternativa D está incorreta, pois o STF entende que a imunidade penal relativa prevista para o Presidente da República (art. 86, §4º, CF) não se estende aos governadores por simetria. Trata-se de norma excepcional de estatura constitucional que não pode ser ampliada pelo constituinte estadual (ADI 978).

A alternativa E está incorreta, pois os municípios não são titulares de poder constituinte derivado decorrente. Os municípios elaboram Leis Orgânicas, que não são consideradas manifestação de poder constituinte, mas sim expressão de autonomia político-administrativa conferida pela Constituição Federal.

QUESTÃO 3

Pedro nasceu em Londres em dezembro de 1991, filho de pai brasileiro que estava servindo como diplomata na Embaixada do Brasil no Reino Unido. Após casar-se com Paola, cidadã italiana, Pedro adquiriu voluntariamente a nacionalidade derivada italiana, sem que houvesse qualquer imposição para sua permanência na Itália ou para o exercício de direitos civis. Atualmente, o casal reside no Brasil, onde Pedro se filiou a partido político e está em pleno exercício de seus direitos políticos. Pedro pretende candidatar-se nas próximas eleições, em outubro de 2026, a cargo no qual será empossado em 2027, se eleito. Na situação hipotética precedente, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Pedro

A) poderá candidatar-se a deputado federal, mas, se eleito, não poderá exercer a presidência da casa, uma vez que não é brasileiro nato.

B) poderá, como brasileiro naturalizado, ser candidato a qualquer cargo no Poder Legislativo, porém não poderá concorrer aos cargos de presidente e vice-presidente da República.

C) não poderá candidatar-se a nenhum cargo, pois perdeu a nacionalidade brasileira ao adquirir a nacionalidade derivada italiana.

D) poderá candidatar-se a governador de estado se estiver com o domicílio eleitoral na circunscrição, porém não poderá ser candidato a senador da República.

E) poderá candidatar-se a presidente da República, ainda que, no momento da eleição, ele não tenha a idade mínima constitucionalmente prevista.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda nacionalidade brasileira nata e condições de elegibilidade. Pedro é brasileiro nato por ser filho de brasileiro a serviço do Brasil no exterior, e a aquisição de nacionalidade italiana não acarretou perda da nacionalidade brasileira, pois não houve imposição de naturalização.

Nos termos do art. 12, I, "b", da CF/88:

"São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil."

Quanto à idade mínima, o art. 14, §3º, VI, "a", da CF/88 exige 35 anos para Presidente, verificada na data da posse. Pedro, nascido em dezembro de 1991, completará 35 anos em dezembro de 2026, antes da posse em janeiro de 2027.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois Pedro é brasileiro nato, podendo exercer a presidência da Câmara dos Deputados, cargo privativo de brasileiro nato conforme art. 12, §3º, II, da CF/88.

A alternativa B está incorreta, pois Pedro não é brasileiro naturalizado, mas sim brasileiro nato, por ter nascido de pai brasileiro a serviço do Brasil no exterior.

A alternativa C está incorreta, pois a aquisição de outra nacionalidade por reconhecimento de nacionalidade originária ou sem imposição de naturalização não acarreta perda da nacionalidade brasileira, conforme art. 12, §4º, II, da CF/88.

A alternativa D está incorreta, pois Pedro, sendo brasileiro nato, pode candidatar-se tanto a governador quanto a senador, não havendo qualquer restrição constitucional.

A alternativa E está correta, pois Pedro é brasileiro nato e, embora tenha 34 anos na data da eleição (outubro de 2026), completará 35 anos antes da posse em janeiro de 2027, atendendo ao requisito constitucional que exige a idade mínima na data da posse.

QUESTÃO 4

Acerca da organização do Estado, assinale a opção correta, considerando, no que couber, a jurisprudência do STF.

A) A vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito deve atender à previsão constitucional federal e estadual, haja vista a necessária simetria constitucional.

B) Os territórios reger-se-ão por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da casa legislativa, sendo vedada sua divisão em municípios.

C) Lei estadual pode estabelecer a presença obrigatória de representante da Ordem dos Advogados do Brasil na composição de corregedoria tributária de controle externo da respectiva unidade da Federação.

D) É constitucional lei municipal que determine a obrigatoriedade de equipar os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores.

E) Lei federal que permita que os estados e o Distrito Federal sejam demandados fora de seus respectivos limites territoriais é inconstitucional, pois desconsidera a prerrogativa constitucional de auto-organização dos referidos entes.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

O STF entende que os estados e o Distrito Federal não podem ser obrigados a responder judicialmente fora de seus respectivos limites territoriais, pois isso viola sua autonomia político-administrativa e sua capacidade de auto-organização.

A alternativa A está incorreta, pois a disciplina da sucessão dos cargos de prefeito e vice-prefeito, especialmente em caso de dupla vacância, insere-se na autonomia política municipal. Não há necessidade de reprodução obrigatória dos modelos federal e estadual.

A alternativa B está incorreta, pois os territórios federais não são regidos por lei orgânica própria. De acordo com o art. 33 da Constituição, uma lei federal disporá sobre sua organização administrativa e judiciária. Além disso, os territórios podem ser divididos em municípios, conforme o art. 33, § 1º, da Constituição.

A alternativa C está incorreta, pois o STF considerou inconstitucional a imposição, por lei estadual, da participação obrigatória de representante da OAB em órgão da Administração Pública estadual. No julgamento da ADI 4.579/RJ, admitiu-se que o governador possa convidar um representante da OAB, mediante consenso com a entidade, mas não que a legislação estadual imponha essa participação.

A alternativa D está incorreta, pois o STF, ao julgar norma de conteúdo idêntico na ADI 3.671/DF, declarou inconstitucional a obrigatoriedade de instalar dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores nos ônibus utilizados no transporte coletivo. A matéria envolve trânsito, transporte e direito do trabalho, temas de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I e XI, da Constituição.

A alternativa E está correta, pois, no julgamento conjunto das ADIs 5.492 e 5.737, o STF conferiu interpretação conforme à Constituição aos arts. 46, § 5º, e 52, parágrafo único, do Código de Processo Civil. A Corte decidiu que as ações contra os estados e o Distrito Federal devem ser propostas em foro situado

dentro dos respectivos limites territoriais. Permitir que esses entes sejam demandados fora de seus territórios violaria o pacto federativo e a prerrogativa constitucional de auto-organização.

-

QUESTÃO 5

Assinale a opção correta de acordo com as disposições constitucionais relativas à administração pública.

A) A incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo terá como índice 1/35 da remuneração por ano de percepção da vantagem.

B) Há possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos quando houver compatibilidade de horários entre um cargo de professor e outro de qualquer natureza.

C) Extinto o cargo ocupado ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, mantendo sua remuneração integral até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

D) A previsão do teto salarial do subsídio de ministro do STF aplica-se também a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como a suas subsidiárias.

E) O servidor público titular de cargo efetivo readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental terá alteração na remuneração conforme o novo cargo ocupado.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão exige atenção à alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 138/2025. A nova redação do art. 37, XVI, “b”, da Constituição passou a permitir, havendo compatibilidade de horários, a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro cargo de qualquer natureza, observando-se também o teto remuneratório constitucional. Antes da emenda, o segundo cargo precisava ter natureza técnica ou científica.

Dessa forma, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição veda a incorporação de vantagens de caráter temporário ou relacionadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. Não existe incorporação à razão de 1/35 por ano de percepção. Trata-se da regra prevista no art. 39, § 9º, da Constituição.

A alternativa B está correta, pois, após a Emenda Constitucional nº 138/2025, o art. 37, XVI, “b”, da Constituição permite a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, desde que haja compatibilidade de horários e seja respeitado o teto remuneratório previsto no art. 37, XI.

A alternativa C está incorreta, pois, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, e não com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, conforme o art. 41, § 3º, da Constituição.

A alternativa D está incorreta, pois o teto remuneratório não se aplica indistintamente a todas as empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias. De acordo com o art. 37, § 9º, da Constituição, ele se aplica às entidades que recebam recursos da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

A alternativa E está incorreta, pois, na readaptação, deve ser mantida a remuneração do cargo de origem, não havendo alteração remuneratória conforme o cargo de destino. O servidor também deve possuir a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o novo cargo, nos termos do art. 37, § 13, da Constituição.

Gabarito: B.

-

QUESTÃO 6

Acerca da organização dos Poderes do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

A) Se o deputado federal ou senador da República extrapolar os limites da sua imunidade material parlamentar, haverá responsabilização do Estado, sob o regime de responsabilidade civil objetiva.

B) O presidente da República somente pode ser preso em flagrante por crime inafiançável ou por determinação do STF.

C) O presidente da República pode denunciar tratado internacional aprovado pelo Congresso Nacional para que produza efeitos no ordenamento jurídico interno, independentemente da aprovação da referida denúncia pelo Congresso Nacional.

D) Ocorrendo a vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República nos dois últimos anos de mandato, a eleição para ambos os cargos deve ser realizada pelo Congresso Nacional trinta dias depois da última vaga.

E) Tendo em vista o princípio democrático de igualdade de votos, o STF julgou inconstitucional a previsão de número mínimo e máximo de deputados federais por unidade da Federação.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda as imunidades parlamentares, a responsabilidade do presidente da República, a denúncia de tratados internacionais, a dupla vacância presidencial e a representação dos estados na Câmara dos Deputados.

Dessa forma, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o STF, no Tema 950 da repercussão geral, decidiu que, quando a conduta ultrapassar os limites da imunidade material, a eventual responsabilização será pessoal, direta e exclusiva do próprio parlamentar, sob o regime de responsabilidade civil subjetiva. Não haverá responsabilidade civil objetiva do Estado.

A alternativa B está incorreta, pois, enquanto não sobrevier sentença condenatória por infração penal comum, o presidente da República não estará sujeito a prisão, conforme o art. 86, § 3º, da Constituição. A possibilidade de prisão em flagrante por crime inafiançável é uma regra aplicável aos deputados e senadores, prevista no art. 53, § 2º, e não ao presidente da República.

A alternativa C está incorreta, pois o STF estabeleceu, no julgamento da ADC 39 e da ADI 1.625, que a denúncia, pelo presidente da República, de tratado internacional anteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, para produzir efeitos no ordenamento jurídico interno, depende da aprovação do Congresso Nacional. Portanto, o presidente não pode, por sua vontade exclusiva, retirar do direito interno as normas do tratado.

A alternativa D está correta, pois, ocorrendo a vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos será realizada pelo Congresso Nacional, trinta dias depois da última vaga, na forma da lei. Trata-se de eleição indireta, e os eleitos apenas completarão o período dos antecessores, conforme o art. 81, §§ 1º e 2º, da Constituição.

A alternativa E está incorreta, pois a própria Constituição estabelece que a representação de cada unidade da Federação na Câmara dos Deputados observará o mínimo de oito e o máximo de setenta deputados. Na ADI 815, o STF rejeitou a possibilidade de declarar inconstitucional uma norma constitucional originária em confronto com outra norma igualmente originária, pois não existe hierarquia entre elas. Logo, a previsão constitucional dos limites mínimo e máximo não foi declarada inconstitucional.

-

QUESTÃO 7

No que diz respeito ao Poder Judiciário, assinale a opção correta, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

A) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em todos os juízos e tribunais, que deverão funcionar, nos dias em que não houver expediente forense normal, com juízes em plantão permanente.

B) Nos tribunais de justiça compostos de mais de 170 desembargadores em efetivo exercício, a eleição para os cargos diretivos será realizada entre os membros do tribunal pleno, por maioria absoluta e por voto direto e secreto, para um mandato de 2 anos, vedada mais de uma recondução sucessiva.

C) O juiz que, justificadamente ou não, retiver os autos em seu poder além do prazo legal não poderá ser promovido.

D) A função de corregedor do Conselho Nacional de Justiça será exercida pelo ministro do TST ou do STJ que compuser aquele órgão.

E) Um quinto dos lugares dos tribunais superiores, dos tribunais regionais federais, dos tribunais dos estados e do Distrito Federal e territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dezoito anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição veda férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, e não em todos os tribunais, como afirma o item. A vedação não abrange, por exemplo, os tribunais superiores. Nos dias sem expediente forense normal, deverão funcionar juízes em plantão permanente, conforme o art. 93, XII, da Constituição.

A alternativa B está correta, pois reproduz a regra inserida no art. 96, parágrafo único, da Constituição pela Emenda Constitucional nº 134/2024. Nos tribunais de justiça compostos de mais de 170 desembargadores em efetivo exercício, a eleição para os cargos diretivos será realizada entre os membros do tribunal pleno, por maioria absoluta e voto direto e secreto, para mandato de dois anos, vedada mais de uma recondução sucessiva.

A alternativa C está incorreta, pois somente não poderá ser promovido o juiz que, injustificadamente, retiver os autos em seu poder além do prazo legal. A alternativa afirma que a vedação ocorreria ainda que a retenção fosse justificada, contrariando o art. 93, II, “e”, da Constituição.

A alternativa D está incorreta, pois a função de Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça é exercida especificamente pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça que integra o Conselho, e não pelo ministro do TST, conforme o art. 103-B, II e § 5º, da Constituição.

A alternativa E está incorreta, pois o quinto constitucional previsto no art. 94 alcança os tribunais regionais federais e os tribunais dos estados, do Distrito Federal e dos territórios, não genericamente todos os tribunais superiores. Além disso, exige-se dos membros do Ministério Público mais de dez anos de carreira, e não mais de dezoito anos. Para os advogados, são exigidos notório saber jurídico, reputação ilibada e mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

-

QUESTÃO 8

No que se refere às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

A) O Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público será o representante do Ministério Público Federal naquele órgão.

B) As carreiras da advocacia pública, da Defensoria Pública e do Ministério Público gozam das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.

C) Os defensores públicos, caso autorizados por lei estadual, podem exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

D) Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios maior de trinta e cinco anos pode ser nomeado pelo presidente da República como procurador-geral da República, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal.

E) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União judicial e extrajudicialmente, e realiza a atividade de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes da República.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios integra o Ministério Público da União. Assim, um membro do MPDFT com mais de 35 anos pode ser escolhido pelo presidente da República para o cargo de procurador-geral da República, desde que seu nome seja aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal.

A alternativa A está incorreta, pois o Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público é escolhido, por votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o próprio CNMP. A Constituição não determina que a função seja necessariamente exercida pelo representante do Ministério Público Federal. Também é vedada a recondução do Corregedor Nacional, conforme o art. 130-A, § 3º, da Constituição.

A alternativa B está incorreta, pois as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são expressamente asseguradas aos membros do Ministério Público. Aos defensores públicos, a Constituição assegura expressamente a inamovibilidade, mas não a vitaliciedade. Quanto aos integrantes da Advocacia Pública, a Constituição assegura aos procuradores dos estados e do Distrito Federal estabilidade após três anos de efetivo exercício, e não vitaliciedade.

A alternativa C está incorreta, pois a Constituição veda expressamente aos defensores públicos o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais. Essa proibição decorre diretamente do art. 134, § 1º, da Constituição e, portanto, não pode ser afastada por lei estadual.

A alternativa D está correta, pois o MPDFT é um dos ramos do Ministério Público da União. O art. 128, § 1º, determina que o procurador-geral da República seja nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira maiores de 35 anos, após aprovação do nome pela maioria absoluta do Senado Federal. Logo, um membro do MPDFT que preencha o requisito etário pode ser nomeado para o cargo.

A alternativa E está incorreta, pois, embora a Advocacia-Geral da União represente a União judicial e extrajudicialmente, suas atividades de consultoria e assessoramento jurídico destinam-se especificamente ao Poder Executivo, e não indistintamente a todos os Poderes da República, conforme o art. 131 da Constituição.

-

QUESTÃO 9

A respeito do modelo brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A) O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade é do tipo misto, admitindo o controle de constitucionalidade por meio de exceção (controle difuso) e por via de ação (controle concentrado).
- B) A inconstitucionalidade formal, por constituir questão interna corporis, só pode ser examinada pelas comissões de constituição e justiça do parlamento.
- C) Em razão do fenômeno da objetivação do controle difuso, não se admite mais que o Senado Federal suspenda a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF.
- D) O controle concentrado de constitucionalidade de lei federal é exercido pelo STJ.
- E) O controle de constitucionalidade no Brasil é exclusivamente político, competindo ao Poder Legislativo decidir sobre a validade das normas, tal como no modelo inglês.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda o modelo brasileiro de controle de constitucionalidade, que se caracteriza pela combinação de diferentes sistemas de fiscalização da supremacia constitucional.

O Brasil adota o sistema misto ou híbrido de controle de constitucionalidade, reunindo características do modelo norte-americano (controle difuso, incidental, por via de exceção) e do modelo europeu (controle concentrado, principal, por via de ação direta). No controle difuso, qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de uma norma no caso concreto; no controle concentrado, a competência é reservada ao STF para leis federais e estaduais, e aos Tribunais de Justiça para leis estaduais e municipais em face da Constituição Estadual.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois descreve adequadamente o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade como misto, admitindo tanto o controle difuso (incidental, por via de exceção, exercido por qualquer juiz ou tribunal) quanto o controle concentrado (principal, por via de ação direta, exercido pelo STF ou pelos TJs).

A alternativa B está incorreta, pois a inconstitucionalidade formal pode ser apreciada pelo Poder Judiciário, não se limitando às comissões parlamentares. O STF admite o controle judicial de vícios formais no processo legislativo, não configurando matéria exclusivamente interna corporis quando há violação a normas constitucionais.

A alternativa C está incorreta, pois a competência do Senado Federal para suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF em controle difuso permanece prevista no art. 52, X, da CF/88. Embora haja discussão doutrinária sobre mutação constitucional, o dispositivo não foi revogado.

A alternativa D está incorreta, pois o controle concentrado de constitucionalidade de lei federal é exercido pelo STF, e não pelo STJ. O Superior Tribunal de Justiça não possui competência para realizar controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa E está incorreta, pois o controle de constitucionalidade no Brasil é predominantemente judicial (jurisdicional), e não exclusivamente político. O modelo brasileiro difere substancialmente do modelo inglês, que se baseia na supremacia do Parlamento.

QUESTÃO 10

Acerca da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e da ação declaratória de constitucionalidade (ADC), assinale a opção correta.

A) Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ADI será concedida por decisão da maioria simples dos membros do STF.

B) Admite-se a desistência da ADI pelo proponente até o momento imediatamente anterior ao início da votação pelo plenário do STF.

C) O rol de legitimados para a propositura de ADC é mais restrito que o rol de legitimados para a propositura de ADI.

D) A concessão de medida cautelar em ADI torna aplicável a legislação anterior, caso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.

E) O parâmetro de constitucionalidade da ADI é a totalidade da Constituição, ao passo que o da ADC restringe-se às normas fundamentais do sistema financeiro.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda aspectos procedimentais da ADI e da ADC, exigindo conhecimento da Lei 9.868/99. O gabarito se fundamenta na regra do efeito repristinatório tácito da medida cautelar em ADI.

Nos termos do art. 11, §2º, da Lei 9.868/99:

"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a medida cautelar na ADI será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do STF, conforme art. 10 da Lei 9.868/99, e não maioria simples como afirmado.

A alternativa B está incorreta, pois não se admite a desistência da ADI, conforme art. 5º da Lei 9.868/99, que estabelece expressamente: "Proposta a ação direta, não se admitirá desistência."

A alternativa C está incorreta, pois desde a EC 45/2004 o rol de legitimados para ADI e ADC é idêntico, ambos previstos no art. 103 da CF/88.

A alternativa D está correta, pois reproduz literalmente o art. 11, §2º, da Lei 9.868/99, que consagra o chamado efeito repristinatório tácito da medida cautelar, restaurando a vigência da legislação anterior suspensa pela norma impugnada.

A alternativa E está incorreta, pois tanto a ADI quanto a ADC têm como parâmetro a Constituição Federal em sua integralidade, não havendo qualquer restrição da ADC às normas do sistema financeiro.

QUESTÃO 11

No que concerne à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção correta.

- A) Não será admitida ADPF quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- B) A ADPF é instrumento adequado para o controle direto de leis estaduais em face das constituições estaduais, no STF.
- C) O parâmetro de controle na ADPF são as cláusulas pétreas previstas na Constituição Federal de 1988.
- D) Não se admite o controle de constitucionalidade de lei municipal em sede de ADPF.
- E) A ADPF só é cabível se o autor demonstrar o esgotamento das instâncias ordinárias no controle difuso.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda o princípio da subsidiariedade da ADPF, expressamente previsto na Lei nº 9.882/99, que disciplina o instituto.

Nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/99:

"Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz literalmente o art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/99, consagrando o caráter subsidiário da ADPF, que só é cabível quando não houver outro meio eficaz para sanar a lesão a preceito fundamental.

A alternativa B está incorreta, pois a ADPF no STF tem como parâmetro de controle a Constituição Federal, e não as constituições estaduais. O controle de leis estaduais em face de constituições estaduais compete aos Tribunais de Justiça.

A alternativa C está incorreta, pois o parâmetro de controle na ADPF são os preceitos fundamentais da Constituição Federal, conceito mais amplo que as cláusulas pétreas, abrangendo também princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais e princípios constitucionais sensíveis.

A alternativa D está incorreta, pois a ADPF admite o controle de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal, sendo essa uma de suas principais utilidades, já que a ADI não alcança diretamente normas municipais.

A alternativa E está incorreta, pois a subsidiariedade da ADPF não se confunde com o esgotamento de instâncias no controle difuso. O requisito é a inexistência de outro meio eficaz no âmbito do controle concentrado, não sendo exigido o prévio percurso das vias ordinárias.

QUESTÃO 12

A respeito do estado de sítio e do estado de defesa, assinale a opção correta.

A) Na vigência de estado de sítio para reprimir comoção grave, de repercussão nacional, o poder público pode impor às pessoas a obrigação de permanência em localidade determinada.

B) A suspensão de direitos no estado de sítio decretado em razão de resposta a agressão armada estrangeira é ilimitada.

C) O decreto de estado de defesa pode determinar a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, respondendo a União pelos danos causados, desde que comprovado o dolo do agente público.

D) As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ouvidos os líderes partidários, podem sustar os efeitos do decreto de estado de defesa.

E) O presidente da República está dispensado de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional quando a decretação do estado de defesa ou do estado de sítio decorrer de calamidade natural.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda os institutos do estado de sítio e do estado de defesa, previstos nos artigos 136 a 141 da Constituição Federal, que compõem o sistema constitucional de crises.

No estado de sítio decretado para reprimir grave comoção de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, o art. 139, I, da CF/88 autoriza:

"I - obrigação de permanência em localidade determinada;"

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz fielmente o art. 139, I, da CF/88, que autoriza a imposição da obrigação de permanência em localidade determinada durante o estado de sítio decretado nas hipóteses do art. 137, I (comoção grave de repercussão nacional ou ineficácia do estado de defesa).

A alternativa B está incorreta, pois mesmo no estado de sítio decretado em razão de agressão armada estrangeira (art. 137, II), os limites temporais e materiais devem ser indicados no decreto, não sendo a suspensão de direitos ilimitada, conforme art. 138, §1º, da CF/88.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 136, §1º, II, da CF/88 prevê a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes, independentemente de comprovação de dolo, tratando-se de responsabilidade objetiva.

A alternativa D está incorreta, pois quem pode sustar o estado de defesa é o Congresso Nacional por maioria absoluta, nos termos do art. 136, §4º, e não as Mesas da Câmara e do Senado isoladamente.

A alternativa E está incorreta, pois a CF/88 exige que o Presidente ouça o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional antes de decretar estado de defesa (art. 136, caput) ou solicitar estado de sítio (art. 137, caput), sem previsão de dispensa em caso de calamidade natural.

QUESTÃO 13

No que concerne à organização da segurança pública e das forças armadas, assinale a opção correta com base no disposto na Constituição Federal de 1988.

A) As guardas municipais possuem competência para exercer atividades de polícia judiciária e investigação criminal em crimes contra o patrimônio municipal.

B) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares subordinam-se, assim como as polícias civis e penais estaduais, ao governador do respectivo estado.

C) Às polícias civis, dirigidas por delegados de carreira, incumbem a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

D) Dada a laicidade do Estado, os eclesiásticos estão sujeitos ao serviço militar obrigatório em tempo de paz.

E) Os municípios têm competência concorrente para legislar sobre o funcionamento das polícias civis e militares na municipalidade.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda a organização constitucional da segurança pública e das forças armadas, especificamente quanto às competências e subordinação dos órgãos de segurança e ao serviço militar obrigatório.

Nos termos do art. 144, §6º, da CF/88:

"As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois as guardas municipais não possuem competência para exercer atividades de polícia judiciária ou investigação criminal. Conforme o art. 144, §8º, da CF/88, sua atribuição é limitada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

A alternativa B está correta, pois reproduz fielmente o disposto no art. 144, §6º, da CF/88, que estabelece a subordinação das polícias militares, corpos de bombeiros militares, polícias civis e polícias penais estaduais aos governadores dos respectivos estados.

A alternativa C está incorreta, pois inverte as funções constitucionais. A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública são atribuições das polícias militares (art. 144, §5º), enquanto às polícias civis incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares (art. 144, §4º).

A alternativa D está incorreta, pois o art. 143, §2º, da CF/88 prevê que os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitando-se a outros encargos que a lei lhes atribuir.

A alternativa E está incorreta, pois a competência para legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e militares é privativa da União (art. 22, XXI, CF/88), não havendo competência concorrente municipal sobre a matéria.

QUESTÃO 14

No que concerne aos direitos da população indígena e das comunidades remanescentes de quilombos, assinale a opção correta, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

A) Aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido o usufruto exclusivo dos imóveis.

B) O Ministério Público deve intervir em todos os processos em que membros de comunidades indígenas sejam réus, facultada a intervenção nos processos em que sejam autores.

C) São nulos e extintos todos os atos que tenham por objeto a ocupação e o domínio das terras indígenas, assegurada a indenização integral aos ocupantes.

D) O descumprimento, pela União, do prazo de 5 anos para demarcação das terras indígenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 implica a transferência imediata das terras para os estados e para o Distrito Federal.

E) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda os direitos territoriais das populações indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos conforme disciplinado na Constituição Federal de 1988.

Nos termos do art. 231, §2º, da CF/88:

"As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o art. 68 do ADCT reconhece aos remanescentes de quilombos a propriedade definitiva das terras que ocupam, e não mero usufruto exclusivo. O texto constitucional determina que o Estado deve emitir os títulos de propriedade respectivos.

A alternativa B está incorreta, pois não há previsão constitucional que torne obrigatória a intervenção do Ministério Público em todos os processos envolvendo indígenas como réus. A Constituição prevê a competência da Justiça Federal para disputas sobre direitos indígenas (art. 109, XI), mas não estabelece essa regra de intervenção ministerial.

A alternativa C está incorreta, pois, conforme o art. 231, §6º, da CF/88, os atos que tenham por objeto a ocupação, domínio e posse das terras indígenas são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, sendo que a indenização é limitada às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé, e não indenização integral.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 67 do ADCT estabeleceu prazo de 5 anos para demarcação das terras indígenas, mas o descumprimento desse prazo não implica transferência das terras para estados ou Distrito Federal. As terras indígenas são bens da União (art. 20, XI, CF/88).

A alternativa E está correta, pois reproduz fielmente o disposto no art. 231, §2º, da CF/88, que assegura aos indígenas a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

QUESTÃO 15

No que diz respeito aos tratados internacionais de direitos humanos e à responsabilidade internacional do Estado, assinale a opção correta.

A) A submissão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional depende de autorização específica do Senado Federal.

B) A responsabilidade internacional dos Estados por violações de direitos econômicos e sociais exige sempre o dolo específico do chefe de Estado.

C) Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário possuem status de lei complementar federal.

D) O sistema da Organização das Nações Unidas para proteção dos direitos humanos substitui a jurisdição estatal em caso de crimes hediondos.

E) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal de 1988 não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda o tratamento constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos e a responsabilidade internacional do Estado, exigindo conhecimento da sistemática prevista na Constituição Federal de 1988.

Nos termos do art. 5º, § 2º, da CF/88:

"Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a submissão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional decorre diretamente do art. 5º, § 4º, da CF/88, não dependendo de autorização específica do Senado Federal, bastando a ratificação do Estatuto de Roma pelo procedimento constitucional ordinário de incorporação de tratados.

A alternativa B está incorreta, pois a responsabilidade internacional dos Estados por violações de direitos humanos, inclusive econômicos e sociais, é objetiva, não exigindo demonstração de dolo específico do chefe de Estado, bastando a comprovação do descumprimento das obrigações internacionais assumidas.

A alternativa C está incorreta, pois os tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário possuem status supralegal, conforme entendimento consolidado pelo STF, situando-se acima das leis ordinárias e complementares, porém abaixo da Constituição.

A alternativa D está incorreta, pois o sistema da ONU para proteção dos direitos humanos não substitui a jurisdição estatal, atuando de forma complementar e subsidiária, respeitando o princípio da soberania dos Estados.

A alternativa E está correta, pois reproduz fielmente o disposto no art. 5º, § 2º, da CF/88, que consagra a cláusula de abertura material dos direitos fundamentais, permitindo a incorporação de novos direitos decorrentes de tratados internacionais.

QUESTÃO 16

Assinale a opção correta em relação às fontes do direito administrativo.

A) Parecer jurídico da procuradoria municipal aprovado pelo prefeito com força normativa é fonte do direito administrativo.

B) Lei delegada não é fonte do direito administrativo, pois não é ato normativo primário.

C) Quando reiterados pela prática administrativa ao longo do tempo, os costumes administrativos prevalecem sobre ato normativo secundário.

D) A doutrina constitui fonte primária do direito administrativo, pois vincula diretamente a administração pública e o Poder Judiciário.

E) Os tratados internacionais de direitos humanos com status supralegal não são fontes do direito administrativo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda as fontes do direito administrativo, exigindo conhecimento sobre a hierarquia normativa e a natureza vinculante de cada espécie de fonte. Pareceres normativos aprovados pela autoridade competente constituem fonte secundária do direito administrativo, vinculando a Administração Pública.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois o parecer jurídico aprovado pelo chefe do Executivo com força normativa passa a vincular a Administração Pública, constituindo fonte secundária do direito administrativo. Trata-se de ato administrativo normativo que orienta a atuação dos órgãos subordinados.

A alternativa B está incorreta, pois a lei delegada é, sim, ato normativo primário, prevista expressamente no art. 59, IV, da CF/88, integrando o processo legislativo e constituindo fonte primária do direito administrativo.

A alternativa C está incorreta, pois os costumes administrativos são fonte secundária não escrita do direito administrativo e jamais podem prevalecer sobre atos normativos, sejam primários ou secundários. Os costumes têm caráter apenas supletivo, aplicando-se na ausência de norma expressa.

A alternativa D está incorreta, pois a doutrina constitui fonte secundária (e não primária) do direito administrativo. A doutrina não possui caráter vinculante, servindo apenas como elemento de interpretação e orientação para a aplicação das normas jurídicas.

A alternativa E está incorreta, pois os tratados internacionais de direitos humanos, independentemente de seu status (supralegal ou constitucional), são fontes do direito administrativo, na medida em que podem disciplinar matérias relacionadas à atuação da Administração Pública, como direitos dos administrados.

QUESTÃO 17

Considerando que, em determinado contrato administrativo, a administração pública constate necessidade de alteração quantitativa do objeto dentro dos limites legais, para adequar a execução ao interesse público, assinale a opção correta com base no conceito de regime jurídico-administrativo.

A) A administração pública pode atuar com prerrogativas públicas previstas em lei, desde que respeite os limites legais, o dever de motivação, o equilíbrio econômico-financeiro e os direitos do contratado.

B) O regime jurídico-administrativo impede qualquer alteração unilateral, pois todo contrato tem natureza exclusivamente privada.

C) A administração pública atua como particular comum e somente pode alterar o contrato mediante concordância integral do contratado.

D) A administração pública pode alterar os contratos independentemente da observância de limites quantitativos, desde que se fundamente no interesse público.

E) A alteração contratual fundada no interesse público dispensa motivação formal.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda o regime jurídico-administrativo e as prerrogativas da Administração Pública nos contratos administrativos, especialmente quanto à possibilidade de alteração unilateral dentro dos limites legais.

O regime jurídico-administrativo caracteriza-se pelo binômio prerrogativas e sujeições. A Administração possui poderes especiais, como a alteração unilateral dos contratos, mas deve observar limites legais e garantir direitos do contratado, conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021:

"Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: I - unilateralmente pela Administração: a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para

melhor adequação técnica a seus objetivos; b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois expressa adequadamente o regime jurídico-administrativo: a Administração possui prerrogativas legais para alterar unilateralmente o contrato, desde que respeite os limites quantitativos, motive sua decisão e preserve o equilíbrio econômico-financeiro do contratado.

A alternativa B está incorreta, pois os contratos administrativos não têm natureza exclusivamente privada, sendo regidos por regime jurídico próprio que admite cláusulas exorbitantes, incluindo a alteração unilateral.

A alternativa C está incorreta, pois a Administração não atua como particular comum nos contratos administrativos, possuindo prerrogativas que dispensam concordância do contratado para alterações unilaterais dentro dos limites legais.

A alternativa D está incorreta, pois a alteração unilateral deve observar os limites quantitativos previstos em lei (em regra, 25% do valor inicial), não sendo ilimitada mesmo quando fundada no interesse público.

A alternativa E está incorreta, pois toda atuação administrativa exige motivação, especialmente alterações contratuais que afetam direitos do contratado, sendo a motivação princípio implícito decorrente do Estado Democrático de Direito.

QUESTÃO 18

Suponha que um município, sem lei local específica que disponha sobre prazo decadencial para anulação de atos administrativos favoráveis aos destinatários, pretenda rever ato concessivo de vantagem funcional praticado há mais de cinco anos sem indícios de má-fé. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STJ e o disposto na Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal,

A) a administração municipal, considerada a existência de direitos adquiridos, está impedida de rever qualquer ato administrativo, ainda que haja comprovação de má-fé.

B) a administração municipal pode anular o ato a qualquer tempo, pois a autotutela administrativa é um poder-dever.

C) o município pode aplicar subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999, inclusive no que se refere ao prazo decadencial de cinco anos, dada a ausência de norma local específica.

D) a Lei n.º 9.784/1999 não pode ser aplicada ao âmbito municipal, pois são as regras gerais de prescrição civil que devem reger a situação concreta.

E) a Lei n.º 9.784/1999 pode ser aplicada pelo município, mas apenas no que concerne a atos desfavoráveis aos administrados.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda a aplicação subsidiária da Lei n.º 9.784/1999 aos Estados e Municípios que não possuem legislação própria sobre processo administrativo, especialmente quanto ao prazo decadencial para anulação de atos administrativos.

O STJ consolidou entendimento de que, na ausência de lei estadual ou municipal específica, aplica-se subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999, inclusive o prazo decadencial de cinco anos previsto no art. 54:

"O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Administração não está absolutamente impedida de rever atos administrativos. Havendo comprovação de má-fé, o ato pode ser anulado mesmo após o prazo de cinco anos, conforme ressalva expressa do art. 54 da Lei n.º 9.784/1999.

A alternativa B está incorreta, pois a autotutela administrativa não é ilimitada no tempo. O princípio da segurança jurídica impõe a decadência quinquenal para anulação de atos favoráveis aos destinatários, quando ausente má-fé.

A alternativa C está correta, pois o STJ firmou jurisprudência no sentido de que a Lei n.º 9.784/1999 aplica-se subsidiariamente aos Estados e Municípios quando inexistente norma local específica, abrangendo o prazo decadencial de cinco anos.

A alternativa D está incorreta, pois o STJ expressamente admite a aplicação subsidiária da Lei n.º 9.784/1999 no âmbito estadual e municipal, não se recorrendo às regras gerais de prescrição civil para essa matéria administrativa.

A alternativa E está incorreta, pois a aplicação subsidiária da Lei n.º 9.784/1999 aos Municípios abrange tanto atos favoráveis quanto desfavoráveis aos administrados, não havendo essa restrição na jurisprudência do STJ.

QUESTÃO 19

A administração pública pretende celebrar parceria proposta por entidade privada qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, em regime de mútua cooperação, para a consecução de projeto no campo da alimentação escolar, mediante o repasse de recursos financeiros para a execução de atividades de interesse público. Nessa situação, de acordo com a legislação aplicável, a administração pública deve celebrar

A) acordo de cooperação técnica.

B) termo de parceria.

C) convênio.

D) contrato administrativo.

E) contrato de gestão.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda os instrumentos de parceria entre o Poder Público e o Terceiro Setor, especificamente o regime aplicável às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

As OSCIPs são entidades do Terceiro Setor qualificadas pelo Ministério da Justiça, nos termos da Lei nº 9.790/99, que desenvolvem atividades de interesse público em regime de cooperação com o Estado. O instrumento próprio para formalização de parcerias entre o Poder Público e as OSCIPs é o termo de parceria, conforme previsto no art. 9º da referida lei:

"Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o acordo de cooperação técnica é instrumento diverso, utilizado em situações que não envolvem repasse de recursos financeiros, o que não corresponde à hipótese descrita no enunciado.

A alternativa B está correta, pois o termo de parceria é o instrumento legalmente previsto para formalizar vínculos entre o Poder Público e entidades qualificadas como OSCIP, com repasse de recursos financeiros para execução de atividades de interesse público.

A alternativa C está incorreta, pois o convênio, embora também seja instrumento de cooperação, não é o meio específico destinado às parcerias com OSCIPs, que possuem regime próprio estabelecido pela Lei nº 9.790/99.

A alternativa D está incorreta, pois o contrato administrativo pressupõe interesses contrapostos entre as partes, enquanto a parceria com OSCIP envolve mútua cooperação para fins de interesse público comum.

A alternativa E está incorreta, pois o contrato de gestão é instrumento típico das Organizações Sociais (OS), qualificadas nos termos da Lei nº 9.637/98, e não das OSCIPs.

QUESTÃO 20

No que concerne aos consórcios públicos, assinale a opção correta.

- A) Consórcios públicos devem adquirir personalidade jurídica de direito privado, na forma de sociedade de economia mista.
- B) O consórcio público será constituído por meio de convênio e independe da celebração prévia de protocolo de intenções.
- C) É nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja a obrigação do ente federativo de efetuar cessão de direitos operada por força de gestão associada de serviços públicos.
- D) O consórcio público pode ser contratado pela administração pública direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
- E) Os consórcios públicos não podem ser constituídos para atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda os consórcios públicos, disciplinados pela Lei nº 11.107/2005, exigindo o conhecimento sobre sua constituição, natureza jurídica e prerrogativas contratuais.

Nos termos do art. 2º, §1º, inciso III, da Lei nº 11.107/2005:

"O consórcio público poderá: (...) III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois os consórcios públicos podem adquirir personalidade jurídica de direito público (associação pública) ou de direito privado, mas nunca na forma de sociedade de economia mista, conforme art. 6º da Lei nº 11.107/2005.

A alternativa B está incorreta, pois o consórcio público é constituído por contrato, cuja celebração depende da prévia subscrição de protocolo de intenções publicado na imprensa oficial, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.107/2005.

A alternativa C está incorreta, pois a cessão de direitos operada por força de gestão associada de serviços públicos é cláusula que pode estar prevista no contrato de consórcio, conforme autoriza o art. 4º, XI, da Lei nº 11.107/2005, não sendo nula.

A alternativa D está correta, pois reproduz literalmente a previsão legal do art. 2º, §1º, III, da Lei nº 11.107/2005, que autoriza a contratação direta do consórcio pelos entes consorciados, com dispensa de licitação.

A alternativa E está incorreta, pois os consórcios públicos podem atuar no âmbito do SUS, sendo inclusive instrumento de cooperação interfederativa previsto na Lei nº 8.080/1990, que trata do Sistema Único de Saúde.

QUESTÃO 21

Assinale a opção correta acerca das parcerias público-privadas.

A) A contratação de parceria público-privada por meio de concessão patrocinada será precedida de licitação na modalidade pregão eletrônico.

B) Concessão administrativa não pode envolver execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

C) Concessão patrocinada é a concessão de serviço público ou de obra pública que envolve, além da tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

D) A parceria público-privada pode ser executada por meio de concessão comum remunerada exclusivamente por tarifa paga pelos usuários.

E) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja de três anos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão exige conhecimento sobre o regime jurídico das parcerias público-privadas, disciplinado pela Lei nº 11.079/2004, que estabelece as modalidades de concessão patrocinada e administrativa.

Nos termos do art. 2º, §1º, da Lei nº 11.079/2004:

"Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a licitação para contratação de PPP deve ser na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, conforme art. 10 da Lei nº 11.079/2004, e não pregão eletrônico.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 2º, §4º, II, da Lei nº 11.079/2004 prevê expressamente que a concessão administrativa pode envolver execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

A alternativa C está correta, pois reproduz fielmente o conceito legal de concessão patrocinada previsto no art. 2º, §1º, da Lei nº 11.079/2004, que combina tarifa cobrada dos usuários com contraprestação pecuniária do parceiro público.

A alternativa D está incorreta, pois a concessão comum, remunerada exclusivamente por tarifa, não constitui parceria público-privada, conforme art. 2º, §3º, da Lei nº 11.079/2004.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 2º, §4º, II, da Lei nº 11.079/2004 veda a celebração de PPP cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 anos.

QUESTÃO 22

A respeito das contratações públicas previstas na Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

A) A repactuação aplica-se aos contratos cujo objeto seja a prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra.

B) As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, sujeitando-se, no que se refere à segunda linha de defesa, à análise das unidades de assessoramento jurídico.

C) É obrigatória a previsão, no edital de licitação, independentemente do prazo de duração contratual, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data da assinatura do contrato.

D) A administração pode atribuir sigilo ao orçamento estimado quando o procedimento licitatório adotar o critério de julgamento por maior desconto.

E) A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e é de competência exclusiva do pregoeiro que tenha conduzido a licitação.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda diversos aspectos das contratações públicas disciplinadas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto a reajuste, gestão de riscos, sigilo do orçamento e sanções administrativas.

Nos termos do art. 169 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a repactuação aplica-se aos contratos de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e não sem dedicação exclusiva, conforme art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 169 da Lei nº 14.133/2021. As unidades de assessoramento jurídico integram a segunda linha de defesa:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

A alternativa C está incorreta, pois a previsão de índice de reajustamento de preço é obrigatória apenas nos editais de licitação para contratação de obras ou serviços por prazo igual ou superior a um ano, conforme art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

A alternativa D está incorreta, pois a Lei nº 14.133/2021 permite o sigilo do orçamento estimado, porém veda expressamente essa possibilidade quando o critério de julgamento for por maior desconto, conforme art. 24. Assim, a contrario sensu, nos demais critérios de julgamento, o sigilo é permitido.

A alternativa E está incorreta, pois a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar é de competência exclusiva do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal, conforme art. 156, §6º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e não do pregoeiro.

QUESTÃO 23

Suponha que um gestor público tenha autorizado pagamento contratual sem comprovação da entrega do objeto contratado e que, posteriormente, tenha ficado demonstrado que ele agiu conscientemente para beneficiar a empresa contratada. Nesse caso, conforme a jurisprudência do STF e a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), a conduta do referido gestor público

A) configuraria improbidade culposa, modalidade ainda expressamente prevista na LIA.

B) somente poderia configurar ato de improbidade se houvesse enriquecimento pessoal do gestor público.

C) configura ato de improbidade, tendo o Ministério Público legitimidade exclusiva para ajuizar a ação de improbidade, segundo o STF.

D) deve ser apurada pelo respectivo tribunal de contas, sem possibilidade de ação judicial de improbidade.

E) pode configurar ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, desde que comprovados o dolo e o dano efetivo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda a configuração de ato de improbidade administrativa e a legitimidade para propositura da ação, considerando as alterações promovidas pela Lei 14.230/2021 e a jurisprudência do STF.

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

§ 1º Nos casos em que a inobservância de formalidades legais ou regulamentares não implicar perda patrimonial efetiva, não ocorrerá imposição de ressarcimento, vedado o enriquecimento sem causa das entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei 14.230/2021 eliminou a modalidade culposa de improbidade administrativa, exigindo-se agora dolo para configuração de qualquer ato ímprobo, conforme art. 1º, §§ 1º e 2º da LIA.

A alternativa B está incorreta, pois o ato de improbidade que causa lesão ao erário (art. 10) não exige enriquecimento pessoal do agente público, bastando a comprovação do dolo e do dano efetivo ao patrimônio público.

A alternativa C está incorreta, pois, embora a conduta descrita configure ato de improbidade (pagamento indevido com dolo), o STF julgou, em medida cautelar, inconstitucional a previsão de legitimidade exclusiva do Ministério Público para ajuizar ação de improbidade administrativa, havendo, em verdade, legitimidade ativa concorrente disjuntiva entre o MP e a pessoa jurídica lesada:

7. Ação julgada parcialmente procedente para (a) declarar a inconstitucionalidade parcial, com interpretação conforme sem redução de texto, do caput e dos §§ 6º-A e 10-C do art. 17, assim como do caput e dos §§ 5º e 7º do art. 17-B, da Lei 8.429/1992, na redação dada pela Lei 14.230/2021, de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil;

(ADI 7042, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 31-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-02-2023 PUBLIC 28-02-2023)

A alternativa D está incorreta, pois a apuração pelos tribunais de contas não exclui a possibilidade de ação judicial de improbidade, sendo esferas independentes de responsabilização.

A alternativa E está correta, pois o art. 10 exige dolo e dano efetivo para configurar improbidade que causa lesão ao erário. A partir de lei 14.230/2021, não se admite mais o dano presumido, devendo o autor da ação demonstrar o dano concretamente para configuração de ato de improbidade, além do dolo (específico).

QUESTÃO 24

Uma praça municipal aberta à circulação da população, um prédio onde funciona uma escola pública e um terreno público sem destinação específica são classificados, respectivamente, como

A) bem dominical, bem de uso comum do povo e bem de uso especial.

B) bem de uso comum do povo, bem de uso especial e bem dominical.

C) bem dominical, bem de uso especial e bem de uso comum do povo.

D) bem de uso especial, bem de uso comum do povo e bem dominical.

E) bem de uso especial, bem dominical e bem de uso comum do povo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda a classificação dos bens públicos quanto à sua destinação, nos termos do art. 99 do Código Civil.

O Código Civil, em seu art. 99, estabelece:

"São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o

patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois inverte a classificação ao enquadrar a praça como bem dominical, quando na verdade é bem de uso comum do povo, expressamente previsto no inciso I do art. 99 do CC.

A alternativa B está correta, pois a praça municipal aberta à circulação é bem de uso comum do povo (destinada ao uso coletivo), o prédio da escola pública é bem de uso especial (edifício destinado ao serviço público de educação) e o terreno sem destinação específica é bem dominical (patrimônio público sem afetação).

A alternativa C está incorreta, pois classifica equivocadamente a praça como bem dominical e o terreno sem destinação como bem de uso comum do povo, invertendo as categorias corretas.

A alternativa D está incorreta, pois considera a praça como bem de uso especial, quando a lei expressamente a menciona como exemplo de bem de uso comum do povo.

A alternativa E está incorreta, pois atribui à praça a classificação de bem de uso especial e à escola pública a de bem dominical, o que contraria frontalmente o disposto no art. 99 do Código Civil.

QUESTÃO 25

A atuação do Estado para viabilizar determinadas atividades econômicas, inclusive mediante a aplicação de subsídios e incentivos fiscais, coaduna-se com o princípio constitucional da

- A) livre concorrência.**
- B) redução das desigualdades regionais.**
- C) defesa do meio ambiente.**
- D) função social da propriedade.**
- E) valorização do trabalho humano.**

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda os princípios constitucionais da ordem econômica previstos no art. 170 da Constituição Federal, especificamente relacionando a intervenção estatal mediante subsídios e incentivos fiscais com o objetivo de viabilizar atividades econômicas em determinadas regiões.

Nos termos do art. 170, VII, da CF/88:

"Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) VII - redução das desigualdades regionais e sociais;"

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a livre concorrência visa garantir igualdade de condições competitivas entre os agentes econômicos, não sendo compatível com a concessão de subsídios e incentivos fiscais diferenciados pelo Estado.

A alternativa B está correta, pois a aplicação de subsídios e incentivos fiscais pelo Estado para viabilizar atividades econômicas em determinadas localidades tem como finalidade típica fomentar o desenvolvimento de regiões menos favorecidas, concretizando o princípio da redução das desigualdades regionais.

O art. 170, VII, da CF/88 erige a redução das desigualdades regionais e sociais como princípio da ordem econômica. Esse princípio encontra desdobramento expresso em dois dispositivos que confirmam a resposta: o art. 151, I, que, ao vedar à União instituir tributo não uniforme no território nacional, *ressalva* justamente "a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País"; e o art. 43, §2º, III, que prevê, para as regiões em processo de desenvolvimento, "isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas". A subvenção e o incentivo fiscal são, portanto, mecanismos constitucionalmente vocacionados à promoção do equilíbrio regional.

A alternativa C está incorreta, pois a defesa do meio ambiente relaciona-se com a proteção ambiental nas atividades econômicas, não com a concessão de incentivos para viabilizar atividades em certas regiões.

A alternativa D está incorreta, pois a função social da propriedade refere-se ao uso adequado dos bens de produção conforme sua destinação social, não à política de incentivos fiscais regionais.

A alternativa E está incorreta, pois a valorização do trabalho humano é fundamento da ordem econômica relacionado à dignidade do trabalhador, não sendo o princípio que justifica diretamente a política de subsídios regionais.

QUESTÃO 26

De acordo com o princípio da subsidiariedade, a intervenção do Estado na ordem econômica é

- A) auxiliar e deverá complementar as atividades da iniciativa privada.**
- B) excepcional e deverá priorizar a livre concorrência em detrimento da regulação.**
- C) auxiliar e ocorrerá em regime de participação, quando legalmente autorizada.**

D) exclusiva e ocorrerá por regime de absorção, quando autorizada pelo legislador.

E) excepcional e ocorrerá nos casos expressamente previstos na Constituição Federal.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

O princípio da subsidiariedade na ordem econômica estabelece que a atuação direta do Estado deve ser excepcional, cabendo à iniciativa privada o protagonismo na atividade econômica. A Constituição Federal adota esse princípio no art. 173, que prevê:

"Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o princípio da subsidiariedade não caracteriza a intervenção estatal como meramente auxiliar ou complementar à iniciativa privada, mas sim como excepcional e restrita a hipóteses constitucionais específicas.

A alternativa B está incorreta, pois, embora a intervenção seja excepcional, o princípio da subsidiariedade não implica priorizar a livre concorrência em detrimento da regulação. A regulação estatal é instrumento legítimo de intervenção indireta na economia.

A alternativa C está incorreta, pois o regime de participação é apenas uma das formas de intervenção direta do Estado, não sendo a característica definidora do princípio da subsidiariedade.

A alternativa D está incorreta, pois a intervenção estatal não é exclusiva, mas excepcional. O regime de absorção (monopólio) é hipótese restritíssima, não representando a regra do princípio da subsidiariedade.

A alternativa E está correta, pois traduz com precisão o princípio da subsidiariedade: a intervenção direta do Estado na ordem econômica é excepcional e somente ocorre nos casos expressamente previstos na Constituição Federal, como nos imperativos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.

QUESTÃO 27

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 acerca da prestação de serviços públicos, assinale a opção correta.

A) A competência de execução é conferida ao poder público, que excepcionalmente poderá delegá-la a particular mediante prévia licitação.

B) Eventual delegação de serviços públicos por concessão ou permissão tem por requisito a caracterização de entidades sem fins lucrativos.

C) No regime de parceria, a titularidade da prestação do serviço público será transferida mediante outorga a empresas privadas.

D) A competência de execução é privativa do poder público, admitindo-se regime de parceria por outorga com empresas privadas.

E) O regime de delegação por concessão, mediante prévio processo licitatório, terá como concessionários entes da administração indireta.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda a prestação de serviços públicos na Constituição Federal de 1988, especificamente quanto às formas de delegação a particulares.

Nos termos do art. 175 da CF/88:

"Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reflete exatamente o comando constitucional: a execução dos serviços públicos incumbe ao poder público, que pode delegá-la excepcionalmente a particulares por concessão ou permissão, sempre mediante licitação prévia.

A alternativa B está incorreta, pois não há exigência constitucional de que concessionários ou permissionários sejam entidades sem fins lucrativos. Empresas com finalidade lucrativa podem ser delegatárias de serviços públicos.

A alternativa C está incorreta, pois na delegação (concessão ou permissão) não há transferência de titularidade do serviço público, apenas da execução. A titularidade permanece com o poder público.

A alternativa D está incorreta, pois confunde os conceitos. A execução não é privativa do poder público, admitindo-se delegação. Além disso, outorga é forma de descentralização para a administração indireta, não para empresas privadas.

A alternativa E está incorreta, pois a concessão destina-se a pessoas jurídicas ou consórcios de empresas do setor privado, não a entes da administração indireta. Para estes, utiliza-se a outorga legal.

QUESTÃO 28

Como instrumento da ordem econômica orientado para o desenvolvimento nacional, a aplicação de subsídios e incentivos estatais poderá

A) promover a atuação do Estado na atividade econômica em regime de concorrência.

B) contemplar a execução de projetos com o intuito de atender ao interesse privado e à livre iniciativa.

C) contemplar agentes específicos em detrimento de setores econômicos.

D) estimular determinados setores econômicos específicos em determinadas regiões do país, observado o interesse público.

E) fortalecer a iniciativa privada, independentemente de interesses públicos e coletivos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

O enunciado trata dos subsídios e incentivos estatais como instrumentos de fomento (intervenção por indução), expressão da atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica (art. 174 da CF/88), funcionalizada ao objetivo fundamental do desenvolvimento nacional (art. 3º, II). Esses instrumentos são constitucionalmente vocacionados ao direcionamento setorial e regional: o art. 43, §2º, III, e o art. 151, I, autorizam expressamente incentivos fiscais para promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

A Constituição Federal, em seu art. 174, §1º, estabelece:

"A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento."

Além disso, o art. 170, VII, da CF/88 prevê como princípio da ordem econômica a redução das desigualdades regionais e sociais, legitimando a concessão de incentivos focalizados em regiões menos desenvolvidas.

A alternativa D é a única que conjuga corretamente os três elementos exigidos: a possibilidade de estímulo a setores específicos, a focalização regional e, sobretudo, a indispensável observância do interesse público. Esse último requisito é o que legitima o tratamento diferenciado, afastando-o de favorecimento ilegítimo.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois subsídios e incentivos não se destinam a promover a atuação direta do Estado em concorrência com o setor privado, mas sim a fomentar atividades econômicas de interesse público.

A alternativa B está incorreta, pois a concessão de subsídios deve atender ao interesse público, não sendo admissível sua utilização para satisfazer exclusivamente interesses privados.

A alternativa C está incorreta, pois os incentivos devem beneficiar setores econômicos estratégicos, não agentes específicos individualmente considerados, sob pena de violação à isonomia.

A alternativa D está correta, pois os subsídios e incentivos estatais podem legitimamente estimular setores econômicos específicos em determinadas regiões, desde que observado o interesse público e o objetivo de reduzir desigualdades regionais.

A alternativa E está incorreta, pois toda intervenção estatal na economia, incluindo a concessão de incentivos, deve necessariamente observar o interesse público e coletivo, jamais sendo admitida de forma desvinculada desses parâmetros.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta no que se refere a infrações à ordem econômica.

A) Caracteriza infração à ordem econômica o domínio de mercado por qualquer meio, ainda que resultante de processo natural de competição de mercado fundada na eficiência dos agentes econômicos.

B) Dirigentes ou administradores respondem subsidiariamente pela prática de infrações à ordem econômica por empresas nas quais atuam.

C) A responsabilidade das empresas pela prática de infração à ordem econômica, no caso de grupos econômicos, será individual e limitada.

D) O aumento arbitrário dos lucros constitui prática lícita e incapaz de configurar infração à ordem econômica.

E) Consistem em infração à ordem econômica, com responsabilidade objetiva, atos que possam impor, no comércio de bens ou serviços, a distribuidores ou varejistas, descontos ou condições de pagamento relativos a negócios destes com terceiros.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda as infrações à ordem econômica previstas na Lei nº 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O gabarito reflete conduta expressamente tipificada como infração, combinada com a responsabilidade objetiva estabelecida na lei.

Nos termos do art. 36, caput, da Lei nº 12.529/2011:

"Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o art. 36, §1º, da Lei nº 12.529/2011 expressamente exclui da caracterização de infração a conquista de mercado resultante de processo natural fundado na maior eficiência de agente econômico em relação a seus competidores.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 32 da Lei nº 12.529/2011 estabelece que as pessoas físicas serão responsabilizadas solidariamente, e não subsidiariamente, pelas infrações cometidas.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 33 da Lei nº 12.529/2011 dispõe que, no caso de grupos econômicos, a responsabilidade será solidária, e não individual e limitada.

A alternativa D está incorreta, pois o aumento arbitrário de lucros é expressamente previsto no art. 36, inciso III, da Lei nº 12.529/2011 como efeito caracterizador de infração à ordem econômica.

A alternativa E está correta, pois reproduz conduta tipificada no art. 36, §3º, inciso X, da Lei nº 12.529/2011, combinada com a responsabilidade objetiva prevista no caput do mesmo artigo, que dispensa a demonstração de culpa para caracterização da infração.

QUESTÃO 30

No âmbito do sistema brasileiro de defesa da concorrência, o ente ao qual compete promover a concorrência em órgãos de governo e perante a sociedade é

- A) a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.**
- B) a Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.**
- C) o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.**
- D) o Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.**
- E) a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.**

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e as competências dos órgãos que compõem o CADE, conforme disciplinado pela Lei nº 12.529/2011.

Nos termos do art. 17 da Lei nº 12.529/2011:

" O Cade terá um Departamento de Estudos Econômicos, dirigido por um Economista-Chefe, a quem incumbirá elaborar estudos e pareceres econômicos, de ofício ou por solicitação do Plenário, do Presidente,

do Conselheiro-Relator ou do Superintendente-Geral, zelando pelo rigor e atualização técnica e científica das decisões do órgão."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Superintendência-Geral tem competências relacionadas à instrução de processos administrativos, análise de atos de concentração e investigação de infrações à ordem econômica, conforme art. 13 da Lei nº 12.529/2011, não lhe cabendo a promoção da concorrência perante a sociedade.

A alternativa B está incorreta, pois a Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE exerce a representação judicial e extrajudicial do órgão, além de emitir pareceres nos processos, não possuindo a função de promover a concorrência.

A alternativa C está incorreta, pois o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica é o órgão julgante do CADE, responsável por julgar os processos administrativos e decidir sobre atos de concentração, não sendo sua atribuição a promoção da concorrência perante a sociedade.

A alternativa D está correta, pois o Departamento de Estudos Econômicos tem como atribuição específica, prevista no art. 17 da Lei nº 12.529/2011, promover a concorrência em órgãos de governo e perante a sociedade.

A alternativa E está incorreta, pois a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (atual SEAE) não integra mais o SBDC após a Lei nº 12.529/2011, tendo suas funções de defesa da concorrência sido absorvidas pelo CADE.

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e com a jurisprudência do STF no que concerne às limitações ao poder de tributar, a imunidade tributária

A) das entidades religiosas não contempla os tributos incidentes na aquisição e importação de bens e serviços por elas realizadas, considerada sua posição de contribuintes de fato nessas situações.

B) não contempla situações que envolvam a cobrança do ITBI.

C) recíproca é inerente ao caráter público dos bens imóveis, razão por que não será possível a cobrança do IPTU de imóvel pertencente a determinado estado da Federação, ainda que ele esteja arrendado a particular.

D) recíproca alcança a cobrança de taxas relacionadas a serviço público cuja prestação seja obrigatória e exclusiva do Estado.

E) aplica-se a bens de propriedade de instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, ainda que estejam temporariamente ociosos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda as imunidades tributárias previstas na Constituição Federal e a jurisprudência consolidada do STF sobre o tema. O gabarito reflete o entendimento sumulado da Corte quanto à extensão da imunidade a imóveis temporariamente sem destinação específica. Conforme o entendimento do Tema 693 do STF.

O precedente específico é o Tema 693 da repercussão geral — RE 767.332/MG, no qual o STF fixou a seguinte orientação:

A imunidade do art. 150, VI, “c”, aplica-se aos imóveis temporariamente ociosos pertencentes a instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos que cumpram os requisitos legais.

Além disso, o STF fixou entendimento na Súmula Vinculante 52:

"Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o STF reconhece a imunidade tributária religiosa mesmo quando a entidade figura como contribuinte de fato, estendendo a proteção às operações de aquisição e importação de bens vinculados às finalidades essenciais. Isto é, a alternativa A está incorreta porque, embora a imunidade subjetiva não alcance a entidade quando ela for simples contribuinte de fato, conforme o Tema 342 do STF, a afirmação exclui categoricamente também os tributos incidentes na importação. Na importação, a entidade pode figurar como contribuinte de direito, e o STF, no Tema 336, reconheceu que entidades religiosas caracterizadas como instituições de assistência social podem usufruir da imunidade sobre impostos incidentes na importação de bens destinados às suas finalidades estatutárias.

A alternativa B está incorreta, pois a imunidade tributária contempla sim o ITBI, conforme jurisprudência do STF, quando os bens são destinados às finalidades essenciais das entidades imunes previstas no art. 150, VI, da CF.

A alternativa C está incorreta, pois a imunidade recíproca não se aplica quando o imóvel público está arrendado a particular que o explora com finalidade lucrativa, sendo este o contribuinte do IPTU, conforme entendimento do STF.

A alternativa D está incorreta, pois a imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, "a", da CF, aplica-se apenas a impostos, não alcançando as taxas, que têm natureza contraprestacional.

A alternativa E está correta, pois o STF entende que a imunidade do art. 150, VI, "c", da CF abrange imóveis temporariamente ociosos ou sem destinação específica, desde que o patrimônio permaneça vinculado às finalidades institucionais da entidade.

QUESTÃO 32

Acerca da disciplina constitucional relativa aos tributos em espécie, assinale a opção correta, observada a jurisprudência dos tribunais superiores.

A) A base de cálculo do IPTU, por expressa previsão constitucional, pode ser atualizada por ato do Poder Executivo, desde que observados os limites definidos em lei complementar.

B) A instituição e a cobrança do ITBI não podem ser realizadas por meio de alíquotas progressivas com base no valor venal do imóvel.

C) Segundo entendimento do STF, as alíquotas diferenciadas de IPTU para imóveis edificados e não edificados, residenciais e não residenciais somente são legítimas em relação ao período posterior à alteração implementada na CF pela Emenda Constitucional n.º 29/2000.

D) A competência para tributar serviços é exclusiva dos municípios, considerada a prerrogativa para instituir e cobrar o ISS.

E) O IBS, cuja competência é compartilhada entre estados e municípios, integrará sua própria base de cálculo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda a disciplina constitucional dos impostos em espécie, especialmente IPTU, ITBI, ISS e IBS, à luz da jurisprudência do STF.

Quanto ao ITBI, o STF consolidou entendimento de que a progressividade de alíquotas com base no valor venal do imóvel é inconstitucional, pois se trata de imposto real que não comporta tal técnica. Conforme a Súmula 656 do STF:

"É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição permite a atualização da base de cálculo do IPTU por decreto do Executivo, porém os limites são definidos em lei municipal, e não em lei complementar. O STF admite a atualização monetária por decreto, desde que não ultrapasse índices oficiais de correção.

A alternativa B está correta, pois a Súmula 656 do STF veda expressamente a instituição de alíquotas progressivas do ITBI com base no valor venal do imóvel, por se tratar de imposto de natureza real que não admite essa técnica de tributação.

A alternativa C está incorreta, pois o STF entende que a diferenciação de alíquotas do IPTU em razão do uso ou localização do imóvel (seletividade) sempre foi permitida, mesmo antes da EC 29/2000. O que a Emenda autorizou foi a progressividade fiscal com base no valor venal. Além disso, pode-se mencionar o tema 523 do STF.

A alternativa D está incorreta, pois a competência para tributar serviços não é exclusiva dos municípios. A União pode instituir contribuições sobre serviços, e os estados tributam serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação via ICMS.

A alternativa E está incorreta, pois o IBS, conforme a reforma tributária (EC 132/2023), não integrará sua própria base de cálculo, sendo calculado "por fora", diferentemente do modelo anterior do ICMS e ISS.

QUESTÃO 33

Com base no disposto no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção em que são apresentadas, respectivamente, uma hipótese de extinção e uma hipótese de suspensão do crédito tributário.

A) isenção e parcelamento

B) concessão de medida liminar em mandado de segurança e decisão judicial transitada em julgado

C) transação e moratória

D) compensação e remissão

E) anistia e depósito do montante integral

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão exige o conhecimento das hipóteses de extinção e suspensão do crédito tributário previstas nos artigos 151 e 156 do CTN.

Nos termos do art. 151 do CTN:

"Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito do seu montante integral; III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança; V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; VI - o parcelamento."

Já o art. 156 do CTN estabelece:

"Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; II - a compensação; III - a transação; IV - remissão; V - a prescrição e a decadência; VI - a conversão de depósito em renda; VII - o pagamento antecipado e a

homologação do lançamento (...); X - a decisão administrativa irreformável (...); XI - a decisão judicial passada em julgado."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois isenção é hipótese de exclusão do crédito tributário (art. 175, I, CTN), e não de extinção. Parcelamento é suspensão, estando correta apenas a segunda parte.

A alternativa B está incorreta, pois concessão de medida liminar em mandado de segurança é causa de suspensão, e decisão judicial transitada em julgado é causa de extinção. A ordem está invertida em relação ao que pede o enunciado.

A alternativa C está correta, pois transação é hipótese de extinção (art. 156, III, CTN) e moratória é hipótese de suspensão (art. 151, I, CTN), atendendo exatamente à ordem solicitada.

A alternativa D está incorreta, pois embora compensação seja causa de extinção, remissão também é causa de extinção do crédito tributário (art. 156, IV, CTN), e não de suspensão.

A alternativa E está incorreta, pois anistia é hipótese de exclusão do crédito tributário (art. 175, II, CTN), e não de extinção. Depósito do montante integral é suspensão.

QUESTÃO 34

No que concerne ao sigilo fiscal, julgue os itens a seguir, de acordo com o que dispõe o CTN. I As informações relativas a representações fiscais para fins penais são contempladas pelo sigilo fiscal. II A administração tributária somente pode atender à solicitação de acesso a informações protegidas pelo sigilo fiscal por outras autoridades administrativas quando voltadas à investigação de determinado sujeito passivo por prática de infração penal. III A determinação de quebra de sigilo fiscal pelo juiz deve ser interpretada como atividade excepcional do Poder Judiciário, razão por que somente pode ser implementada quando comprovada nos autos a absoluta imprescindibilidade da medida. Assinale a opção correta.

A) Apenas o item II está certo.

B) Apenas o item III está certo.

C) Apenas os itens I e II estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda o sigilo fiscal previsto no art. 198 do CTN, que estabelece as hipóteses de proteção e exceções ao sigilo das informações obtidas pela Fazenda Pública.

Nos termos do art. 198, §3º, do CTN:

"Não é vedada a divulgação de informações relativas a: I – representações fiscais para fins penais."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

O item I está incorreto, pois as representações fiscais para fins penais constituem expressa exceção ao sigilo fiscal, conforme art. 198, §3º, I, do CTN. Trata-se de hipótese em que a divulgação é permitida, não sendo tais informações contempladas pela proteção do sigilo.

O item II está incorreto, pois o art. 198, §1º, II, do CTN permite a transferência de informações sigilosas mediante solicitação de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que comprovada a instauração regular de processo administrativo, não se limitando apenas à investigação de infração penal.

O item III está correto, pois a quebra de sigilo fiscal pelo Poder Judiciário constitui medida excepcional, exigindo demonstração da imprescindibilidade para o deslinde da causa, em observância aos princípios constitucionais da privacidade e intimidade, devendo ser deferida apenas quando absolutamente necessária.

QUESTÃO 35

Em relação à repartição de receitas tributárias, assinale a opção correta, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do STF.

A) É inconstitucional a concessão de incentivos, benefícios e isenções fiscais pelos estados que impacte a formação do fundo de participação dos municípios.

B) A repartição de receitas da União a partir da arrecadação por meio do IPI não contempla os municípios.

C) Metade do que é arrecadado pela União através do imposto seletivo deverá ser repartida com os demais entes federados, por meio do fundo de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de instituições financeiras de caráter regional.

D) Pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores incidente sobre aeronaves e embarcações que sejam licenciadas em seus territórios.

E) A criação de programas de diferimento de pagamento de ICMS por determinado estado da Federação não pode ser acompanhada da postergação da repartição de receitas daquele tributo em favor dos municípios do estado.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o FPM é formado por receitas de impostos federais, e não estaduais. Ademais, conforme o Tema 653 do STF, é constitucional a concessão regular, pela União, de incentivos, benefícios e isenções relativos ao IR e ao IPI, ainda que haja redução do montante destinado ao Fundo de Participação dos Municípios.

A alternativa B está incorreta, pois os Municípios participam da arrecadação do IPI por meio do FPM, nos termos do art. 159, I, da Constituição, e também recebem parte dos recursos transferidos aos Estados na forma do art. 159, II e § 3º.

A alternativa C está correta, pois o art. 159, I, da Constituição, com redação dada pela EC nº 132/2023, determina que 50% do produto da arrecadação do IR, do IPI e do Imposto Seletivo sejam destinados ao FPE, ao FPM e aos programas de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, operacionalizados por instituições financeiras regionais.

A alternativa D está incorreta, pois, quanto aos veículos aquáticos e aéreos, os Municípios recebem 50% do IPVA quando os respectivos proprietários estiverem domiciliados em seus territórios, e não conforme o local de licenciamento, nos termos do art. 158, III, da Constituição.

A alternativa E está incorreta, pois, conforme o Tema 1.172 do STF, programas de diferimento ou postergação do pagamento do ICMS podem ser acompanhados da postergação do repasse da quota municipal, desde que a parcela pertencente aos Municípios seja transferida quando ocorrer o efetivo ingresso do tributo nos cofres estaduais. A ADI 3.837/DF não altera essa conclusão, pois se refere a créditos extintos por compensação ou transação, hipóteses em que há proveito econômico ou ingresso indireto de receita para o Estado.

Gabarito: letra C.

QUESTÃO 36

Julgue os seguintes itens, relativos à obrigação tributária e ao lançamento tributário. I A definição legal do fato gerador deve ser interpretada abstraindo-se dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos. II O lançamento tributário tem como parâmetro a lei vigente à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, exceto se posteriormente revogada, hipótese em que aquele ficará prejudicado. III No lançamento por declaração, o contribuinte só pode retificar as informações prestadas para reduzir ou excluir o tributo após a notificação do lançamento, desde que comprove o erro cometido no documento originalmente apresentado. Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item II está certo.

C) Apenas os itens I e III estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda a interpretação do fato gerador e as regras sobre lançamento tributário, conforme disciplinado no Código Tributário Nacional.

Nos termos do art. 118 do CTN:

"A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se: I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos; II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos."

Quanto ao lançamento, dispõe o art. 144 do CTN:

"O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada."

Já o art. 147, §1º, do CTN estabelece:

"A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

O item I está correto, pois reproduz literalmente o art. 118, II, do CTN, que consagra o princípio do pecunia non olet, pelo qual a definição do fato gerador independe dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

O item II está incorreto, pois o art. 144 do CTN determina que o lançamento se rege pela lei vigente na data do fato gerador, ainda que posteriormente modificada ou revogada. A revogação posterior não prejudica o lançamento.

O item III está incorreto, pois inverte a regra do art. 147, §1º, do CTN. A retificação para reduzir ou excluir tributo só é admissível ANTES da notificação do lançamento, e não após, como afirma o item.

A alternativa A está correta, pois apenas o item I está certo.

A alternativa B está incorreta, pois o item II contraria o art. 144 do CTN.

A alternativa C está incorreta, pois o item III inverte a regra temporal da retificação.

A alternativa D está incorreta, pois ambos os itens II e III contêm erros.

A alternativa E está incorreta, pois os itens II e III estão errados.

QUESTÃO 37

À luz do disposto no CTN, assinale a opção correta no que concerne à responsabilidade tributária.

A) A responsabilidade dos sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, não admite benefício de ordem.

B) Na arrematação de imóvel em hasta pública, independentemente do preço pago, os créditos relativos a tributos cujo fato gerador seja a propriedade sub-rogam-se integralmente na pessoa do adquirente.

C) A responsabilidade dos pais pelos tributos devidos por filhos menores é solidária, com benefício de ordem, mas, em relação às penalidades, restringe-se àquelas de caráter moratório.

D) A responsabilidade por infrações da legislação tributária deve ser mensurada a partir da intenção do agente ou da efetividade, bem como da natureza e da extensão dos efeitos do ato.

E) Os prepostos e empregados são pessoalmente responsáveis pelos tributos relacionados a atos por eles praticados.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda a responsabilidade tributária prevista no CTN, especialmente quanto aos terceiros responsáveis e à responsabilidade por infrações.

Nos termos do art. 134 do CTN:

"Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis: I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores."

E o parágrafo único do mesmo artigo dispõe:

"O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o art. 134 do CTN estabelece responsabilidade solidária com benefício de ordem, já que exige a impossibilidade de exigência do cumprimento pelo contribuinte como condição prévia.

Os sócios, na liquidação de sociedade de pessoas, respondem nos termos do inciso VII do art. 134, que admite tal benefício.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 130, parágrafo único, do CTN dispõe expressamente que, no caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço, e não na pessoa do adquirente.

A alternativa C está correta, pois reflete exatamente o disposto no art. 134, caput e parágrafo único, do CTN. A responsabilidade dos pais é solidária com benefício de ordem (exige-se primeiro a impossibilidade de cobrança do contribuinte) e, quanto às penalidades, limita-se às de caráter moratório.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 136 do CTN estabelece que a responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 137 do CTN prevê responsabilidade pessoal do agente apenas em hipóteses específicas de infrações conceituadas como crimes ou contravenções, ou praticadas com dolo específico, não sendo regra geral para empregados e prepostos.

QUESTÃO 38

Com base nas disposições do Código Tributário e de Rendas do Município de Porto Velho (Lei Complementar n.º 878/2021), assinale a opção correta acerca do processo administrativo fiscal.

A) Da decisão de primeira instância não cabe pedido de reconsideração.

B) Um único auto de infração pode contemplar infrações distintas, desde que referentes a um mesmo tributo.

C) Admite-se, em uma só petição, a reunião de impugnação ou de defesa referente a mais de um instrumento constitutivo de crédito, desde que verse sobre o mesmo assunto e se refira ao mesmo contribuinte.

D) O recurso de ofício, a ser dirigido ao Conselho de Recursos Fiscais do Município de Porto Velho, não possui efeito suspensivo e será cabível sempre que, no todo ou em parte, a decisão seja contrária à fazenda municipal.

E) A discordância do contribuinte em relação ao lançamento tributário deve ser manifestada por meio de impugnação em procedimento ordinário, que será analisada pelo setor responsável pelo lançamento, gestão ou fiscalização do tributo correspondente.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois o art. 139 da LC nº 878/2021 estabelece expressamente que não cabe pedido de reconsideração da decisão de primeira instância. Contra a decisão contrária ao sujeito passivo, cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos Fiscais, nos termos do art. 140.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 118 da LC nº 878/2021 veda que um mesmo auto de infração contenha a capitulação de infrações distintas, ainda que se refiram ao mesmo tributo ou a obrigações acessórias distintas.

A alternativa C está incorreta, pois, conforme o art. 129 da LC nº 878/2021, é vedada a reunião, em uma só petição, de impugnações ou defesas referentes a mais de um instrumento constitutivo de crédito, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte.

A alternativa D está incorreta, pois o recurso de ofício possui efeito suspensivo, conforme o art. 144 da LC nº 878/2021. Além disso, a legislação prevê hipóteses em que sua interposição será dispensada, razão pela qual ele não é cabível invariavelmente em toda decisão contrária à Fazenda Municipal.

A alternativa E está incorreta, pois a impugnação do contribuinte contra o lançamento periódico de ofício é processada em rito sumário, e não ordinário, embora seja inicialmente apreciada pelo setor responsável pelo lançamento, gestão ou fiscalização do tributo correspondente, conforme o art. 114, caput e § 1º, da LC nº 878/2021.

QUESTÃO 39

A Lei n.º 4.320/1964 é considerada o principal instrumento de normas gerais de direito financeiro no Brasil. Com relação ao seu enquadramento constitucional e ao regime de competências legislativas em matéria financeira, assinale a opção correta.

A) A Lei n.º 4.320/1964 é lei ordinária de alcance exclusivamente federal, vinculando apenas a elaboração do orçamento da União, podendo estados e municípios disciplinar sua contabilidade pública de forma inteiramente autônoma.

B) A Lei n.º 4.320/1964 vincula apenas os entes que a ela aderiram por convênio de cooperação federativa, sendo facultativa sua aplicação por estados e municípios que disponham de legislação orçamentária própria.

C) A competência para legislar sobre direito financeiro é exclusiva da União, cabendo aos estados apenas editar normas de execução orçamentária, desde que autorizados por decreto presidencial.

D) A Lei n.º 4.320/1964 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 como lei ordinária federal, razão pela qual suas normas de direito financeiro podem ser afastadas por leis ordinárias posteriores de cada ente federativo, desde que observadas as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E) A Lei n.º 4.320/1964, editada originariamente como lei ordinária, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 (CF) com status de lei complementar, pois a CF reservou a lei complementar a disciplina das normas gerais de direito financeiro.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão exige conhecimento sobre a recepção da Lei n.º 4.320/1964 pela Constituição Federal de 1988 e o regime de competências legislativas em matéria de direito financeiro.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 24, I, estabelece competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre direito financeiro. Já o art. 163, I, determina que lei complementar disporá sobre finanças públicas. O art. 165, §9º, I, por sua vez, reserva à lei complementar a função de dispor sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos.

Como a Lei n.º 4.320/1964 foi editada antes da CF/88 como lei ordinária, mas trata de matéria que a nova ordem constitucional reservou à lei complementar, ela foi recepcionada com status de lei complementar, fenômeno reconhecido pelo STF em diversos precedentes.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Lei n.º 4.320/1964 estabelece normas gerais de direito financeiro aplicáveis a todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), não tendo alcance exclusivamente federal.

A alternativa B está incorreta, pois a aplicação da Lei n.º 4.320/1964 é obrigatória para todos os entes federativos, independentemente de adesão por convênio, por tratar-se de norma geral de direito financeiro.

A alternativa C está incorreta, pois a competência para legislar sobre direito financeiro é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, I, CF), cabendo à União estabelecer normas gerais, e não exclusiva da União.

A alternativa D está incorreta, pois a Lei n.º 4.320/1964 foi recepcionada com status de lei complementar, não podendo ser afastada por leis ordinárias dos entes federativos.

A alternativa E está correta, pois a Lei n.º 4.320/1964, embora originariamente editada como lei ordinária, foi recepcionada pela CF/88 com status de lei complementar, uma vez que o art. 163, I, reservou à lei complementar a disciplina das normas gerais de direito financeiro.

QUESTÃO 40

À luz da jurisprudência firmada pelo STF acerca da composição da despesa com pessoal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

A) O imposto de renda retido na fonte não integra a despesa com pessoal, por não representar gasto efetivo.

B) A definição de despesa com pessoal pode ser livremente modificada por lei estadual.

C) A exclusão de parcelas da despesa com pessoal feita em desacordo com a LRF viola a CF.

D) A LRF não possui natureza de norma geral de direito financeiro.

E) É possível excluir os valores pagos a inativos e pensionistas do cálculo da despesa com pessoal, por decisão do ente federativo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda o entendimento do STF sobre a composição da despesa com pessoal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto à impossibilidade de exclusão de parcelas por legislação estadual em desacordo com a norma geral.

O entendimento consolidado do STF é de que a definição de despesa com pessoal constitui norma geral de direito financeiro, de competência privativa da União por lei complementar (arts. 163 e 169 da CF/88), de modo que o ente federativo não pode, por lei própria ou por interpretação contábil, excluir parcelas em desacordo com a LRF. Fazê-lo configura inconstitucionalidade, seja por usurpação da competência federal para fixar normas gerais, seja por afronta ao regime de responsabilidade fiscal que dá concretude ao equilíbrio das contas públicas. A constitucionalidade do núcleo da LRF, registre-se, foi assentada no julgamento da ADI 2.238. A alternativa C exprime precisamente essa orientação.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o STF entende que o imposto de renda retido na fonte integra a despesa com pessoal, já que compõe a remuneração bruta do servidor, sendo apenas retido pelo ente público para posterior repasse.

A alternativa B está incorreta, pois a definição de despesa com pessoal estabelecida na LRF não pode ser livremente modificada por lei estadual, uma vez que se trata de norma geral de observância obrigatória por todos os entes federativos.

A alternativa C está correta, pois o STF consolidou (ADI 2238) que a definição de despesa com pessoal constitui norma geral de direito financeiro, de competência privativa da União por lei complementar (arts. 163 e 169 da CF/88), de modo que o ente federativo não pode, por lei própria ou por interpretação contábil, excluir parcelas em desacordo com a LRF. Fazê-lo configura inconstitucionalidade, seja por usurpação da competência federal para fixar normas gerais, seja por afronta ao regime de responsabilidade fiscal que dá concretude ao equilíbrio das contas públicas.

A alternativa D está incorreta, pois o STF reconhece expressamente que a LRF possui natureza de norma geral de direito financeiro, editada com base na competência concorrente prevista no art. 24, I, da CF/88.

A alternativa E está incorreta, pois os valores pagos a inativos e pensionistas integram obrigatoriamente o cálculo da despesa com pessoal, conforme art. 18, §1º, da LRF, não podendo o ente federativo excluí-los por decisão própria.

QUESTÃO 41

A LRF exige controles específicos para a renúncia de receita, exigência também prevista no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), conforme interpretação do STF. Com base nesses instrumentos normativos e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

A) Para concessão ou ampliação de benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita, a LRF exige que o proponente do ato demonstre que a medida foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, ou que o ato disponha de medidas de compensação por meio de aumento de receita ou redução de despesa.

B) O art. 113 do ADCT, conforme interpretação consolidada pelo STF, aplica-se apenas a projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, sendo as proposições legislativas do Congresso Nacional livres das exigências de estimativa de impacto orçamentário.

C) O STF assentou o entendimento de que a ausência de estimativa de impacto orçamentário não compromete a validade de leis que concedam benefícios fiscais, por se tratar de exigência meramente formal.

D) As exigências de compensação por renúncia de receita previstas na LRF aplicam-se apenas à União, ficando estados e municípios sujeitos exclusivamente aos limites estabelecidos em suas próprias leis de responsabilidade fiscal.

E) O conceito de renúncia de receita, nos termos da LRF, não abrange a concessão de créditos presumidos concedidos pelo poder público.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão versa sobre os requisitos para renúncia de receita previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a interpretação do STF acerca do art. 113 do ADCT.

Nos termos do art. 14, I e II, da LRF:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; II - estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz fielmente as exigências alternativas do art. 14, I e II, da LRF, que impõe ao proponente demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita OU apresentar medidas de compensação.

A alternativa B está incorreta, pois o STF entende que o art. 113 do ADCT aplica-se também às proposições legislativas de iniciativa parlamentar, não sendo exclusivo do Poder Executivo.

A alternativa C está incorreta, pois o STF firmou entendimento de que a ausência de estimativa de impacto orçamentário pode comprometer a validade de leis que concedam benefícios fiscais, não sendo mera formalidade.

A alternativa D está incorreta, pois a LRF é lei complementar de caráter nacional, aplicando-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme seu art. 1º.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 14, §1º, da LRF inclui expressamente a concessão de crédito presumido no conceito de renúncia de receita.

QUESTÃO 42

A Lei n.º 4.320/1964 classifica os créditos adicionais em três modalidades — suplementares, especiais e extraordinários —, cada qual com regime jurídico de abertura distinto. A esse respeito, é correto afirmar que os créditos

A) extraordinários destinam-se ao reforço de dotações orçamentárias insuficientes e dependem de lei autorizadora específica do Poder Legislativo para que possam ser abertos por decreto do Poder Executivo.

B) especiais destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

C) extraordinários, por sua urgência, devem ser ratificados pelo Poder Legislativo, em sessão conjunta, no prazo de trinta dias, sob pena de perda de eficácia.

D) adicionais, sejam eles suplementares, especiais ou extraordinários, têm vigência obrigatoriamente limitada ao exercício financeiro em que foram abertos, vedada qualquer prorrogação para o exercício seguinte.

E) suplementares e especiais podem ser abertos por simples decreto do Poder Executivo, sem necessidade de autorização legislativa, desde que haja recursos disponíveis identificados nos termos da Lei n.º 4.320/1964.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda a classificação e o regime jurídico de abertura dos créditos adicionais, conforme disciplinado na Lei n.º 4.320/1964. Os créditos especiais, destinados a despesas sem dotação específica, exigem autorização legislativa prévia e são abertos por decreto do Executivo.

Nos termos do art. 41 da Lei n.º 4.320/1964:

"Os créditos adicionais classificam-se em: I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois confunde as modalidades. Os créditos extraordinários destinam-se a despesas urgentes e imprevistas (guerra, comoção intestina ou calamidade pública), e não ao reforço de dotações insuficientes, que é a finalidade dos créditos suplementares.

A alternativa B está correta, pois reproduz fielmente o conceito de crédito especial previsto no art. 41, II, da Lei n.º 4.320/1964, bem como seu regime de abertura: autorização por lei e abertura por decreto executivo, conforme art. 42 da mesma lei.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo constitucional para submissão dos créditos extraordinários ao Congresso Nacional é imediato, e não de trinta dias. Além disso, a Constituição não exige sessão conjunta para essa ratificação.

A alternativa D está incorreta, pois a própria Constituição Federal (art. 167, §2º) permite que créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício sejam reabertos no exercício seguinte, nos limites de seus saldos.

A alternativa E está incorreta, pois tanto os créditos suplementares quanto os especiais dependem de prévia autorização legislativa, não podendo ser abertos por simples decreto do Executivo sem essa autorização, conforme arts. 42 e 43 da Lei n.º 4.320/1964.

QUESTÃO 43

A LRF, em seu art. 25, estabelece o conceito legal de transferência voluntária e impõe sanções ao ente beneficiário que descumprir suas obrigações. De acordo com o referido diploma legal, assinale a opção correta.

A) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital de um ente da Federação a outro, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal, ou, ainda, dos recursos destinados ao SUS.

B) São transferências voluntárias todos os recursos repassados de um ente da Federação a outro, incluídos os destinados ao SUS e os decorrentes de convênios de cooperação técnica, pois todos dependem de ato de vontade do transferidor.

C) Os recursos do Fundo de Participação dos Municípios são classificados como transferências voluntárias da União, sujeitas ao regime do art. 25 da LRF, pois sua distribuição entre os municípios depende de ato administrativo anual do Tesouro Nacional.

D) Quando o ente beneficiário estiver em situação de inadimplência com obrigações da LRF, a sanção de suspensão das transferências voluntárias aplica-se de forma absoluta, inclusive sobre recursos destinados a ações de assistência social, pois o rigor fiscal não comporta exceções.

E) A realização de transferências voluntárias depende exclusivamente da existência de dotação orçamentária no ente transferidor e da assinatura de convênio ou instrumento congêneres.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda o conceito de transferência voluntária previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que exclui expressamente determinadas transferências constitucionais e legais de seu regime especial.

Nos termos do art. 25, caput, da LRF:

"Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz fielmente o conceito legal de transferência voluntária do art. 25 da LRF, excluindo as transferências constitucionais, legais e as destinadas ao SUS.

A alternativa B está incorreta, pois inclui os recursos destinados ao SUS e os decorrentes de determinação legal no conceito de transferência voluntária, quando a LRF expressamente os exclui dessa definição.

A alternativa C está incorreta, pois os recursos do FPM decorrem de determinação constitucional (art. 159, I, da CF), constituindo transferência obrigatória e não voluntária, não se sujeitando ao regime do art. 25 da LRF.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 25, §3º, da LRF prevê exceções à suspensão das transferências voluntárias, ressalvando as relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 25 da LRF estabelece requisitos adicionais para a realização de transferências voluntárias, como comprovação de regularidade fiscal e cumprimento de limites constitucionais pelo ente beneficiário, não bastando apenas dotação orçamentária e convênio.

QUESTÃO 44

À luz da tese firmada pelo STF no julgamento do Tema n.º 1.217 de repercussão geral (RE 1.346.152), assinale a opção correta acerca da fixação, pelos municípios, de índices de correção monetária e taxas de juros de mora para seus créditos tributários.

A) Os municípios não podem adotar índices de correção monetária nem taxas de juros de mora incidentes em patamar superior ao estabelecido pela União para os mesmos fins, não podendo o encargo global resultante (correção monetária e juros de mora) superar a taxa SELIC praticada pela União para os mesmos fins.

B) A taxa SELIC é apenas parâmetro facultativo para os entes subnacionais, sendo legítima a fixação, pelos municípios, de sistema próprio de atualização monetária e juros moratórios, desde que haja previsão em lei municipal específica.

C) A competência legislativa concorrente em matéria de direito financeiro estende-se aos municípios por meio da competência suplementar prevista na CF, de maneira que, nesse contexto, os municípios podem estabelecer critérios próprios de atualização de seus créditos tributários, desde que respeitados os limites gerais fixados pela União.

D) A vedação imposta pelo STF na matéria em questão restringe-se à criação de índices locais próprios, não alcançando a hipótese em que o município utilize índice federal diverso da SELIC cumulado com juros moratórios fixados em lei local.

E) Os municípios podem adotar índice de correção monetária diverso da taxa SELIC para atualização de seus créditos tributários, desde que se trate de índice oficial federal, ainda que cumulado com juros moratórios que resultem em encargo global superior ao praticado pela União.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda a tese fixada pelo STF no Tema 1.217 de repercussão geral, que estabeleceu limites para a fixação de índices de correção monetária e juros de mora pelos entes subnacionais sobre seus créditos tributários.

No julgamento do RE 1.346.152, o STF firmou a seguinte tese:

"Os estados-membros e o Distrito Federal podem legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos tributários, desde que o percentual estabelecido não supere o fixado pela União para os mesmos fins."

Essa orientação aplica-se igualmente aos municípios, estabelecendo que o encargo global (soma de correção monetária e juros) não pode ultrapassar a taxa SELIC praticada pela União.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reflete fielmente a tese do Tema 1.217, segundo a qual municípios não podem fixar encargos (correção monetária somada a juros de mora) em patamar superior ao estabelecido pela União, tendo a SELIC como teto.

A alternativa B está incorreta, pois a SELIC não é parâmetro meramente facultativo, mas funciona como limite máximo obrigatório para os entes subnacionais, conforme decidido pelo STF.

A alternativa C está incorreta, pois, embora exista competência suplementar municipal, o STF estabeleceu que o limite da União (SELIC) deve ser respeitado como teto, não havendo liberdade ampla para fixação de critérios próprios.

A alternativa D está incorreta, pois a vedação abrange qualquer combinação de índices e juros que resulte em encargo global superior à SELIC, independentemente de serem índices locais ou federais diversos.

A alternativa E está incorreta, pois a utilização de índice oficial federal diverso da SELIC cumulado com juros que resultem em encargo superior ao praticado pela União viola diretamente a tese fixada no Tema 1.217.

QUESTÃO 45

O regime constitucional dos precatórios passou por sucessivas reformas e foi objeto de controle de constitucionalidade pelo STF nas ADI n.º 4.357 e n.º 4.425, julgadas em 2013, e nas n.º 7.047 e n.º 7.064, julgadas em 2023, tendo o Congresso Nacional editado, em setembro de 2025, a Emenda Constitucional (EC) n.º 136/2025. Considerando as previsões constitucionais em vigor e a evolução normativa e jurisprudencial relativa ao regime dos precatórios, assinale a opção correta.

A) A EC n.º 136/2025 alterou o prazo constitucional para apresentação de precatórios, antecipando a data-limite de 2 de abril para 1.º de fevereiro, para fins de inclusão dos precatórios na proposta orçamentária do exercício seguinte.

B) É vedada ao credor a cessão de seus créditos em precatórios a terceiros, por se tratar de direito personalíssimo decorrente de decisão judicial, dependente de anuência do ente devedor.

C) A EC n.º 136/2025, editada após o julgamento das ADI n.º 7.047 e n.º 7.064, estabeleceu novo regime de pagamento de precatórios para estados, Distrito Federal e municípios, com teto anual escalonado entre 1% e 5% da receita corrente líquida, além de prever atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros simples de 2% ao ano, com substituição pela taxa SELIC quando esta for mais favorável ao credor.

D) Os débitos de natureza alimentar cujos titulares sejam idosos, portadores de doenças graves ou pessoas com deficiência devem ser pagos com preferência sobre todos os demais, até o valor equivalente ao quántuplo do teto fixado para as obrigações de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade.

E) Nas citadas ADI julgadas em 2023, o STF declarou a inconstitucionalidade do regime especial estabelecido pela EC n.º 62/2009, tendo determinado o pagamento imediato de todos os precatórios

pendentes e afastado definitivamente a possibilidade de limitação anual de pagamentos no ordenamento constitucional.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda o regime constitucional dos precatórios, especialmente as alterações promovidas pela EC n.º 136/2025, que estabeleceu novo sistema de pagamento com teto escalonado e critérios de atualização monetária específicos.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta. A EC n.º 136/2025 antecipou o prazo de 2 de abril para 1º de fevereiro como data-limite relativa à inclusão dos precatórios na proposta orçamentária. Em termos práticos, os precatórios apresentados até 1º de fevereiro passam a integrar o orçamento do exercício seguinte, com pagamento até o fim do ano seguinte — sendo que, antes, a data-limite era 2 de abril (prazo este que, por sua vez, já havia sido antecipado pela EC n.º 114/2021 em relação à data originária de 1º de julho). A assertiva reproduz fielmente essa alteração.

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição Federal expressamente permite a cessão de créditos em precatórios a terceiros, independentemente de anuência do ente devedor, conforme art. 100, §13, da CF/88. O crédito em precatório não possui natureza personalíssima.

A alternativa C está incorreta. É verdade que a Emenda foi editada após as ADIs de 2023, que instituiu teto escalonado de 1% a 5% da RCL para Estados, DF e Municípios e que adotou o IPCA acrescido de juros simples de 2% ao ano. O equívoco está na ressalva final: a soma do IPCA com os juros de 2% ao ano não poderá ultrapassar a taxa SELIC, de modo que, caso a SELIC seja inferior, ela prevalecerá como índice. Ou seja, caso o índice de atualização somado aos juros seja superior à taxa SELIC, esta será aplicada em substituição. A SELIC, portanto, funciona como teto e incide justamente quando é a *menor* grandeza — hipótese menos favorável ao credor, e não "mais favorável", como afirma a alternativa.

A alternativa D está incorreta, pois o limite para pagamento preferencial de débitos alimentares de idosos, portadores de doenças graves ou pessoas com deficiência é o triplo (e não o quádruplo) do valor fixado para obrigações de pequeno valor, conforme art. 100, §2º, da CF/88.

A alternativa E está incorreta, pois as ADIs n.º 7.047 e n.º 7.064, julgadas em 2023, não determinaram o pagamento imediato de todos os precatórios pendentes nem afastaram definitivamente a possibilidade de limitação anual. O STF modulou os efeitos e permitiu a continuidade de regimes especiais com ajustes constitucionais.

QUESTÃO 46

De acordo com a jurisprudência do STJ, a formalização da cessão de direitos hereditários

- A) pode ser realizada por instrumento público ou particular, não havendo exigência de forma específica para sua validade.
- B) pode ser formalizada por instrumento público ou particular, desde que celebrada após a abertura da sucessão e submetida à homologação judicial.
- C) deve ser realizada por escritura pública para que seja válida.
- D) pode ser formalizada por instrumento particular, desde que posteriormente homologada judicialmente.
- E) pode ser formalizada por instrumento particular, desde que celebrada após a abertura da sucessão e com a anuência dos demais herdeiros.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda a formalidade exigida para a cessão de direitos hereditários, tema pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O Código Civil estabelece requisito formal específico para esse negócio jurídico.

Nos termos do art. 1.793 do Código Civil:

"O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública."

O STJ consolidou entendimento de que a escritura pública constitui requisito de validade da cessão de direitos hereditários, não sendo admitida a forma particular.

Eis a literalidade do precedente que importa para a presente questão:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO E PARTILHA. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS. EXIGÊNCIA DE ESCRITURA PÚBLICA. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. EQUIPARAÇÃO. RENÚNCIA TRANSLATIVA POR TERMO NOS AUTOS COM CESSÃO CONSENSUAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 282/STF. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de origem concluiu pela impossibilidade da homologação do instrumento particular de cessão de direitos hereditários por exigir a lei a escritura pública para o ato. Nesse contexto, verifica-se que o entendimento esposado no v. acórdão recorrido está em consonância com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assente no sentido de que a cessão de direitos hereditários deve ser formalizada por escritura pública. Súmula 83/STJ. 2. Fica inviabilizado o conhecimento

de temas trazidos no recurso especial, mas não debatidos e decididos nas instâncias ordinárias, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Incidência da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal. 3. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, não provido. (AREsp n. 3.141.222/SE, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 30/3/2026, DJEN de 8/4/2026.)

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois há exigência legal de forma específica para a cessão de direitos hereditários, qual seja, a escritura pública, conforme art. 1.793 do CC.

A alternativa B está incorreta, pois a cessão de direitos hereditários exige escritura pública, não sendo admitido instrumento particular, ainda que com homologação judicial posterior.

A alternativa C está correta, pois reflete exatamente o disposto no art. 1.793 do Código Civil e a jurisprudência consolidada do STJ, que exige escritura pública como forma essencial para a validade da cessão de direitos hereditários.

A alternativa D está incorreta, pois o instrumento particular não é admitido para a cessão de direitos hereditários, mesmo com homologação judicial, sendo indispensável a escritura pública.

A alternativa E está incorreta, pois a anuência dos demais herdeiros e a celebração após a abertura da sucessão não suprem a exigência legal de escritura pública para a formalização válida da cessão.

QUESTÃO 47

De acordo com o entendimento do STJ, se, após a celebração de compromisso de compra e venda de bem imóvel, o promitente vendedor não cumprir a obrigação de outorgar a escritura definitiva, o promitente comprador tem o direito de pleitear, em juízo, a

A) adjudicação compulsória, estando a pretensão referente à obtenção da escritura definitiva do imóvel sujeita ao prazo decadencial de quatro anos.

B) adjudicação compulsória, não estando a pretensão referente à obtenção da escritura definitiva do imóvel sujeita a prazo prescricional.

C) adjudicação compulsória, desde que previamente promovida a rescisão contratual por inadimplemento do promitente vendedor.

D) adjudicação compulsória, estando a pretensão referente à obtenção da escritura definitiva do imóvel sujeita ao prazo prescricional de três anos.

E) resolução do contrato, sendo incabível a adjudicação compulsória na ausência de registro do compromisso.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda o instituto da adjudicação compulsória e a natureza da pretensão do promitente comprador quando o promitente vendedor se recusa a outorgar a escritura definitiva do imóvel.

O STJ possui entendimento consolidado de que a adjudicação compulsória independe do registro do compromisso de compra e venda, conforme Súmula 239:

"O direito à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis."

Ademais, o STJ firmou posição de que a pretensão de adjudicação compulsória é imprescritível, por se tratar de direito potestativo exercido mediante ação de natureza constitutiva. Eis a literalidade do dispositivo que importa para a presente questão: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. REGISTRO DE ESCRITURAS. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A legitimidade ativa dos recorridos foi reconhecida, pois eram partes do acordo homologado, sendo despicando litisconsórcio necessário para a execução de obrigações de regularização registral. 2. A pretensão de outorga e registro de escritura definitiva é imprescritível, por se tratar de direito potestativo, conforme jurisprudência consolidada do STJ. 3. Não houve julgamento extra petita, pois o pedido inicial incluía o registro das escrituras, condição essencial para a transmissão da propriedade, afastando a alegação de extrapolação dos limites do pedido. 4. A revisão das conclusões do acórdão recorrido demandaria reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. 5. Agravo desprovido. (AREsp n. 2.556.723/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 10/11/2025, DJEN de 17/11/2025.)

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a pretensão de adjudicação compulsória não se sujeita a prazo decadencial de quatro anos. O STJ entende que tal pretensão é imprescritível, não se aplicando os prazos do art. 178 do Código Civil.

A alternativa B está correta, pois reflete exatamente o entendimento do STJ de que o promitente comprador pode pleitear a adjudicação compulsória e que essa pretensão não está sujeita a prazo prescricional, por se tratar de direito potestativo sem prazo extintivo previsto em lei.

A alternativa C está incorreta, pois a adjudicação compulsória não pressupõe prévia rescisão contratual. Ao contrário, busca-se justamente o cumprimento forçado da obrigação de outorgar a escritura, e não a extinção do contrato.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo prescricional de três anos previsto no art. 206, §3º, do Código Civil não se aplica à adjudicação compulsória. O STJ entende que essa pretensão é imprescritível.

A alternativa E está incorreta, pois contraria frontalmente a Súmula 239 do STJ, que dispensa o registro do compromisso de compra e venda para o exercício do direito à adjudicação compulsória.

QUESTÃO 48

De acordo com o Código Civil e com o entendimento do STJ, a doação de bem particular imóvel realizada por cônjuge casado sob regime de comunhão parcial de bens

A) pode configurar negócio jurídico anulável em caso de ausência de outorga uxória, sendo tal anulabilidade condicionada à comprovação de prejuízo à meação.

B) dispensa a outorga uxória, uma vez que sua ausência não compromete a validade da doação, produzindo efeitos em relação à meação do outro cônjuge.

C) exige a outorga uxória como requisito de validade do negócio jurídico, independentemente de eventual prejuízo à meação, sendo dispensada a referida outorga na doação de bens móveis.

D) dispensa a outorga uxória, uma vez que esta se limita aos bens comuns do casal, não abrangendo os bens particulares.

E) dispensa a outorga uxória, pois bem particular não integra a meação do outro cônjuge.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**

A questão aborda a necessidade de outorga uxória na doação de bem imóvel particular realizada por cônjuge casado sob o regime da comunhão parcial de bens, à luz do art. 1.647, I, do Código Civil e do entendimento do STJ

O art. 1.647, I, do Código Civil estabelece que nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis, salvo no regime da separação absoluta.

Embora o bem particular não integre, em regra, a comunhão patrimonial do casal no regime da comunhão parcial, a exigência legal de outorga conjugal recai sobre os bens imóveis em geral, não se limitando aos bens comuns. Assim, para a alienação ou doação de imóvel particular, exige-se a autorização do outro cônjuge como requisito de validade do negócio jurídico.

Nesse sentido, o STJ firmou entendimento de que a doação de bem imóvel particular realizada por cônjuge casado sob o regime da comunhão parcial de bens, sem a outorga uxória, é inválida, pois viola o art. 1.647, I, do Código Civil. A invalidade decorre da ausência da autorização conjugal exigida em lei, independentemente da demonstração de prejuízo à meação.

A análise de eventual prejuízo à meação somente tem pertinência em hipóteses diversas, especialmente no caso de doação de bens móveis ou de atos de disposição que possam comprometer a parte ideal do outro cônjuge, conforme a lógica do art. 1.647, IV, do Código Civil.

Eis a literalidade do precedente:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. DOAÇÃO DE IMÓVEL PARTICULAR. AUSÊNCIA DE OUTORGA UXÓRIA. INVALIDADE DO NEGÓCIO. ART. 1.647, I, DO CÓDIGO CIVIL.

1. A doação de bem imóvel particular realizada por cônjuge casado sob regime de comunhão parcial de bens exige, nos termos do art. 1.647, I, do Código Civil, a outorga uxória como requisito de validade do negócio jurídico. Trata-se de regra protetiva da família e dos bens integrantes do patrimônio imobiliário dos cônjuges.

2. A ausência de outorga uxória acarreta a invalidade da doação, independentemente de eventual prejuízo à meação, do que somente cabe cogitar em se tratando de doação de bens móveis, nas situações descritas no inciso IV do mesmo dispositivo.

3. Em regra, o juízo do inventário pode apreciar questões de direito fundadas em prova documental (art. 612 do CPC), cabendo remessa às vias ordinárias quando houver necessidade de dilação probatória ou complexidade jurídica incompatível com o rito do inventário, como no caso em análise.

4. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp n. 2.130.069/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 9/12/2025, DJEN de 13/1/2026.)

Dessa forma, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois condiciona a anulabilidade da doação de imóvel particular sem outorga uxória à comprovação de prejuízo à meação. No caso de bem imóvel, a exigência de outorga decorre diretamente do art. 1.647, I, do Código Civil, sendo requisito de validade do negócio jurídico, independentemente da prova de prejuízo.

A alternativa B está incorreta, pois afirma que a doação dispensa outorga uxória e que sua ausência não compromete a validade do negócio. Ao contrário, tratando-se de bem imóvel, ainda que particular, a autorização do outro cônjuge é exigida por lei, salvo no regime da separação absoluta.

A alternativa C está correta, pois a doação de bem imóvel particular por cônjuge casado sob o regime da comunhão parcial de bens exige outorga uxória como requisito de validade do negócio jurídico, nos termos do art. 1.647, I, do Código Civil. A exigência independe da demonstração de prejuízo à meação, sendo diversa a lógica aplicável à doação de bens móveis, mencionada no inciso IV do mesmo dispositivo.

A alternativa D está incorreta, pois a outorga uxória não se limita aos bens comuns do casal. O art. 1.647, I, do Código Civil refere-se à alienação ou gravação de ônus real sobre bens imóveis, abrangendo também bens particulares do cônjuge.

A alternativa E está incorreta, pois o fato de o bem particular não integrar a meação do outro cônjuge não afasta, por si só, a exigência de outorga uxória quando se trata de bem imóvel. A exigência decorre da própria natureza imobiliária do bem e da regra protetiva prevista no art. 1.647, I, do Código Civil.

QUESTÃO 49

Suponha que o juízo tenha extinguido determinado processo civil sem resolução de mérito ao admitir que uma das partes desistisse unilateralmente do acordo antes de sua homologação judicial. Com base nessa situação hipotética, considerados o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

A) A transação será suscetível de modificação unilateral por uma das partes enquanto não homologada judicialmente.

B) Uma vez concluída a transação, será inviável a rescisão unilateral antes da homologação judicial do acordo.

C) A transação não terá eficácia jurídica até sua homologação judicial, somente produzindo efeitos obrigacionais entre as partes após essa formalidade.

D) A validade da transação depende de homologação judicial, não produzindo efeitos sem essa formalidade, podendo ser anulada por dolo, coação ou erro essencial.

E) Uma vez concluída a transação, será possível o arrependimento unilateral por qualquer das partes até a homologação judicial do acordo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda a natureza jurídica da transação e os efeitos do acordo celebrado entre as partes antes da homologação judicial, tema em que o STJ possui entendimento consolidado.

A transação é negócio jurídico bilateral que se aperfeiçoa com o consenso das partes, conforme art. 840 do Código Civil. O STJ firmou entendimento de que a transação extrajudicial é ato jurídico perfeito e acabado desde sua celebração, sendo a homologação judicial mera formalidade para extinção do processo, não constituindo requisito de validade ou eficácia do acordo. Assim, celebrada a transação, não cabe arrependimento ou desistência unilateral. Eis a literalidade do precedente que importa para a presente questão:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. TRANSAÇÃO. EFEITOS VINCULANTES. ARREPENDIMENTO UNILATERAL SEM VÍCIO DE CONSENTIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 849 DO CC. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL PENDENTE. IRRELEVÂNCIA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. 1. A negativa de prestação jurisdicional não se configura quando o acórdão recorrido apresenta fundamentação suficiente para sustentar sua decisão, ainda que desfavorável à parte recorrente. 2. A transação, uma vez celebrada, vincula definitivamente as partes, não sendo admissível a desistência unilateral do acordo sem a demonstração de vício de consentimento (art. 849 do Código Civil), ainda que pendente de homologação judicial. 3. Recurso especial conhecido e provido. (REsp n. 2.245.469/SC, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 11/5/2026, DJEN de 15/5/2026.)

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a transação, uma vez concluída, não admite modificação unilateral, já que se trata de negócio jurídico bilateral que se aperfeiçoa com o consentimento recíproco das partes.

A alternativa B está correta, pois reflete o entendimento do STJ de que a transação é ato jurídico perfeito desde sua celebração, não sendo possível a rescisão unilateral mesmo antes da homologação judicial, que possui natureza meramente formal.

A alternativa C está incorreta, pois a transação produz efeitos obrigacionais entre as partes desde sua celebração, independentemente de homologação judicial, que apenas formaliza a extinção do processo.

A alternativa D está incorreta, pois a validade da transação não depende de homologação judicial. A transação é válida e eficaz desde o momento em que as partes manifestam seu consentimento, podendo ser anulada por vícios, mas isso não se confunde com dependência de homologação.

A alternativa E está incorreta, pois contraria frontalmente a jurisprudência do STJ, que não admite arrependimento unilateral após a conclusão da transação, sendo irrelevante se houve ou não homologação judicial.

QUESTÃO 50

De acordo com entendimento jurisprudencial do STJ, a publicação não autorizada de imagem de pessoa

A) somente gera dever de indenizar caso haja a comprovação de prejuízo material efetivo sofrido pela pessoa retratada na imagem.

B) gera dever de indenizar caso a divulgação tenha fins econômicos ou comerciais, ou caso ocorra utilização degradante da imagem, ainda que ausentes os referidos fins.

C) não enseja indenização caso não tenha finalidade lucrativa, ainda que haja exposição indevida ou uso degradante da imagem.

D) não configura ato ilícito caso a imagem seja captada em local público, independentemente do contexto de sua divulgação.

E) somente gera dever de indenizar caso haja a comprovação de dolo do agente para a configuração do dano moral.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão trata da proteção ao direito de imagem segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça. O STJ firmou entendimento de que a publicação não autorizada de imagem gera dever de indenizar em duas hipóteses principais: quando há finalidade econômica ou comercial, ou quando ocorre uso degradante, independentemente de fins lucrativos.

Conforme a Súmula 403 do STJ:

"Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o STJ dispensa a comprovação de prejuízo material efetivo quando a imagem é utilizada com fins econômicos ou comerciais. O dano, nesses casos, é presumido (in re ipsa).

A alternativa B está correta, pois reflete fielmente o entendimento jurisprudencial do STJ, que reconhece o dever de indenizar tanto na hipótese de uso comercial da imagem quanto na utilização degradante, mesmo sem finalidade lucrativa.

A alternativa C está incorreta, pois o STJ reconhece que o uso degradante da imagem enseja indenização ainda que não haja finalidade lucrativa. A proteção ao direito de imagem não se limita ao aspecto patrimonial.

A alternativa D está incorreta, pois o simples fato de a imagem ter sido captada em local público não afasta a ilicitude. O contexto da divulgação e a forma de utilização são relevantes para caracterizar eventual violação ao direito de imagem.

A alternativa E está incorreta, pois a responsabilidade civil por violação ao direito de imagem não exige comprovação de dolo. A culpa em sentido amplo é suficiente, e o dano moral, em casos de uso comercial não autorizado, é presumido.

QUESTÃO 51

Conforme entendimento jurisprudencial do STJ, a confissão de dívida configura novo título executivo extrajudicial, de modo que, expressamente reconhecida a novação, a ausência de participação ou de anuência dos garantidores no novo contrato implica

A) a suspensão da eficácia das garantias até eventual ratificação posterior pelos garantidores.

B) a ineficácia da novação em relação aos garantidores, preservando-se integralmente as garantias anteriormente prestadas.

C) a manutenção automática das garantias prestadas no contrato originário, independentemente de anuência dos garantidores.

D) a exoneração deles da garantia e, por consequência, sua ilegitimidade para compor o polo passivo da execução fundada nesse instrumento.

E) a transferência das garantias para o novo contrato, desde que haja previsão expressa na confissão de dívida, ainda que sem anuência dos garantidores.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão trata dos efeitos da novação sobre as garantias prestadas por terceiros, tema disciplinado pelo Código Civil e consolidado na jurisprudência do STJ.

Nos termos do art. 364 do Código Civil:

"A novação extingue os acessórios e garantias da dívida, sempre que não houver estipulação em contrário. Não aproveitará, contudo, ao credor ressaltar o penhor, a hipoteca ou a anticrese, se os bens dados em garantia pertencerem a terceiro que não foi parte na novação."

O STJ firmou entendimento de que a confissão de dívida com expressa novação, sem a participação ou anuência dos garantidores, acarreta a extinção das garantias anteriormente prestadas, liberando os fiadores ou outros garantidores das obrigações assumidas. Eis a literalidade do precedente que importa para a presente questão:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. NOVAÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS GARANTIDORES QUE NÃO CONSENTIRAM COM A NOVAÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS EM CONTRATO ENTRE PARTICULARES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Não se configura negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal de origem enfrenta de forma suficiente as questões essenciais ao deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte, sendo incabível confundir decisão desfavorável com omissão violadora dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

2. A confissão de dívida configura novo título executivo extrajudicial, de modo que expressamente reconhecida a novação, a ausência de participação ou de anuência dos garantidores no novo contrato implica sua exoneração da garantia e, por consequência, sua ilegitimidade para compor o polo passivo da execução fundada nesse instrumento, à luz dos arts. 356 e 366 do CC.

3. Nos contratos onerosos celebrados entre particulares não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a taxa de juros remuneratórios encontra limitação na Lei de Usura, sendo nulas as cláusulas que estipulem juros remuneratórios acima de 12% ao ano (1% ao mês), admitindo-se a revisão judicial dos encargos mesmo em respeito à autonomia da vontade.

4. Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

(AREsp n. 2.824.664/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 13/4/2026, DJEN de 22/4/2026.)

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois não há previsão legal de suspensão da eficácia das garantias aguardando ratificação. A novação opera a extinção imediata das garantias quando ausente anuência dos garantidores.

A alternativa B está incorreta, pois a novação é plenamente eficaz, mas seus efeitos extintivos alcançam as garantias prestadas por terceiros que não participaram do novo ajuste.

A alternativa C está incorreta, pois contraria frontalmente o art. 364 do CC, que exige a anuência dos garantidores para manutenção das garantias na novação.

A alternativa D está correta, pois reflete o entendimento do STJ: a novação sem participação dos garantidores implica sua exoneração, tornando-os partes ilegítimas para figurar no polo passivo de execução fundada no novo título.

A alternativa E está incorreta, pois mesmo havendo previsão expressa de transferência das garantias, esta não pode ser imposta a terceiros que não anuíram com a novação, conforme parte final do art. 364 do CC.

QUESTÃO 52

De acordo com o Código Civil e o entendimento do STJ, a pretensão de anulação de negócio jurídico fundada em vício de fraude contra credores configura hipótese de

- A) anulabilidade, sujeita a prazo prescricional de dez anos, contado da celebração do contrato.
- B) anulabilidade, sujeita ao prazo decadencial de quatro anos, contado da celebração do contrato.
- C) nulidade, sujeita ao prazo decadencial de quatro anos, contado da celebração do contrato.
- D) anulabilidade, sujeita ao prazo prescricional de três anos, contado da celebração do contrato.
- E) nulidade, sujeita ao prazo prescricional de três anos, contado da celebração do contrato.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda a natureza jurídica da fraude contra credores e o prazo para sua impugnação, tema que exige atenção à distinção entre defeitos do negócio jurídico e à posição consolidada do STJ.

A fraude contra credores está prevista nos arts. 158 a 165 do Código Civil como causa de anulabilidade do negócio jurídico. O art. 178, II, do CC estabelece prazo decadencial de quatro anos para pleitear a anulação, contado da data da celebração do ato. O STJ pacificou entendimento de que a fraude contra credores é vício que gera anulabilidade, reconhecível apenas por meio de ação pauliana, não sendo admissível seu reconhecimento incidental.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois embora classifique corretamente como anulabilidade, erra ao indicar prazo prescricional de dez anos. O prazo é decadencial de quatro anos, conforme art. 178, II, do CC.

A alternativa B está correta, pois a fraude contra credores é causa de anulabilidade (art. 171, II, CC), sujeita ao prazo decadencial de quatro anos contado da celebração do contrato (art. 178, II, CC), em consonância com o entendimento do STJ.

A alternativa C está incorreta, pois a fraude contra credores não configura nulidade, mas sim anulabilidade, sendo vício social que não atinge a validade do negócio de forma absoluta.

A alternativa D está incorreta, pois apesar de indicar corretamente a anulabilidade, erra ao mencionar prazo prescricional de três anos. O prazo aplicável é decadencial de quatro anos.

A alternativa E está incorreta, pois classifica erroneamente a fraude contra credores como nulidade e indica prazo prescricional de três anos, quando se trata de anulabilidade sujeita a prazo decadencial de quatro anos.

QUESTÃO 53

Segundo a jurisprudência do STJ, a ocupação de bem público configura

A) posse com animus domini, suscetível de proteção possessória ampla e de aquisição da propriedade por usucapião.

B) mera detenção precária, insuscetível de retenção ou indenização por benfeitorias, sendo impossível a obtenção do bem pelo instituto da usucapião.

C) posse de má-fé, que admite indenização por benfeitorias necessárias, com possibilidade de retenção até o ressarcimento.

D) posse tolerada pela administração pública, que pode ser convertida em propriedade privada mediante o decurso do tempo e o cumprimento dos requisitos legais.

E) posse de boa-fé, capaz de ensejar indenização por benfeitorias úteis e necessárias, assim como direito de retenção.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda o entendimento consolidado do STJ sobre a natureza jurídica da ocupação de bens públicos por particulares. O tribunal firmou posição de que tal ocupação configura mera detenção, e não posse, em razão da impossibilidade de usucapião de bens públicos prevista constitucionalmente.

O STJ, no julgamento do REsp 1.296.964/DF, em sede de recurso repetitivo (Tema 796), fixou a seguinte tese:

"A ocupação de área pública, sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, não pode ser reconhecida como posse, mas mera detenção, sendo, pois, incabível a propositura de ações possessórias contra o ente público, não sendo possível a aplicação da teoria da função social da posse ou do direito de retenção e indenização pelas benfeitorias realizadas."

No mesmo sentido a Súmula 619, do STJ: A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a ocupação de bem público não configura posse com animus domini, tampouco permite proteção possessória ou usucapião, vedada expressamente pelos arts. 183, §3º, e 191, parágrafo único, da CF/88.

A alternativa B está correta, pois reflete exatamente o entendimento do STJ: a ocupação de bem público configura mera detenção precária, não admitindo retenção ou indenização por benfeitorias, sendo impossível a aquisição por usucapião.

A alternativa C está incorreta, pois a ocupação de bem público sequer é considerada posse, mas detenção, não havendo direito à indenização por benfeitorias nem retenção, independentemente da classificação como boa ou má-fé.

A alternativa D está incorreta, pois bens públicos são imprescritíveis, não podendo ser adquiridos por usucapião, ainda que haja tolerância administrativa ou decurso de tempo.

A alternativa E está incorreta, pois não se reconhece posse de boa-fé em ocupação de bem público, tratando-se de mera detenção, sem direito a indenização por benfeitorias ou retenção.

QUESTÃO 54

Conforme entendimento do STJ, a ação de petição de herança submete-se a prazo

A) prescricional, cuja contagem se inicia com o trânsito em julgado de ação de reconhecimento de filiação.

B) decadencial de dez anos, contado da abertura da sucessão.

C) prescricional de dez anos, contado do momento em que o herdeiro adquire ciência inequívoca da violação do seu direito.

D) prescricional, cuja contagem se inicia com a abertura da sucessão, correndo independentemente do trânsito em julgado de ação de reconhecimento de filiação.

E) decadencial de quatro anos, contado da prática do ato que tenha excluído o herdeiro da sucessão.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda o entendimento do STJ acerca do prazo aplicável à ação de petição de herança, especialmente quando o herdeiro também necessita ajuizar ação de reconhecimento de filiação.

A ação de petição de herança possui natureza prescricional, submetendo-se ao prazo geral de dez anos, previsto no art. 205 do Código Civil. O ponto central da questão, contudo, está na definição do termo inicial desse prazo.

No julgamento do Tema 1200 dos recursos repetitivos, o STJ firmou a tese de que o prazo prescricional para propor ação de petição de herança conta-se da abertura da sucessão, não sendo impedido, suspenso ou interrompido pelo ajuizamento de ação de reconhecimento de filiação, ainda que esta seja necessária para comprovar a condição de herdeiro.

Assim, conforme o entendimento consolidado pelo STJ, a fluência do prazo prescricional independe do trânsito em julgado da ação de investigação ou reconhecimento de filiação, pois o marco inicial permanece sendo a abertura da sucessão.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois, embora reconheça corretamente a natureza prescricional da ação de petição de herança, aponta como termo inicial o trânsito em julgado da ação de reconhecimento de filiação. Esse entendimento foi superado pelo STJ no Tema 1200, segundo o qual o prazo se inicia com a abertura da sucessão.

A alternativa B está incorreta, pois a ação de petição de herança não se submete a prazo decadencial, mas sim a prazo prescricional. Além disso, embora o prazo seja contado da abertura da sucessão, sua natureza é prescricional, e não decadencial.

A alternativa C está incorreta, pois o termo inicial do prazo prescricional não é o momento em que o herdeiro adquire ciência inequívoca da violação do seu direito. Conforme o Tema 1200/STJ, o prazo começa a correr da abertura da sucessão.

A alternativa D está correta, pois reflete o entendimento firmado pelo STJ no Tema 1200: a ação de petição de herança submete-se a prazo prescricional, cuja contagem se inicia com a abertura da sucessão, correndo independentemente do ajuizamento ou do trânsito em julgado de ação de reconhecimento de filiação.

A alternativa E está incorreta, pois não se trata de prazo decadencial de quatro anos. A ação de petição de herança sujeita-se ao prazo prescricional geral de dez anos do art. 205 do Código Civil, contado da abertura da sucessão.

QUESTÃO 55

A sociedade empresária cujo capital é dividido em quotas, de modo que os sócios respondem de forma restrita à fração de sua titularidade e solidariamente pela integralização do capital, denomina-se

A) sociedade cooperativa.

B) sociedade em comandita por ações.

C) sociedade anônima.

D) sociedade limitada.

E) sociedade em nome coletivo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda os tipos societários previstos no Código Civil e suas características quanto à divisão do capital e responsabilidade dos sócios. A sociedade limitada é aquela cujo capital se divide em quotas, com responsabilidade dos sócios restrita ao valor de suas quotas, mas solidária pela integralização total do capital social.

Nos termos do art. 1.052 do Código Civil:

"Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a sociedade cooperativa possui características próprias, com capital variável dividido em quotas-partes, e não segue o regime de responsabilidade descrito no enunciado.

A alternativa B está incorreta, pois a sociedade em comandita por ações tem capital dividido em ações, não em quotas, sendo regida subsidiariamente pelas normas das sociedades anônimas.

A alternativa C está incorreta, pois a sociedade anônima possui capital dividido em ações, e não em quotas, com responsabilidade dos acionistas limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas (art. 1.088, do Código Civil).

A alternativa D está correta, pois corresponde exatamente à definição legal da sociedade limitada prevista no art. 1.052 do Código Civil, com capital dividido em quotas e responsabilidade restrita ao valor das quotas, porém solidária pela integralização.

A alternativa E está incorreta, pois na sociedade em nome coletivo todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, conforme art. 1.039 do Código Civil.

QUESTÃO 56

A desconsideração inversa da personalidade jurídica é um incidente em que

A) um sócio busca atingir o patrimônio dos demais membros do quadro societário para satisfazer dívida da empresa.

B) ocorre a responsabilização dos sócios por dívidas contraídas pela empresa em favor de terceiro.

C) o credor busca atingir o patrimônio da empresa para satisfazer dívida contraída por sócio ou administrador.

D) ocorre a responsabilização do administrador por dívidas contraídas pelos sócios da empresa.

E) os membros do quadro societário buscam atingir o patrimônio de um dos sócios para satisfazer dívida da empresa.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda o instituto da desconsideração inversa da personalidade jurídica, que representa o caminho contrário da desconsideração tradicional: enquanto esta busca atingir o patrimônio dos sócios para satisfazer dívidas da sociedade, a desconsideração inversa permite alcançar o patrimônio da pessoa jurídica para satisfazer obrigações pessoais do sócio ou administrador.

Nos termos do art. 50, §3º, do Código Civil:

"O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois descreve situação em que um sócio busca atingir patrimônio de outros sócios, o que não corresponde à desconsideração inversa, que visa alcançar o patrimônio da própria pessoa jurídica.

A alternativa B está incorreta, pois descreve a desconsideração tradicional (direta), em que os sócios respondem por dívidas da empresa, e não o contrário.

A alternativa C está correta, pois define precisamente a desconsideração inversa: o credor de um sócio ou administrador busca atingir o patrimônio da pessoa jurídica para satisfazer dívida pessoal daquele, geralmente quando o devedor oculta bens na sociedade.

A alternativa D está incorreta, pois apresenta situação atípica de responsabilização do administrador por dívidas dos sócios, o que não corresponde a nenhuma modalidade de desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa E está incorreta, pois descreve membros do quadro societário buscando patrimônio de outro sócio, situação que não caracteriza a desconsideração inversa, mas eventual litígio interno entre sócios.

QUESTÃO 57

A respeito das espécies e classes de ações, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, é correto afirmar que

A) a companhia aberta poderá manter mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural.

B) o estatuto poderá restringir o direito, em relação às ações preferenciais, de participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas.

C) estas se classificam em ordinárias, preferenciais ou nominativas, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares.

D) as ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas no caso de conversibilidade em ações preferenciais.

E) as vantagens de ações ordinárias podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda as espécies e classes de ações disciplinadas na Lei das Sociedades Anônimas. As ações se dividem em ordinárias e preferenciais, podendo ser subdivididas em classes conforme critérios legais específicos.

Nos termos do art. 16, inciso I, da Lei n.º 6.404/1976:

"As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função de: (...) I – conversibilidade em ações preferenciais."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a regra é inversa: o art. 16-A, da Lei n.º 6.404/1976, estabelece na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos no art. 110-A desta Lei.

A alternativa B está incorreta, pois, consoante o disposto no §5º do art. 17, da Lei nº 6.404/1976, salvo no caso de ações com dividendo fixo, o estatuto não pode excluir ou restringir o direito das ações preferenciais de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas ou lucros.

A alternativa C está incorreta, pois as ações se classificam em ordinárias, preferenciais ou de fruição, conforme a natureza dos direitos que conferem (art. 15 da Lei n.º 6.404/1976). A forma nominativa não é espécie de ação, mas sim a forma obrigatória de todas as ações (art. 20).

A alternativa D está correta, pois reproduz exatamente a previsão do art. 16, inciso I, da Lei n.º 6.404/1976, que permite às ações ordinárias de companhia fechada serem de classes diversas em razão da conversibilidade em ações preferenciais.

A alternativa E está incorreta, pois a prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo, é vantagem típica das ações preferenciais, e não das ordinárias, conforme dispõe o art. 17, inciso I, da Lei n.º 6.404/1976.

QUESTÃO 58

Em relação às sociedades coligadas, considera-se que há influência significativa quando

A) a investidora exerce o poder de participar nas decisões da política financeira da investida, sem controlá-la.

B) a controladora for titular de mais de 20% dos votos conferidos pelo capital da controlada.

C) a controladora, através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem o poder de eleger a maioria dos administradores.

D) a investidora é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais.

E) a investidora detém o poder de participar nas decisões da política operacional da investida, com controle majoritário.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda o conceito de influência significativa nas sociedades coligadas, previsto no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações. A influência significativa caracteriza-se pela participação nas decisões políticas da investida sem que haja controle sobre ela.

Nos termos do art. 243, §4º, da Lei nº 6.404/76:

"Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz o conceito legal de influência significativa: participação nas decisões da política financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. A ausência de controle é elemento essencial para distinguir a coligação do controle societário. Cuidado! A omissão de "operacional" não torna a alternativa incorreta.

A alternativa B está incorreta, pois a titularidade de mais de 20% dos votos é apenas uma presunção relativa de influência significativa, não sendo seu conceito definitivo. Além disso, a alternativa menciona "controladora", figura distinta da sociedade coligada. Ademais, a Lei das SAs é clara, trazendo "20% ou mais" e o termo "investida" ao invés de "mais de 20%" ou "controlada".

A alternativa C está incorreta, pois descreve hipótese de controle indireto, e não de influência significativa. O poder de eleger a maioria dos administradores caracteriza controle societário, não coligação.

A alternativa D está incorreta, pois descreve o conceito de sociedade controladora, que possui preponderância permanente nas deliberações sociais, conforme art. 243, §2º, da Lei nº 6.404/76. Influência significativa não implica preponderância.

A alternativa E está incorreta, pois a existência de controle majoritário descaracteriza a influência significativa. O conceito legal exige expressamente a participação nas decisões "sem controlá-la", sendo incompatível com qualquer forma de controle.

QUESTÃO 59

Assinale a opção correta no que diz respeito ao incidente de classificação de crédito público, previsto na Lei n.º 11.101/2005.

A) As fazendas públicas deverão informar ao juízo os créditos não definitivamente constituídos, sob pena de preclusão.

B) A decisão sobre os cálculos e classificação dos créditos inscritos em dívida ativa competirá ao juízo da execução fiscal.

C) As execuções fiscais permanecerão suspensas até o encerramento da falência para o falido e todos os corresponsáveis.

D) Créditos do FGTS são excluídos do objeto de incidente de classificação de crédito público.

E) Instaurado o referido incidente, os créditos inscritos em dívida ativa deverão ser detalhados ao juízo falimentar.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda o incidente de classificação de crédito público introduzido pela Lei n.º 14.112/2020, que alterou a Lei n.º 11.101/2005, estabelecendo procedimento específico para habilitação de créditos tributários e não tributários das Fazendas Públicas no processo falimentar.

Nos termos do art. 7º-A, §1º, da Lei n.º 11.101/2005:

"As Fazendas Públicas deverão apresentar ao juízo da falência, no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação do edital previsto no art. 99, § 1º, desta Lei, a relação completa dos créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a existência de ação judicial ou de execução fiscal em curso e de parcelamento."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois as Fazendas Públicas devem informar os créditos já inscritos em dívida ativa, ou seja, definitivamente constituídos, não havendo obrigação de informar créditos ainda não constituídos definitivamente. Sobre o tema, o §2º do art. 7º-A, da Lei nº 11.101/2005 prescreve que os créditos não definitivamente constituídos, não inscritos em dívida ativa ou com exigibilidade suspensa poderão ser informados em momento posterior.

A alternativa B está incorreta, pois a decisão sobre os cálculos e a classificação dos créditos inscritos em dívida ativa competirá ao juízo da falência, e não ao juízo da execução fiscal, conforme sistemática do incidente de classificação de crédito público. Entenda que a decisão sobre os cálculos e a classificação dos créditos para os fins do disposto na Lei nº 11.101/2005, bem como sobre a arrecadação dos bens, a realização do ativo e o pagamento aos credores, competirá ao juízo falimentar, enquanto compete ao juízo da execução fiscal as decisões sobre a existência, a exigibilidade e o valor do crédito, bem como sobre o eventual prosseguimento da cobrança contra os corresponsáveis (vide incisos I e II do §4º do art. 7º-A, da Lei nº 11.101/2005. Dica do professor Rizza: E de Existência e Exigibilidade → Execução Fiscal; C de Classificação e Cálculos → Juízo Falimentar.

A alternativa C está incorreta, pois as execuções fiscais permanecem suspensas apenas em relação ao falido, não se estendendo automaticamente a todos os corresponsáveis, que podem continuar sendo executados. Veja o que prescreve o §4º, inciso V, do art. 7º-A, da Lei nº 11.101/2005: "as execuções fiscais permanecerão suspensas até o encerramento da falência, sem prejuízo da possibilidade de prosseguimento contra os corresponsáveis"

A alternativa D está incorreta, pois os créditos do FGTS estão incluídos no incidente de classificação de crédito público, sendo considerados créditos não tributários a serem apresentados pela Fazenda Pública. O §7º do art. 7º-A, da Lei nº 11.101/2005 estabelece que o disposto neste artigo (que trata do ICCP) aplica-se, no que couber, aos créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A alternativa E está correta, pois a lei exige que as Fazendas Públicas apresentem relação completa dos créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, classificação e demais informações detalhadas ao juízo falimentar (art. 7º-A, caput, Lei nº 11.101/2005).

QUESTÃO 60

Determinado locatário foi citado, juntamente com o fiador, em ação de despejo, ajuizada com fundamento na Lei n.º 8.245/1991, por falta de pagamento de aluguéis e acessórios da locação. Dentro do prazo de defesa, o locatário manifestou interesse em emendar a mora, requerendo autorização judicial para o depósito das quantias devidas. Considerando essa situação hipotética e a disciplina da Lei do Inquilinato a respeito da purgação da mora, assinale a opção correta.

A) Aceita pelo juiz a emenda da mora, o locatário deverá depositar, no prazo de 15 dias, contado da intimação do deferimento, o valor integral da dívida atualizada, com aluguéis e acessórios vencidos até a data do efetivo pagamento, multas ou penalidades contratuais, juros de mora, custas e honorários do advogado do locador.

B) O pedido de rescisão da locação poderá ser cumulado com o pedido de cobrança dos aluguéis e acessórios da locação, e, nessa hipótese, o locatário e o fiador deverão ser citados para responder ao pedido de rescisão e de cobrança, devendo ser apresentado, com a inicial, o cálculo discriminado do valor do débito.

C) Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, o locatário tem o direito de emendar a mora quantas vezes forem necessárias, desde que comprove a boa-fé contratual e a vontade consciente de cumprir a obrigação existente (*animus solvendi*).

D) A emenda da mora, na ação de despejo por falta de pagamento, abrange os aluguéis e acessórios da locação que vencerem até a sua efetivação, as multas ou penalidades contratuais, quando exigíveis, os juros de mora e as custas processuais, enquanto os honorários do advogado do locador deverão ser objeto de ação própria, intentada pelo patrono do locador, em observância ao brocardo romano *nemo alieno nomine in iudicio agit*.

E) A emenda da mora é vedada na ação de despejo por falta de pagamento, porquanto o inadimplemento contratual autoriza, desde logo, a desocupação compulsória do imóvel locado.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda a disciplina da Lei nº 8.245/1991, Lei do Inquilinato, acerca da ação de despejo por falta de pagamento, da possibilidade de cumulação com cobrança de aluguéis e acessórios da locação e da purgação da mora.

Nos termos do art. 62, I, da Lei do Inquilinato, nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, o pedido de rescisão da locação poderá ser cumulado com o pedido de cobrança dos aluguéis e acessórios. Nessa hipótese, deve-se citar o locatário para responder ao pedido de rescisão e o locatário e os fiadores para responderem ao pedido de cobrança, devendo ser apresentado, com a petição inicial, cálculo discriminado do valor do débito.

Além disso, a Lei nº 12.112/2009 alterou a sistemática da purgação da mora. Pela redação atual do art. 62, II, o locatário e o fiador podem evitar a rescisão da locação efetuando, no prazo de 15 dias contado da citação, o pagamento do débito atualizado, independentemente de cálculo e mediante depósito judicial.

Portanto, não se exige mais prévia autorização judicial para a emenda da mora nem se conta o prazo da intimação do deferimento.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois faz referência à sistemática anterior da Lei do Inquilinato, ao afirmar que, “aceita pelo juiz a emenda da mora”, o locatário deverá depositar o valor devido em 15 dias contados da intimação do deferimento. Pela redação atual do art. 62, II, o pagamento deve ser feito no prazo de 15 dias contado da citação, independentemente de autorização judicial e de cálculo.

A alternativa B está correta, pois reproduz a regra do art. 62, I, da Lei nº 8.245/1991. O pedido de rescisão da locação pode ser cumulado com o pedido de cobrança dos aluguéis e acessórios da locação; nessa hipótese, o locatário deve ser citado para responder ao pedido de rescisão, e o locatário e os fiadores devem ser citados para responder ao pedido de cobrança, sendo necessário apresentar, com a inicial, o cálculo discriminado do valor do débito.

A alternativa C está incorreta, pois a emenda da mora não pode ser exercida ilimitadamente. O art. 62, parágrafo único, da Lei do Inquilinato dispõe que não se admitirá a emenda da mora se o locatário já houver utilizado essa faculdade nos 24 meses imediatamente anteriores à propositura da ação.

A alternativa D está incorreta, pois os honorários do advogado do locador integram expressamente o valor a ser pago para a purgação da mora. De acordo com o art. 62, II, “d”, da Lei nº 8.245/1991, devem ser incluídas as custas e os honorários advocatícios do locador, fixados em 10% sobre o montante devido, se do contrato não constar disposição diversa.

A alternativa E está incorreta, pois a emenda da mora não é vedada na ação de despejo por falta de pagamento. Ao contrário, o art. 62, II, da Lei do Inquilinato permite que o locatário e o fiador evitem a rescisão da locação mediante o pagamento do débito atualizado no prazo legal.

QUESTÃO 61

A respeito do mandado de segurança, assinale a opção correta, de acordo com a Lei n.º 12.153/2009 (Juizado Especial da Fazenda Pública), com o CPC e com o entendimento dos tribunais superiores.

A) Não se incluem na competência do juizado especial da fazenda pública as causas sobre bens imóveis dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, bem como das autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

B) Nas causas de que trata a Lei n.º 12.153/2009, deverá haver reexame necessário.

C) Não é admissível alegação de inexigibilidade de título judicial, apresentada em prazo equivalente ao da ação rescisória, de sentença transitada em julgado proferida no âmbito dos juzados especiais da fazenda pública quando fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional pela Suprema Corte.

D) No juizado especial da fazenda pública, as pessoas jurídicas de direito público terão prazo em dobro para recorrer, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

E) É cabível mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado no âmbito dos juzados especiais federais, desde que o objetivo seja o controle da competência absoluta do juízo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda a competência dos Juzados Especiais da Fazenda Pública, disciplinada pela Lei n.º 12.153/2009, e aspectos processuais relacionados a este rito especial.

O art. 2º, §1º, II, da Lei n.º 12.153/2009 estabelece expressamente:

"Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública: I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos; II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz literalmente o art. 2º, §1º, II, da Lei n.º 12.153/2009, que exclui da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis dos entes federativos estaduais e municipais e suas autarquias e fundações.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 11 da Lei n.º 12.153/2009 dispõe expressamente que nas causas de competência dos Juzados Especiais da Fazenda Pública não haverá reexame necessário.

A alternativa C está incorreta, pois o STF admite a alegação de inexigibilidade de título judicial fundado em norma posteriormente declarada inconstitucional, sendo matéria passível de impugnação na fase de cumprimento de sentença (Tema 100).

A alternativa D está incorreta, pois o art. 7º da Lei n.º 12.153/2009 estabelece que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, afastando a prerrogativa de prazo em dobro.

A alternativa E está incorreta, pois a jurisprudência consolidada do STJ e STF é no sentido de que não cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado, conforme Súmula 268 do STF, ainda que para controle de competência.

QUESTÃO 62

De acordo com a Lei n.º 9.307/1996 (Lei de Arbitragem), com o CPC e com o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

A) A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário, inclusive quanto aos aspectos da unrecorribilidade (unicidade ou singularidade recursal), vedada a interposição simultânea de recursos para impugnar a mesma decisão arbitral, sob pena de o segundo recurso não ser conhecido.

B) Diferentemente do que ocorre nas arbitragens privadas, em que se admite a confidencialidade, a arbitragem que envolva a administração pública deve ser sempre de direito e respeitar o princípio da publicidade.

C) O não comparecimento injustificado do autor à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do réu, desde que este tenha comparecido ao ato.

D) A instauração de procedimento de arbitragem constitui causa de interrupção do prazo prescricional, retroagindo à data da celebração do contrato com cláusula compromissória, mesmo que o procedimento seja extinto por ausência de jurisdição.

E) A audiência de conciliação ou de mediação prevista no CPC somente será designada se o autor manifestar expressamente, na petição inicial, interesse na autocomposição, caso contrário, o réu será citado para apresentar contestação no prazo de 15 dias.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda aspectos da arbitragem previstos na Lei nº 9.307/1996, bem como dispositivos do CPC relacionados à conciliação e à interrupção da prescrição.

A Lei de Arbitragem, em seu art. 2º, §3º, estabelece:

"A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o princípio da unirrecorribilidade é típico do sistema recursal do Poder Judiciário, não sendo aplicável à arbitragem. A sentença arbitral, nos termos do art. 31 da Lei nº 9.307/96, constitui título executivo, mas não está sujeita a recursos no sentido processual tradicional, podendo ser impugnada por ação anulatória perante o Judiciário.

A alternativa B está correta, pois reproduz literalmente o art. 2º, §3º, da Lei de Arbitragem, que impõe que a arbitragem envolvendo a administração pública seja sempre de direito e observe o princípio da publicidade, diferenciando-se das arbitragens privadas que admitem confidencialidade.

A alternativa C está incorreta, pois, nos termos do art. 334, §8º, do CPC, a multa por não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é revertida em favor da União ou do Estado, e não em favor do réu.

A alternativa D está incorreta, pois a interrupção da prescrição pela instauração do procedimento arbitral retroage à data do requerimento de sua instauração, e não à data da celebração do contrato com cláusula compromissória, conforme art. 19, §2º, da Lei de Arbitragem.

A alternativa E está incorreta, pois, segundo o art. 334 do CPC, a audiência de conciliação ou mediação será designada como regra, somente não ocorrendo se ambas as partes manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual ou quando não se admitir autocomposição.

QUESTÃO 63

Considerando a Resolução n.º 125/2010 do CNJ, que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

A) De acordo com a referida resolução, é admitido que conciliadores e mediadores atuem nas respectivas sessões sem capacitação prévia, desde que tenham sido indicados por advogado regularmente inscrito na OAB.

B) A referida resolução atribui aos tribunais o dever de criar os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), com funções de planejamento, implementação, manutenção e aperfeiçoamento das ações voltadas à autocomposição, devendo tais núcleos ser compostos exclusivamente por magistrados da ativa, que deverão exercer a coordenação das atividades, podendo haver a participação de servidores, preferencialmente atuantes na área.

C) É dever dos tribunais criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e pela orientação ao cidadão.

D) Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) devem atuar a partir do momento em que for proposta a ação judicial, não havendo previsão de sessões consensuais de forma prematura à

instauração do processo judicial, por inexistir, nesse momento, conflito de interesses, pressuposto da conciliação e da mediação.

E) Os tribunais devem criar e manter cadastros atualizados dos mediadores habilitados e autorizados a atuar em mediação judicial, devendo regulamentar o processo de inscrição e desligamento dos mediadores, que exercerão função pública, podendo a atividade ser remunerada, sendo o valor fixado e custeado pelo tribunal.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos, instituída pela Resolução n.º 125/2010 do CNJ, que estabelece a criação de estruturas voltadas à autocomposição nos tribunais.

Nos termos do art. 8º, caput, da Resolução n.º 125/2010 do CNJ:

"Para atender aos Juízos, Juizados ou Varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família ou dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários, os Tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Centros ou Cejuscs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Resolução n.º 125/2010 do CNJ (art. 12) exige capacitação prévia obrigatória dos conciliadores e mediadores, conforme parâmetros curriculares definidos pelo próprio CNJ, não admitindo exceção por indicação de advogado.

A alternativa B está incorreta, pois os NUPMECs devem ser compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, não havendo exclusividade para magistrados da ativa, conforme art. 7º da Resolução.

A alternativa C está correta, pois reproduz fielmente o disposto no art. 8º da Resolução n.º 125/2010 do CNJ, que estabelece o dever de criação dos CEJUSCs pelos tribunais.

A alternativa D está incorreta, pois os CEJUSCs podem atuar tanto na fase pré-processual quanto processual, havendo expressa previsão de sessões de conciliação e mediação antes da instauração do processo judicial (arts. 8º, §1º; 8º-A; 10).

A alternativa E está incorreta, pois os conciliadores e mediadores não exercem função pública propriamente dita, sendo auxiliares da justiça, e a remuneração, quando houver, é custeada pelas partes, salvo em casos de gratuidade (art. 13, Lei n. 13.140/15).

QUESTÃO 64

A respeito dos métodos adequados de solução de conflitos previstos na Lei n.º 13.140/2015 (Mediação e Autocomposição), na Lei n.º 9.307/1996 (Lei de Arbitragem) e na Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a opção correta.

A) As questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não poderão ser objeto de cláusula contratual que preveja a conciliação como meio alternativo de resolução da controvérsia, por tratar de fatos imprevisíveis ou de fatos previsíveis de consequências incalculáveis.

B) Caso a administração pública seja parte interessada, as controvérsias relacionadas aos cálculos de indenizações não poderão ser resolvidas por mediação, ressalvados os casos em que os cálculos dependam de prova técnica simplificada, isto é, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

C) A Lei n.º 14.133/2021 permite a utilização da conciliação, da mediação e da resolução de controvérsias pelo comitê de resolução de disputas, mas não prevê expressamente a utilização da arbitragem em contratos administrativos.

D) Na mediação extrajudicial, poderá funcionar como mediador qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para a mediação, devendo integrar conselho, entidade de classe ou associação, ou, pelo menos, ser regularmente inscrito em uma dessas entidades.

E) A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda os métodos adequados de solução de conflitos envolvendo a Administração Pública, especialmente no tocante à mediação, arbitragem e mecanismos previstos na Lei de Licitações.

Nos termos do art. 34 da Lei n.º 13.140/2015:

"A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Lei n. 13.140/15, no art. 32, §5º, combinado com a Lei n.º 14.133/2021, em seu art. 151, expressamente permitem que controvérsias relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro sejam submetidas a meios alternativos de resolução, incluindo a conciliação, não havendo vedação legal para tanto.

A alternativa B está incorreta, pois a Lei n.º 13.140/15 e a Lei n.º 14.133/2021 não fazem referida ressalva.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 151, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021 prevê expressamente a arbitragem para dirimir conflitos decorrentes da execução contratual, desde que respeitados os requisitos legais.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 9º da Lei n.º 13.140/2015 dispõe que poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, não exigindo vinculação a conselho, entidade de classe ou associação.

A alternativa E está correta, pois reproduz literalmente o disposto no art. 34 da Lei n.º 13.140/2015, que estabelece a suspensão da prescrição quando instaurado procedimento administrativo para resolução consensual de conflito no âmbito da Administração Pública.

QUESTÃO 65

De acordo com a disciplina do CPC relativa à ação rescisória, julgue os itens a seguir, observando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores. I De acordo com o entendimento do STJ, o ajuizamento de ação rescisória depende de depósito prévio de cinco por cento do valor da causa, o qual não pode ser realizado por outros meios senão em dinheiro. II Extinta a ação rescisória por indeferimento da petição inicial, sem apreciação do mérito, em decisão monocrática proferida pelo relator, é vedado o levantamento, pelo autor, do depósito prévio, que será convertido em multa, revertida em favor da União ou do estado. III O STF poderá definir os efeitos temporais de seus precedentes vinculantes e sua repercussão sobre a coisa julgada, estabelecendo, inclusive, a extensão da retroação para fins de ação rescisória, ou mesmo o seu não cabimento, diante do grave risco de lesão à segurança jurídica ou ao interesse social. IV A fazenda pública municipal, assim como as autarquias e as fundações públicas, submete-se à exigência do depósito prévio nas ações rescisórias, em virtude do princípio da isonomia processual e da paridade de armas (equality of arms). Assinale a opção correta.

A) Apenas os itens I e II estão certos.

B) Apenas os itens I e III estão certos.

C) Apenas os itens II e IV estão certos.

D) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

E) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda aspectos procedimentais da ação rescisória previstos no CPC e na jurisprudência dos tribunais superiores, especialmente quanto ao depósito prévio e aos efeitos temporais de precedentes vinculantes.

Nos termos do art. 968, II, do CPC:

"A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 319, devendo o autor: II - depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

O item I está correto, pois o STJ consolidou entendimento de que o depósito prévio de 5% do valor da causa é requisito de admissibilidade da ação rescisória e deve ser realizado em dinheiro, não sendo admitida sua substituição por outras formas de garantia. STJ. 4ª Turma. REsp 1871477-RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 13/12/2022 (Info 761).

O item II está incorreto, pois a conversão do depósito em multa somente ocorre quando a ação rescisória for, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

Art. 974, Parágrafo único. Considerando, por unanimidade, inadmissível ou improcedente o pedido, o tribunal determinará a reversão, em favor do réu, da importância do depósito, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 82.

O indeferimento da petição inicial por decisão monocrática do relator não se enquadra nessa hipótese, sendo cabível o levantamento pelo autor. (STJ. 2ª Seção. AgInt na AR 7237/DF, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 10/8/2022 (Info 744).

O item III está correto, pois reflete o entendimento do STF quanto à modulação de efeitos de seus precedentes vinculantes, podendo o tribunal definir a extensão temporal da retroação para fins de ação rescisória ou mesmo afastar seu cabimento, em atenção à segurança jurídica e ao interesse social. STF. Plenário. AR 2.876 QO/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 24/04/2025 (Info 1177).

O item IV está incorreto, pois o art. 968, §1º, do CPC expressamente dispensa a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas respectivas autarquias e fundações de direito público do depósito prévio exigido para o ajuizamento da ação rescisória.

QUESTÃO 66

Acerca dos princípios constitucionais que organizam a seguridade social, previstos no art. 194 da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

A) O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento impõe ao legislador a obrigação irrestrita de estender a proteção da seguridade social a toda e qualquer contingência social, de modo que a ausência de cobertura de determinado risco social configura, por si só, violação direta ao texto constitucional.

B) A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços autoriza o Poder Executivo a criar, por meio de decreto, novos benefícios previdenciários, desde que identificada necessidade social e observado o princípio da isonomia.

C) A diversidade da base de financiamento é princípio constitucional organizador da seguridade social, refletindo-se na multiplicidade de fontes de custeio, como as contribuições de empregados, empregadores e receitas dos concursos de prognósticos.

D) O princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais aplica-se somente à previdência social, sendo inaplicável à assistência social e à saúde, por força de previsão constitucional expressa.

E) A seguridade social constitui sistema integrado voltado exclusivamente à previdência social e à assistência social, não abrangendo a saúde, cuja organização e financiamento decorrem de regime jurídico constitucional autônomo, desvinculado das normas do referido artigo da CF.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda os princípios constitucionais organizadores da seguridade social, previstos no art. 194 da Constituição Federal de 1988. A diversidade da base de financiamento está expressamente prevista como um dos objetivos a serem perseguidos pelo Poder Público na organização da seguridade social.

Nos termos do art. 194, parágrafo único, inciso VI, da CF/88:

"Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (...) VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento não impõe obrigação irrestrita. Trata-se de norma programática que orienta a ampliação progressiva da proteção, devendo ser conjugada com o princípio da seletividade e com a reserva do possível, não configurando violação automática a ausência de cobertura de determinado risco.

A alternativa B está incorreta, pois a criação de benefícios previdenciários exige lei formal, conforme o princípio da legalidade e a regra da contrapartida (art. 195, §5º, CF). O Poder Executivo não pode criar benefícios por decreto, sendo competência privativa do Congresso Nacional legislar sobre seguridade social.

A alternativa C está correta, pois a diversidade da base de financiamento é expressamente prevista no art. 194, parágrafo único, VI, da CF/88, materializando-se nas múltiplas fontes de custeio elencadas no art. 195, que incluem contribuições dos empregadores, trabalhadores e receitas de concursos de prognósticos.

A alternativa D está incorreta, pois o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais (art. 194, parágrafo único, II) aplica-se a toda a seguridade social, abrangendo previdência, assistência e saúde, sem qualquer ressalva constitucional que o limite apenas à previdência.

A alternativa E está incorreta, pois a seguridade social compreende expressamente um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social, conforme art. 194, caput, da CF/88.

QUESTÃO 67

A respeito do custeio da seguridade social, do salário de contribuição e do equilíbrio financeiro e atuarial, assinale a opção correta.

A) A substituição total da contribuição social do empregador sobre a folha de salários por contribuição incidente sobre a receita ou o faturamento pode ser realizada por lei ordinária federal, visto que corresponde a mera alteração de base de cálculo de tributo já existente.

B) A contribuição previdenciária do trabalhador avulso incide sobre o valor bruto de sua remuneração, sem limitação de teto, visto que, por não possuir vínculo empregatício fixo com um único tomador, a ele não se aplicam os limites estabelecidos para o segurado empregado.

C) As contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social estão sujeitas ao princípio da anterioridade anual, somente podendo ser cobradas no exercício financeiro subsequente ao da publicação da lei que as instituiu ou majorou.

D) O salário de contribuição do segurado empregado é limitado ao teto previsto no RGPS, de modo que parcelas remuneratórias que o excedam não integram a base de cálculo das contribuições previdenciárias patronais e do trabalhador, ressalvadas as exceções legais expressas.

E) A exigência de equilíbrio financeiro e atuarial nos regimes de previdência social foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro exclusivamente pela EC n.º 103/2019, inexistindo previsão anterior a essa emenda na CF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda temas relacionados ao custeio da seguridade social, especialmente o salário de contribuição e seus limites, bem como os princípios constitucionais aplicáveis às contribuições sociais. A Constituição Federal já prevê, na própria redação do art. 195, I, a receita ou o faturamento como base de cálculo autônoma da contribuição patronal, ao lado da folha de salários e do lucro:

"CF/88, art. 195, I. Do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; b) a receita ou o faturamento; c) o lucro."

Com base nesse fundamento, vejamos a análise das alternativas.

A alternativa A está correta, com ressalvas. O STF consolidou, no julgamento do Tema 281 da Repercussão Geral, que a substituição da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários por contribuição incidente sobre a receita ou o faturamento não configura criação de nova fonte de custeio, pois ambas as materialidades já estão previstas no art. 195, I, da Constituição Federal. Por essa razão, a substituição pode ser promovida por lei ordinária, sendo desnecessária a lei complementar exigida pelo art. 195, § 4º, combinado com o art. 154, I, da CF, para a instituição de fontes de custeio não previstas constitucionalmente. Deve-se registrar, contudo, que o § 13 do art. 195, que autorizava expressamente a substituição gradual, total ou parcial da contribuição sobre a folha pelo incidente sobre a receita ou o faturamento, foi revogado pela EC n. 103/2019. O art. 30 dessa emenda preservou apenas as contribuições substitutivas já instituídas até sua entrada em vigor. A alternativa A é a que melhor se harmoniza com a jurisprudência do STF, embora não contemple as limitações decorrentes da EC n. 103/2019 quanto às futuras hipóteses de substituição.

A alternativa B está incorreta. O trabalhador avulso é equiparado ao segurado empregado para todos os efeitos previdenciários, nos termos do art. 7º, XXXIV, da Constituição Federal e do art. 12, VI, da Lei n. 8.212/1991, aplicando-se a ele os mesmos limites máximos do salário de contribuição previstos para o segurado empregado, conforme o art. 28, I, da mesma lei.

A alternativa C está incorreta. As contribuições sociais destinadas à seguridade social submetem-se à anterioridade nonagesimal, e não à anterioridade anual. A cobrança somente pode ser exigida após decorridos noventa dias da publicação da lei que as instituiu ou modificou, sendo expressamente afastada a aplicação da anterioridade do exercício financeiro:

"CF/88, art. 195, § 6º. As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b."

A alternativa D está incorreta. O salário de contribuição do segurado empregado é limitado ao teto do RGPS, de modo que a contribuição do trabalhador não incide sobre valores que o excedam. A contribuição patronal, contudo, incide sobre a totalidade da remuneração paga, sem limitação ao teto, conforme o art. 22, I, da Lei n. 8.212/1991, que determina a incidência sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título durante o mês. A afirmação de que o teto limita também a base de cálculo patronal é incorreta.

A alternativa E está incorreta. A exigência de equilíbrio financeiro e atuarial não foi introduzida pela EC n. 103/2019. Esse princípio já constava da Constituição Federal desde a EC n. 20/1998, que inseriu expressamente essa exigência no caput do art. 201:

"CF/88, art. 201, caput. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (...). (Redação dada pela EC n. 20/1998.)"

Portanto, a alternativa A é a correta, por ser a que melhor se harmoniza com a jurisprudência do STF sobre a possibilidade de substituição da base de incidência da contribuição patronal por lei ordinária, dentro dos limites constitucionais.

QUESTÃO 68

Em relação aos regimes previdenciários e às regras constitucionais que regem o RPPS, nos termos da redação dada pela EC n.º 103/2019, assinale a opção correta.

A) Os servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, vinculam-se obrigatoriamente ao RPPS do ente ao qual pertencam, em razão do vínculo estatutário que os une à administração pública.

B) A aposentadoria por incapacidade permanente do servidor público abrangido por RPPS será devida com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto nos casos de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, conforme a lei, hipóteses em que os proventos serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

C) A referida EC permite que novos regimes próprios de previdência social sejam instituídos por municípios, desde que seja demonstrada viabilidade financeira e atuarial por meio de estudo técnico aprovado pelo respectivo tribunal de contas estadual.

D) Os empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da administração indireta de ente federativo que possua RPPS podem ser incluídos neste regime, mediante lei local, em razão da natureza pública do vínculo.

E) O servidor público que, sendo titular de cargo efetivo e filiado ao RPPS, exercer, concomitantemente, atividade remunerada sujeita ao RGPS ficará dispensado de recolher contribuições previdenciárias ao RGPS nessa segunda qualidade, em razão da vedação constitucional de dupla filiação previdenciária, que torna incompatível a filiação simultânea a dois regimes distintos de previdência social.

Comentários

A questão NÃO possui alternativa correta.

A questão aborda os regimes previdenciários e as regras constitucionais aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) após a EC n.º 103/2019, que promoveu profunda reforma no sistema previdenciário brasileiro.

Nos termos do art. 40, §1º, I, da CF/88, com redação dada pela EC n.º 103/2019:

"§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo."

Dessa forma, com base no fundamento acima transcrito, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta. O art. 40, § 13, da CF (mantido pela EC n.º 103/2019) determina que os ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, assim como os demais titulares de cargo temporário e os empregados públicos, ficam vinculados ao RGPS, não ao RPPS:

"CF, art. 40, § 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social."

A alternativa B está incorreta para fins desta questão, pois descreve o regime anterior à EC nº 103/2019, e não o regime instituído por ela, que é o exigido pelo enunciado. Antes da reforma, a regra do art. 40, § 1º, I (redação da EC 41/2003), realmente prescrevia proventos proporcionais, ressalvados os casos de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, calculados pela última remuneração ou por média de 80% das maiores contribuições. Após a EC nº 103/2019, esse regime foi substituído: os proventos passaram a ser calculados pela média aritmética de 100% dos salários de contribuição (60%, mais 2% por ano que exceder 20 anos de contribuição), e o percentual de 100% da média só é assegurado nos casos de acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho, não mais no rol mais amplo de "doença grave, contagiosa ou incurável" especificada em lei, e não mais com base na remuneração do cargo efetivo.

"EC nº 103/2019, art. 26, § 3º. O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º: (...) II, no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho."

A alternativa C está incorreta. O art. 40, § 22, da CF, na redação dada pela EC nº 103/2019, veda expressamente a instituição de novos regimes próprios de previdência social, sem ressalva para demonstração de viabilidade financeira e atuarial:

"CF, art. 40, § 22. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão."

A alternativa D está incorreta. Os empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista, por serem regidos pela CLT e não ocuparem cargo efetivo, vinculam-se ao RGPS, e não ao RPPS, que é restrito aos servidores titulares de cargo efetivo, nos termos do art. 40, caput, c/c o § 13, da CF.

A alternativa E está incorreta na conclusão de que o servidor fica "dispensado de recolher contribuições ao RGPS" quando exerce atividade remunerada sujeita a esse regime, concomitantemente ao cargo efetivo, não corresponde à disciplina previdenciária. Pelo contrário: o exercício concomitante de atividade sujeita ao RGPS (por exemplo, atividade autônoma ou emprego celetista paralelo) gera filiação obrigatória e dever de contribuição também ao RGPS quanto a essa atividade específica, sendo isso a regra geral de filiação múltipla por atividades distintas, prevista na legislação previdenciária (art. 11 e art. 12 da Lei nº 8.213/1991 e respectivos dispositivos da Lei nº 8.212/1991), e não uma vedação de dupla filiação.

QUESTÃO 69

Considerando as regras de transição estabelecidas pela EC n.º 103/2019 para servidores públicos titulares de cargo efetivo filiados ao RPPS que ingressaram no serviço público antes da publicação da citada emenda, assinale a opção correta.

A) A citada emenda elimina definitivamente a aposentadoria por incapacidade permanente com proventos integrais para todos os servidores públicos, independentemente da causa da incapacidade, substituindo-a pelo cálculo proporcional ao tempo de contribuição em todos os casos.

B) A pensão por morte dos dependentes de servidor público que tenha ingressado no serviço público antes da referida emenda e faleça após sua publicação deve ser calculada com base integralmente nas regras anteriores à emenda, em razão do direito adquirido do dependente ao regime jurídico vigente na data de ingresso do servidor.

C) O servidor que tenha preenchido todos os requisitos para a aposentadoria voluntária previstos nas normas constitucionais vigentes antes da publicação da referida emenda tem direito adquirido à aposentadoria sob as regras então vigentes, garantindo-se-lhe a integralidade e a paridade, se a elas já fazia jus de acordo com o regime jurídico aplicável ao seu caso concreto antes da referida emenda.

D) A regra de transição baseada no sistema de pontos (soma da idade com o tempo de contribuição), prevista na referida emenda, é a única modalidade de transição disponível para os servidores que ingressaram no serviço público antes da reforma, sendo de observância obrigatória por todos eles.

E) O servidor público que optar por qualquer das regras de transição previstas na mencionada emenda terá direito à integralidade dos proventos com base na última remuneração do cargo efetivo, preservando-se assim o regime anterior para os que já estavam em serviço.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda as regras de transição da EC nº 103/2019 e o princípio do direito adquirido aplicável aos servidores públicos que já haviam preenchido os requisitos para aposentadoria antes da reforma previdenciária.

O art. 3º da EC nº 103/2019 assegura expressamente o direito adquirido:

"É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria ao servidor público e de pensão por morte aos respectivos dependentes que, até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a EC nº 103/2019 manteve a possibilidade de aposentadoria por incapacidade permanente com proventos integrais quando a incapacidade decorrer de acidente em serviço ou doença profissional, conforme art. 26, §3º, II, da referida emenda.

A alternativa B está incorreta, pois a pensão por morte é regida pela legislação vigente na data do óbito do servidor, e não na data de seu ingresso no serviço público. Não há direito adquirido a regime jurídico.

A alternativa C está correta, pois o servidor que implementou todos os requisitos para aposentadoria antes da EC nº 103/2019 tem direito adquirido à concessão do benefício pelas regras anteriores, incluindo integralidade e paridade, se a elas já fazia jus.

A alternativa D está incorreta, pois a EC nº 103/2019 prevê diversas regras de transição (arts. 4º, 20 e 21), cabendo ao servidor optar pela mais vantajosa, não sendo o sistema de pontos a única modalidade disponível.

A alternativa E está incorreta, pois nem todas as regras de transição garantem integralidade e paridade. Apenas a regra do art. 4º, com requisitos específicos de idade e tempo de contribuição, preserva esses benefícios para determinados servidores.

QUESTÃO 70

Acerca dos institutos da efetividade, da estabilidade e da vitaliciedade aplicáveis aos servidores públicos, conforme a Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 8.112/1990 e as disposições doutrinárias pertinentes, assinale a opção correta.

A) O servidor público federal estável somente pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar que assegure o contraditório.

B) A vitaliciedade é prerrogativa conferida aos membros da magistratura e do Ministério Público imediatamente a partir da posse no cargo, de modo que, desde o início do exercício, a perda do cargo exige sentença judicial transitada em julgado, sem necessidade de deliberação do tribunal ou órgão colegiado superior.

C) A efetividade é atributo que se adquire com a aprovação em concurso público, de modo que o servidor nomeado em virtude de aprovação em concurso possui, desde a posse, proteção equivalente à estabilidade, não podendo ser exonerado discricionariamente pela administração pública.

D) A estabilidade, no serviço público federal, é adquirida automaticamente pelo servidor após dois anos de efetivo exercício no cargo, independentemente de avaliação especial de desempenho.

E) O servidor público federal nomeado para cargo de provimento efetivo está sujeito a estágio probatório de 36 meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, podendo ele ser exonerado ou reconduzido ao cargo que anteriormente ocupava caso não satisfaça às condições para aprovação no estágio probatório.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda os institutos da efetividade, estabilidade e vitaliciedade no serviço público, exigindo conhecimento da Constituição Federal e da Lei n.º 8.112/1990.

O art. 20 da Lei n.º 8.112/1990 dispõe:

"Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo."

Contudo, o STF e o STJ consolidaram entendimento de que o prazo do estágio probatório deve ser de 36 meses (3 anos), compatibilizando-o com o período para aquisição da estabilidade previsto no art. 41 da CF/88. O art. 20, §2º, da Lei n.º 8.112/1990 prevê que o servidor reprovado será exonerado ou, se estável em outro cargo, reconduzido.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o art. 41, §1º, da CF/88 prevê que, para além das hipóteses previstas na alternativa acima, também a possibilidade de perda de cargo no caso de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (art. 41 §1º, III, da CF/88)

A alternativa B está incorreta, pois a vitaliciedade não é adquirida imediatamente com a posse. Para magistrados de primeiro grau, exige-se dois anos de exercício (art. 95, I, CF/88), e para membros do Ministério Público, também há período similar (art. 128, §5º, I, "a", CF/88).

A alternativa C está incorreta, pois efetividade não se confunde com estabilidade. O servidor efetivo, durante o estágio probatório, pode ser exonerado caso não atenda aos requisitos legais, não possuindo a mesma proteção do servidor estável.

A alternativa D está incorreta, pois a estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício, conforme art. 41 da CF/88, e depende de aprovação em avaliação especial de desempenho, nos termos do §4º do mesmo dispositivo.

A alternativa E está correta, pois reflete o entendimento consolidado sobre o estágio probatório de 36 meses e as consequências da reprovação, conforme art. 20 e parágrafos da Lei n.º 8.112/1990, interpretados em harmonia com o prazo constitucional de estabilidade.

QUESTÃO 71

Em relação ao processo administrativo disciplinar (PA

D) previsto na Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

A) Os três servidores estáveis que compõem obrigatoriamente a comissão de PAD podem ser de nível hierárquico inferior ao do investigado, sem que isso acarrete a nulidade do processo, desde que atuem com imparcialidade.

B) A revisão do PAD, a pedido ou de ofício, pode resultar em agravamento da penalidade imposta, desde que o novo julgamento comprove fatos e circunstâncias que evidenciem a insuficiência da sanção anteriormente aplicada.

C) Se a sindicância resultar em penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias, serão prescindíveis a instauração do PAD e a garantia do contraditório e da ampla defesa ao servidor investigado durante o procedimento sindicante.

D) A penalidade de demissão, nos casos que a admitem, pode ser aplicada por meio de sindicância punitiva, dispensando-se a instauração de PAD, desde que sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa durante o procedimento e que a autoridade competente para a demissão homologue a conclusão.

E) O prazo para a conclusão do PAD não excederá sessenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a respectiva comissão, admitida a prorrogação por igual período quando as circunstâncias o exigirem.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda o processo administrativo disciplinar (PAD) previsto na Lei n.º 8.112/1990, especificamente quanto à composição da comissão, revisão, sindicância e prazos para conclusão.

Nos termos do art. 152 da Lei n.º 8.112/1990:

"O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o art. 149, caput, da Lei n.º 8.112/1990 exige que a comissão seja composta por três servidores estáveis designados pela autoridade competente, sendo que o presidente deve ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado. A composição com servidores de nível inferior acarreta nulidade.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 182, parágrafo único, da Lei n.º 8.112/1990 veda expressamente o agravamento da penalidade em sede de revisão, estabelecendo que "da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade".

A alternativa C está incorreta, pois mesmo que a sindicância possa resultar em penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias (art. 145, II), é imprescindível a garantia do contraditório e da ampla defesa ao servidor investigado, por força do art. 5º, LV, da CF/88.

A alternativa D está incorreta, pois a penalidade de demissão exige obrigatoriamente a instauração de PAD, conforme art. 146 da Lei n.º 8.112/1990, não podendo ser aplicada mediante simples sindicância, independentemente das garantias processuais observadas.

A alternativa E está correta, pois reproduz fielmente o art. 152 da Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o prazo de 60 dias para conclusão do PAD, contados da publicação do ato constitutivo da comissão, admitida prorrogação por igual período.

QUESTÃO 72

Com base na Lei Complementar n.º 385/2010, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho, bem como na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

A) O sistema de avaliação periódica de desempenho dos servidores estáveis adotado pela Lei Complementar n.º 385/2010 pode resultar na perda do cargo, dispensando a instauração de processo administrativo disciplinar e a ampla defesa, por não ser mecanismo de natureza disciplinar.

B) Servidor estável cuja demissão seja invalidada por decisão administrativa ou judicial será reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização pelos prejuízos decorrentes do retorno.

C) O referido regime jurídico admite o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez caso junta médica oficial declare insubsistentes os motivos da aposentadoria, contudo, veda a reversão de aposentado que já tenha completado setenta anos de idade.

D) A licença para tratar de interesses particulares é direito subjetivo do servidor estável, devendo ser concedida pela administração pública municipal quando solicitada, independentemente de conveniência e oportunidade do serviço.

E) O servidor público municipal que acumular cargos públicos em desacordo com as hipóteses constitucionais de acumulação será, desde logo, demitido, independentemente de processo administrativo disciplinar, por força da expressa vedação constitucional à acumulação ilícita de cargos públicos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda disposições sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais, especialmente quanto à avaliação de desempenho, reintegração, reversão, licença para interesse particular e acumulação de cargos.

Nos termos do art. 41, §1º, III, da CF/88:

"O servidor público estável só perderá o cargo: (...) III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa."

Quanto à reversão, o art. 25 da Lei 8.112/90 estabelece vedação semelhante à prevista em regimes jurídicos locais:

"Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a avaliação periódica de desempenho, embora não tenha natureza disciplinar, exige a observância da ampla defesa, conforme expressamente previsto no art. 41, §1º, III, da CF/88.

A alternativa B está incorreta, pois a reintegração implica que o eventual ocupante estável será reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, sem direito à indenização pelos prejuízos do retorno, que decorre de imposição legal.

A alternativa C está correta, pois os regimes jurídicos dos servidores públicos admitem a reversão do aposentado por invalidez quando cessarem os motivos da aposentadoria, mas vedam expressamente tal retorno ao servidor que já tenha completado setenta anos de idade.

A alternativa D está incorreta, pois a licença para tratar de interesses particulares não é direito subjetivo do servidor, sendo concedida a critério da Administração, que avaliará a conveniência e oportunidade do serviço.

A alternativa E está incorreta, pois a acumulação ilícita de cargos públicos, ainda que vedada constitucionalmente, exige a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração e eventual aplicação de penalidade, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa ao servidor.

QUESTÃO 73

Julgue os itens a seguir, relativos às fontes do direito do trabalho. I Na falta de disposições legais, as autoridades administrativas decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e pelos demais princípios e normas gerais de direito, podendo-se valer, ainda, dos usos e costumes. II Súmulas do TST não podem criar obrigações não previstas em lei. III O direito comum serve como fonte subsidiária do direito do trabalho. Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item II está certo.

C) Apenas os itens I e II estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda as fontes do direito do trabalho, tema disciplinado principalmente nos artigos 8º e 769 da CLT.

Nos termos do art. 8º, caput, da CLT:

"As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público."

Conforme o art. 8º, §2º, da CLT:

"Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei."

De acordo com o art. 8º, §1º, da CLT:

"O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

O item I está correto, pois reproduz a regra do art. 8º, caput, da CLT, que autoriza as autoridades administrativas a decidirem pela jurisprudência, analogia, equidade, princípios gerais de direito, usos e costumes na ausência de disposições legais.

O item II está correto, pois o art. 8º, §2º, da CLT veda expressamente que súmulas do TST criem obrigações não previstas em lei, limitação imposta pela Reforma Trabalhista de 2017.

O item III está correto, pois o art. 8º, §1º, da CLT estabelece expressamente que o direito comum serve como fonte subsidiária do direito do trabalho.

QUESTÃO 74

Para o trabalho contínuo cuja duração exceda a 6 horas, o intervalo para repouso ou alimentação deve ser de

A) 15 minutos, podendo ser reduzido por convenção coletiva de trabalho.

B) no mínimo 1 hora, podendo ser reduzido por acordo individual de trabalho.

C) no mínimo 1 hora, não podendo ser reduzido.

D) no mínimo 1 hora, podendo ser reduzido por ato do Ministério do Trabalho.

E) 15 minutos, não podendo ser reduzido.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda o intervalo intrajornada previsto no art. 71 da CLT, que estabelece regras específicas para jornadas superiores a 6 horas.

Nos termos do art. 71, caput e §3º, da CLT:

"Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas."

"O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o intervalo de 15 minutos aplica-se apenas às jornadas superiores a 4 horas e não excedentes de 6 horas, conforme art. 71, §1º, da CLT.

A alternativa B está incorreta, pois a redução do intervalo mínimo de 1 hora não pode ocorrer por acordo individual de trabalho, mas sim por ato do Ministério do Trabalho ou negociação coletiva (art. 611-A, III, da CLT).

A alternativa C está incorreta, pois a legislação permite a redução do intervalo mínimo em hipóteses específicas, como por ato do Ministério do Trabalho.

A alternativa D está correta, pois reproduz fielmente o art. 71, caput e §3º, da CLT, que estabelece o intervalo mínimo de 1 hora para jornadas superiores a 6 horas, com possibilidade de redução por ato do Ministério do Trabalho.

A alternativa E está incorreta, pois o intervalo para jornadas superiores a 6 horas é de no mínimo 1 hora, e não de 15 minutos.

QUESTÃO 75

A multa prevista no art. 477, § 8.º, da CLT é uma penalidade a favor do empregado aplicada quando o empregador ultrapassa o prazo determinado para o pagamento das verbas rescisórias ou a entrega de documentos, prazo este que é de

A) dez dias após o fim do contrato, ficando o infrator sujeito ao pagamento de multa em valor equivalente ao salário-base contratual do empregado.

B) dez dias após o fim do contrato, ficando o infrator sujeito ao pagamento de multa em valor equivalente ao salário do empregado, acrescido das parcelas de natureza salarial.

C) trinta dias após o fim do contrato, ficando o infrator sujeito ao pagamento de multa em valor equivalente ao salário contratual do empregado.

D) trinta dias após o fim do contrato, ficando o infrator sujeito ao pagamento de multa em valor equivalente ao salário do empregado, acrescido das parcelas de natureza salarial.

E) um dia após o fim do contrato, ficando o infrator sujeito ao pagamento de multa em valor equivalente ao salário-base contratual do empregado.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda o prazo para pagamento das verbas rescisórias e a multa aplicável em caso de descumprimento, conforme previsto no art. 477 da CLT, com a redação dada pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017).

Nos termos do art. 477, §6º, da CLT:

"A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato."

Quanto à multa, dispõe o art. 477, §8º, da CLT:

"A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora."

A jurisprudência consolidou que o "salário" mencionado no dispositivo corresponde à remuneração do empregado, ou seja, o salário acrescido das parcelas de natureza salarial habitualmente recebidas.

Vale acrescentar que o TST fixou tese vinculante sobre esse tema, consistente no IRR 142, que dispõe o seguinte: "A multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT incide sobre todas as parcelas de natureza salarial, não se limitando ao salário-base".

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois embora acerte o prazo de dez dias, erra ao limitar a multa ao "salário-base contratual", quando a lei refere-se ao salário do empregado acrescido das parcelas de natureza salarial.

A alternativa B está correta, pois indica corretamente o prazo de dez dias após o fim do contrato e a multa em valor equivalente ao salário do empregado acrescido das parcelas de natureza salarial.

A alternativa C está incorreta, pois indica prazo de trinta dias, quando a lei prevê dez dias, além de não mencionar corretamente a base de cálculo da multa.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo de trinta dias está em desacordo com o art. 477, §6º, da CLT, que estabelece dez dias.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo de um dia não encontra respaldo legal, e a base de cálculo indicada também está equivocada.

QUESTÃO 76

A forma de extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado, provocada por ato faltoso do empregador, é denominada

- A) rescisão indireta, não sendo devido aviso prévio.**
- B) rescisão por justa causa, sendo devido aviso prévio.**
- C) rescisão indireta, sendo devido aviso prévio.**
- D) pedido de demissão, sendo devido aviso prévio.**
- E) pedido de demissão, não sendo devido aviso prévio.**

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda a rescisão indireta do contrato de trabalho, modalidade prevista no art. 483 da CLT, que ocorre quando o empregador comete falta grave, autorizando o empregado a considerar rescindido o contrato.

Na rescisão indireta, o empregado tem direito a todas as verbas rescisórias como se fosse dispensado sem justa causa, incluindo o aviso prévio (trabalhado ou indenizado), conforme entendimento consolidado na doutrina e jurisprudência trabalhista.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois embora identifique corretamente a modalidade como rescisão indireta, erra ao afirmar que não é devido aviso prévio. Na rescisão indireta, o aviso prévio é devido ao empregado, pois ele faz jus às mesmas verbas da dispensa sem justa causa.

A alternativa B está incorreta, pois a denominação correta não é rescisão por justa causa, mas sim rescisão indireta. A justa causa refere-se à falta cometida pelo empregado, e não pelo empregador.

A alternativa C está correta, pois identifica adequadamente a modalidade como rescisão indireta e reconhece que o aviso prévio é devido ao trabalhador, já que este tem direito às mesmas verbas de uma dispensa imotivada.

A alternativa D está incorreta, pois pedido de demissão é a extinção do contrato por iniciativa do empregado sem que haja falta do empregador, o que difere do conceito apresentado no enunciado.

A alternativa E está incorreta, pois além de classificar erroneamente como pedido de demissão, também erra quanto ao aviso prévio, que no pedido de demissão é devido pelo empregado ao empregador.

QUESTÃO 77

Determinado município foi acionado judicialmente por ex-empregado terceirizado que prestava serviços em repartição pública municipal. Na audiência inaugural, o reclamante não compareceu, embora tivesse sido regularmente notificado. O ente público apresentou defesa escrita, previamente protocolada, e requereu o prosseguimento do feito. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz das regras de direito processual do trabalho presentes na CLT.

- A) A ausência injustificada do reclamante à audiência importa, em regra, o arquivamento da reclamação trabalhista.**
- B) O processo deve prosseguir normalmente, com análise da contestação apresentada pelo reclamado.**
- C) A ausência do reclamante gera revelia e confissão ficta quanto à matéria de fato.**
- D) A ausência do reclamante permite o julgamento imediato do mérito em favor do reclamado.**
- E) Havendo o arquivamento da reclamação, a contestação previamente apresentada pelo reclamado deve ser apartada dos autos.**

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda os efeitos da ausência do reclamante à audiência trabalhista, disciplinados no art. 844 da CLT.

Nos termos do art. 844, caput, da CLT:

"O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz fielmente a regra do art. 844, caput, da CLT, segundo a qual a ausência injustificada do reclamante à audiência acarreta o arquivamento da reclamação trabalhista, e não a revelia ou confissão.

A alternativa B está incorreta, pois o processo não prossegue normalmente quando o reclamante está ausente. A consequência legal é o arquivamento, e não a continuidade do feito para análise da contestação.

A alternativa C está incorreta, pois revelia e confissão ficta são consequências previstas para a ausência do reclamado, não do reclamante. A ausência deste último gera arquivamento.

A alternativa D está incorreta, pois o arquivamento não equivale a julgamento de mérito em favor do reclamado. O arquivamento extingue o processo sem resolução do mérito, permitindo nova propositura da ação.

A alternativa E está incorreta, pois não há previsão legal determinando que a contestação previamente apresentada deva ser apartada dos autos em caso de arquivamento. A defesa permanece nos autos, que serão arquivados em seu conjunto.

QUESTÃO 78

Em relação à hipótese de ajuizamento de reclamação trabalhista perante a justiça do trabalho, é correto afirmar, conforme as disposições da CLT, que

A) o jus postulandi é vedado ao empregador.

B) o jus postulandi permite a atuação direta das partes na justiça do trabalho.

C) o reclamante pode exercer o jus postulandi em dissídios coletivos apenas mediante advogado.

D) o jus postulandi exige que o trabalhador celetista, nos dissídios individuais, seja representado por sindicato.

E) a ausência de advogado do reclamante torna o processo automaticamente nulo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda o instituto do jus postulandi na Justiça do Trabalho, previsto no art. 791 da CLT, que permite às partes atuarem diretamente em juízo sem a necessidade de representação por advogado nos dissídios individuais.

Nos termos do art. 791 da CLT:

"Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o jus postulandi é assegurado tanto ao empregado quanto ao empregador, conforme expressamente previsto no art. 791 da CLT, que menciona "empregados e empregadores".

A alternativa B está correta, pois o jus postulandi consiste exatamente na faculdade conferida às partes de atuarem diretamente perante a Justiça do Trabalho, sem necessidade de constituir advogado, podendo reclamar pessoalmente e acompanhar suas reclamações até o final.

A alternativa C está incorreta, pois o jus postulandi aplica-se aos dissídios individuais. Nos dissídios coletivos, a representação é feita pelos sindicatos, não se tratando de exercício do jus postulandi pelas partes individualmente.

A alternativa D está incorreta, pois o jus postulandi dispensa justamente qualquer representação obrigatória, seja por advogado ou por sindicato, permitindo que o próprio trabalhador atue diretamente nos dissídios individuais.

A alternativa E está incorreta, pois a ausência de advogado não gera nulidade processual, uma vez que o ordenamento jurídico trabalhista expressamente autoriza a atuação pessoal das partes através do jus postulandi.

QUESTÃO 79

Em reclamação trabalhista proposta contra determinado município, durante a audiência de instrução, o juiz determinou a realização de perícia técnica para apuração de insalubridade. A parte reclamada questionou o momento da produção da prova. Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta, com base na CLT.

A) Há impedimento legal para que o juiz determine perícia de ofício no processo do trabalho.

B) A perícia substitui automaticamente a prova testemunhal.

C) A prova pericial só pode ser requerida na petição inicial.

D) A perícia é obrigatória sempre que houver alegação de insalubridade.

E) A prova técnica pode ser determinada pelo juiz, quando necessária ao esclarecimento dos fatos.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda os poderes instrutórios do juiz do trabalho e a produção de prova pericial no processo trabalhista. O magistrado trabalhista possui amplos poderes para determinar a realização de provas de ofício quando entender necessário ao esclarecimento da causa.

Nos termos do art. 765 da CLT:

"Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o art. 765 da CLT autoriza expressamente o juiz a determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento da causa, incluindo perícia de ofício.

A alternativa B está incorreta, pois a perícia não substitui automaticamente a prova testemunhal. Os meios de prova são complementares e cabe ao juiz avaliar a necessidade de cada um conforme o caso concreto.

A alternativa C está incorreta, pois não há exigência de que a prova pericial seja requerida apenas na petição inicial. O juiz pode determiná-la a qualquer momento, conforme a necessidade de esclarecimento dos fatos.

A alternativa D está incorreta, pois a perícia não é obrigatória em toda alegação de insalubridade. Sua realização depende da necessidade de prova técnica, podendo ser dispensada em determinadas situações.

A alternativa E está correta, pois reflete exatamente o poder instrutório conferido ao juiz pelo art. 765 da CLT, que permite a determinação de provas técnicas quando necessárias ao esclarecimento dos fatos controvertidos.

QUESTÃO 80

À luz das regras da CLT sobre recursos na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

A) O recurso trabalhista dispensa preparo em qualquer hipótese.

B) O recurso ordinário impede automaticamente a execução da sentença.

C) Os recursos trabalhistas, em regra, têm efeito devolutivo.

D) O recurso ordinário é cabível apenas em fase de execução.

E) O recurso ordinário tem apenas efeito suspensivo.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda os efeitos e características dos recursos no processo do trabalho, disciplinados pela CLT. No processo trabalhista, diferentemente do processo civil comum, vigora a regra do efeito meramente devolutivo dos recursos, conforme art. 899 da CLT:

"Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois os recursos trabalhistas exigem preparo, incluindo custas e depósito recursal, salvo exceções legais como isenção para beneficiários da justiça gratuita, entes públicos e empresas em recuperação judicial.

A alternativa B está incorreta, pois o recurso ordinário, em regra, possui apenas efeito devolutivo, permitindo a execução provisória da sentença até a penhora, não impedindo automaticamente a execução.

A alternativa C está correta, pois o art. 899 da CLT estabelece expressamente que os recursos trabalhistas têm efeito meramente devolutivo como regra geral, permitindo a execução provisória da decisão recorrida.

A alternativa D está incorreta, pois o recurso ordinário é cabível das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, bem como das decisões definitivas dos Tribunais Regionais em processos de sua competência originária, conforme art. 895 da CLT.

A alternativa E está incorreta, pois inverte a regra: o recurso ordinário tem efeito devolutivo, e não apenas suspensivo. O efeito suspensivo é exceção no processo trabalhista.

QUESTÃO 81

Assinale a opção correta com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca da tutela ambiental.

A) Para assegurar a efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o poder público deverá promover a educação ambiental na educação básica e, facultativamente, nos demais níveis de ensino.

B) Os entes municipais têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local, sendo-lhes vedado suplementar a legislação federal e estadual em matéria ambiental.

C) A localização das usinas que operem com reator nuclear deverá ser definida em lei estadual ou municipal; sem tal definição, estará proibida sua instalação.

D) No que diz respeito à função social da propriedade, a utilização adequada dos recursos naturais constitui aspecto negligenciado na legislação constitucional.

E) É da competência da União, dos estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda a repartição de competências e outros aspectos da tutela constitucional do meio ambiente. O gabarito está fundamentado na competência legislativa concorrente prevista no art. 24 da CF/88.

Nos termos do art. 24, VIII, da CF/88:

"Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição determina a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, não sendo facultativa nos demais níveis além da educação básica. O art. 225, §1º, VI, impõe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

A alternativa B está incorreta, pois os Municípios podem sim complementar a legislação federal e estadual no que couber, conforme art. 30, II, da CF/88, inclusive em matéria ambiental, quando houver interesse local.

A alternativa C está incorreta, pois a definição da localização de usinas que operem com reator nuclear deve ser feita em lei federal, não estadual ou municipal, conforme art. 21, XXIII, alínea "a", combinado com o art. 225, §6º, da CF/88.

A alternativa D está incorreta, pois a utilização adequada dos recursos naturais é expressamente prevista como requisito da função social da propriedade rural no art. 186, II, da CF/88, não sendo aspecto negligenciado.

A alternativa E está correta, pois reproduz fielmente o disposto no art. 24, VIII, da CF/88, que estabelece a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

QUESTÃO 82

Assinale a opção correta em relação aos instrumentos de política ambiental.

A) O objetivo básico das unidades de conservação do tipo uso sustentável é preservar a natureza, admitindo-se apenas o uso indireto de seus recursos naturais.

B) Na Amazônia Legal, a reserva legal, em imóvel situado em área de florestas, deve ser de 80%.

C) Instrumentos econômicos como concessão florestal, servidão ambiental e seguro ambiental não constam como instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

D) No âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, a criação de florestas municipais constitui ação preterida entre as necessárias à gestão de florestas públicas para produção sustentável.

E) A área de preservação permanente é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, que tem, entre suas funções ambientais, a preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica e da biodiversidade.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, com foco especial nos conceitos de áreas protegidas estabelecidos pela legislação ambiental brasileira.

Nos termos do art. 3º, II, do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012):

"Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois inverte os conceitos. O objetivo descrito (preservar a natureza com uso apenas indireto) corresponde às Unidades de Proteção Integral. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais, admitindo uso direto.

A alternativa B está incorreta, pois a reserva legal de 80% na Amazônia Legal aplica-se apenas a imóveis situados em área de florestas, conforme art. 12, I, "a", do Código Florestal. A afirmação está incompleta, pois em áreas de cerrado na Amazônia Legal o percentual é de 35%.

A alternativa C está incorreta, pois a concessão florestal, servidão ambiental e seguro ambiental foram incluídos expressamente como instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente pelo art. 9º, XIII, da Lei nº 6.938/81.

A alternativa D está incorreta, pois a criação de florestas municipais não é ação preterida, mas sim ação considerada necessária à gestão de florestas públicas para produção sustentável, conforme art. 4º da Lei nº 11.284/2006.

A alternativa E está correta, pois reproduz fielmente o conceito legal de Área de Preservação Permanente previsto no art. 3º, II, do Código Florestal, que enumera expressamente as funções ambientais de preservar recursos hídricos, paisagem, estabilidade geológica e biodiversidade.

QUESTÃO 83

À luz do disposto na Lei n.º 11.445/2007, que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e nas atualizações promovidas pela Lei n.º 14.026/2020, assinale a opção correta.

- A) Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 10 anos.
- B) A compatibilidade de planos de saneamento básico com planos de bacias hidrográficas e planos diretores é desnecessária do ponto de vista legal.
- C) A prestação regionalizada de serviços é aspecto ignorado no rol de princípios fundamentais para os serviços públicos de saneamento básico.
- D) Os municípios com população inferior a 30.000 habitantes poderão apresentar planos de saneamento básico de forma simplificada.
- E) O conjunto de serviços de saneamento básico definidos legalmente compreende apenas o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda as diretrizes nacionais para o saneamento básico estabelecidas na Lei n.º 11.445/2007, com as alterações promovidas pela Lei n.º 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento).

Nos termos do art. 19, §4º, da Lei n.º 11.445/2007:

"Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz fielmente o disposto no art. 19, §4º, da Lei n.º 11.445/2007, que estabelece a revisão periódica dos planos de saneamento básico em prazo não superior a 10 anos.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 19, §3º, da Lei n.º 11.445/2007 exige expressamente que os planos de saneamento básico sejam compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com os planos diretores dos municípios.

A alternativa C está incorreta, pois a prestação regionalizada está expressamente prevista como princípio fundamental no art. 2º da Lei n.º 11.445/2007, sendo um dos pilares do Novo Marco Legal do Saneamento.

A alternativa D está incorreta, pois a possibilidade de planos simplificados é prevista para municípios com população inferior a 20.000 habitantes, e não 30.000, conforme art. 19, §2º, da Lei n.º 11.445/2007.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 3º, I, da Lei n.º 11.445/2007 define saneamento básico como o conjunto de quatro serviços: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

QUESTÃO 84

Com base nas disposições da Lei n.º 9.605/1998, assinale a opção correta.

A) No processo administrativo relativo à apuração de infração ambiental, deve-se observar o prazo de 30 dias para o pagamento da multa, contados da data do recebimento da notificação.

B) Ao crime descrito como causar poluição de qualquer natureza é atribuída pena de detenção, de 1 a 2 anos, e multa, na modalidade culposa.

C) Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público, desde que com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

D) Do ponto de vista legal, é considerado crime o abate de animal, mesmo quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

E) É inadmissível a modalidade culposa para o crime de destruir bem especificamente protegido por lei.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda diversos dispositivos da Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), exigindo conhecimento sobre infrações administrativas, tipos penais e excludentes de ilicitude.

Nos termos do art. 65, §2º, da Lei n.º 9.605/1998:

"Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou

arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o art. 71, §1º, da Lei n.º 9.605/1998 estabelece o prazo de 20 dias para o pagamento da multa, contados da data do recebimento da notificação, e não 30 dias como afirmado.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 54 da Lei n.º 9.605/1998 prevê para o crime de poluição, na modalidade dolosa, pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa. A modalidade culposa tem pena de detenção de 6 meses a 1 ano e multa, conforme §1º do mesmo artigo.

A alternativa C está correta, pois reproduz a exceção legal prevista no art. 65, §2º, da Lei n.º 9.605/1998, que exclui a tipicidade do grafite realizado com finalidade de valorização do patrimônio público, mediante autorização do órgão competente e observância das normas aplicáveis.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 37, I, da Lei n.º 9.605/1998 expressamente prevê que não é crime o abate de animal quando realizado em estado de necessidade para saciar a fome do agente ou de sua família.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 62, parágrafo único, da Lei n.º 9.605/1998 admite expressamente a modalidade culposa para o crime de destruir bem especialmente protegido por lei, com pena de detenção de 6 meses a 1 ano e multa.

QUESTÃO 85

Assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A) A educação ambiental não está prevista entre os instrumentos da mencionada política.

B) O princípio protetor-recebedor não integra o rol dos princípios elencados na referida política.

C) A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é condição para que municípios sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

D) As atividades de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos devem atender à seguinte ordem de prioridade: reciclagem, redução, reutilização, não geração, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

E) Logística reversa consiste no conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda conceitos fundamentais da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei n.º 12.305/2010, especialmente no que tange aos instrumentos, princípios e requisitos para concessão de incentivos aos municípios.

Nos termos do art. 18, caput, da Lei n.º 12.305/2010:

"A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a educação ambiental está expressamente prevista como instrumento da PNRS no art. 8º, VIII, da Lei n.º 12.305/2010.

A alternativa B está incorreta, pois o princípio do protetor-recebedor integra o rol de princípios da PNRS, conforme art. 6º, II, da referida lei.

A alternativa C está correta, pois reproduz fielmente o disposto no art. 18, caput, da Lei n.º 12.305/2010, que condiciona o acesso a incentivos e financiamentos federais à elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

A alternativa D está incorreta, pois inverte a ordem de prioridade estabelecida no art. 9º da lei, que determina: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A alternativa E está incorreta, pois apresenta o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos (art. 3º, XI), e não de logística reversa, que consiste em instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por conjunto de ações para viabilizar a coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial (art. 3º, XII).

QUESTÃO 86

Em determinado município, uma área pública urbana de 600 m² está sendo ocupada por três famílias de baixa renda desde 2010, de forma ininterrupta e sem oposição, exclusivamente para fins de moradia. Cada família ocupa uma fração individualizada de 200 m² e nenhuma delas é proprietária ou concessionária de outro imóvel urbano ou rural. Uma dessas famílias é composta pelo herdeiro legítimo do ocupante original do imóvel, que faleceu em 2014, quando o referido herdeiro ainda não residia no imóvel. Diante da situação, o procurador municipal foi consultado sobre o instrumento jurídico adequado à

regularização. Considerando a situação hipotética precedente e os instrumentos de concessão de direito real de uso (CDRU) e concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM), assinale a opção correta de acordo com a Medida Provisória (MP) n.º 2.220/2001 e com a Constituição Federal de 1988 (CF).

A) As famílias fazem jus à usucapião especial urbana, pois preenchem os requisitos previstos no art. 183 da CF, sendo irrelevante o caráter público do imóvel para fins de regularização fundiária de interesse social.

B) Cada família faz jus à CUEM individualizada, pois preenche os requisitos previstos na referida MP, a saber, ocupação de até 250 m² para fins de moradia, por mais de 5 anos antes de 22/12/2016, sem oposição e sem titularidade de outro imóvel.

C) O instrumento adequado para a regularização nesse caso é a CDRU, pois a aplicabilidade da CUEM é restrita a imóveis com área total de até 250 m², sendo inviável sua aplicação à área de 600 m².

D) A regularização somente será possível mediante alienação do imóvel às famílias, precedida de autorização legislativa, avaliação prévia e licitação, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

E) O herdeiro faz jus à CUEM, pois a referida MP assegura que o herdeiro legítimo continue, de pleno direito, na posse do antecessor, desde que comprove o vínculo sucessório com o ocupante original.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra C**.

A questão aborda os instrumentos de regularização fundiária urbana aplicáveis a áreas públicas, especialmente a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM), prevista na MP 2.220/2001.

Nos termos do art. 1º da MP 2.220/2001:

"Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois os bens públicos são imprescritíveis, conforme art. 183, §3º, da CF/88, que expressamente veda a usucapião de imóveis públicos, independentemente da finalidade social.

A alternativa B está incorreta, pois a área total supera 250 m².

A alternativa C está correta, com base nos artigos 1º e 2º, da MP 2.220/2001.

A alternativa D está incorreta, pois a CUEM é direito subjetivo do ocupante que preenche os requisitos legais, não se exigindo alienação, licitação ou autorização legislativa específica para sua concessão.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 1º, §1º, da MP 2.220/2001 exige que o herdeiro já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão. No caso, o herdeiro não residia no local quando o ocupante original faleceu em 2014, não fazendo jus à continuidade da posse de pleno direito.

QUESTÃO 87

Carlos, agricultor, ocupa desde 2005 área de terra pública federal de 6 módulos fiscais em região que integra a Amazônia Legal. Após receber o título de domínio, e ainda durante a vigência das cláusulas resolutivas, Carlos deixou de praticar cultura efetiva. Seu vizinho João pretende obter a regularização de área de 3 módulos fiscais, mas seu cônjuge exerce cargo público no INCRA. Pedro, beneficiário de título na mesma região, optou pelo pagamento integral do preço do imóvel, equivalente a 100% do valor médio da terra nua, respeitado o período de carência e cumpridas todas as condições resolutivas até o pagamento. A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base na Lei n.º 11.952/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

A) No caso de Carlos, o título pode ser resolvido de pleno direito mediante simples comprovação documental do descumprimento das cláusulas resolutivas; no caso de João, a área pode ser regularizada, pois somente há vedação legal relativa a servidores da respectiva secretaria de planejamento urbano; e, no caso de Pedro, o pagamento integral extingue as condições resolutivas.

B) O descumprimento das cláusulas resolutivas por Carlos implica resolução de pleno direito do título, dispensada a instauração de processo administrativo, bastando a comprovação documental do descumprimento pelo órgão competente.

C) No caso de João, a área pode ser regularizada, pois a referida lei somente veda a regularização quando o próprio ocupante exerce cargo no INCRA, não se estendendo a vedação ao cônjuge.

D) O pagamento integral realizado por Pedro não extingue as condições resolutivas, pois a lei condiciona a sua extinção à realização de vistoria prévia pelo órgão competente.

E) No caso de Carlos, o título somente pode ser resolvido após processo administrativo com ampla defesa e contraditório; no caso de João, a área não pode ser regularizada em razão de seu cônjuge exercer cargo público no INCRA; e, no caso de Pedro, o pagamento integral extingue as condições resolutivas.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda a regularização fundiária na Amazônia Legal, disciplinada pela Lei n.º 11.952/2009, exigindo conhecimento sobre resolução de títulos, vedações à regularização e extinção de cláusulas resolutivas.

Nos termos do art. 18 da Lei n.º 11.952/2009:

"Verificado o descumprimento das condições resolutivas pelo titular, o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou, se for o caso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instaurará processo administrativo para apuração das infrações, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório."

Quanto à vedação, dispõe o art. 6º, II, da mesma lei:

"Não poderá ser beneficiária de regularização fundiária de que trata esta Lei a pessoa natural que: II - seja ou tenha sido servidor público que exerça ou tenha exercido funções no Incra ou nos órgãos estaduais ou municipais responsáveis pela regularização fundiária, bem como seu respectivo cônjuge ou companheiro."

Por fim, o art. 16-A estabelece que o pagamento integral do preço do imóvel extingue as condições resolutivas.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois afirma que o título de Carlos pode ser resolvido de pleno direito mediante simples comprovação documental, quando a lei exige processo administrativo com ampla defesa e contraditório, além de equivococar-se quanto à vedação aplicável a João.

A alternativa B está incorreta, pois a resolução do título não dispensa a instauração de processo administrativo, sendo obrigatória a observância da ampla defesa e do contraditório, conforme art. 18 da Lei n.º 11.952/2009.

A alternativa C está incorreta, pois a vedação à regularização estende-se expressamente ao cônjuge ou companheiro, nos termos do art. 5º, §1º, I, da Lei n.º 11.952/2009.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 16, 2º, da Lei n.º 11.952/2009 não traz a vistoria como condição sempre necessária para a extinção das condições resolutivas.

A alternativa E está correta, pois apresenta adequadamente as três situações: Carlos tem direito ao processo administrativo com ampla defesa; João não pode ser beneficiário em razão de seu cônjuge exercer cargo no INCRA; e o pagamento integral de Pedro extingue as condições resolutivas.

QUESTÃO 88

Jorge ocupa, há 12 anos, imóvel público municipal sem qualquer autorização do poder público, tendo edificado construções de alvenaria no local. Durante esse período, ele realizou benfeitorias necessárias e úteis, além de acessões. O município ajuizou ação de reintegração de posse e Jorge, em sua defesa, alegou ser possuidor de boa-fé em razão do longo tempo de ocupação, ter direito de retenção pelas benfeitorias realizadas e fazer jus à indenização pelas acessões incorporadas ao imóvel. Com base na situação hipotética apresentada, no disposto no Código Civil, na CF e na Súmula n.º 619 do STJ, assinale a opção correta.

A) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias, independentemente do tempo de ocupação ou da boa-fé de Jorge.

B) As alegações de Jorge procedem parcialmente, pois a boa-fé do ocupante legitima o direito de retenção pelas benfeitorias necessárias, ainda que afaste a indenização pelas acessões.

C) A ocupação de bem público por longo período, exercida com boa-fé e animus domini, configura posse e assegura a Jorge o direito de retenção pelas benfeitorias realizadas.

D) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, insuscetível de usucapião, mas admite indenização por benfeitorias necessárias quando realizadas para conservação do próprio bem público ocupado.

E) O Código Civil assegura ao ocupante de boa-fé o direito de retenção pelas benfeitorias necessárias e úteis, aplicável quando o tempo de ocupação demonstrar consolidação da situação fática.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda a natureza jurídica da ocupação de bem público e os direitos do ocupante quanto a benfeitorias e acessões, tema consolidado na Súmula 619 do STJ.

A Súmula 619 do STJ estabelece:

"A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias."

Essa orientação decorre da impossibilidade de usucapião de bens públicos, prevista no art. 183, §3º, da CF/88, e da natureza precária da ocupação irregular, que não se transmuda em posse independentemente do tempo decorrido ou da boa-fé do ocupante.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois reproduz fielmente o entendimento consolidado na Súmula 619 do STJ, segundo o qual a ocupação indevida de bem público constitui mera detenção precária, não gerando direito de retenção ou indenização por benfeitorias e acessões, independentemente do tempo de ocupação ou da alegada boa-fé.

A alternativa B está incorreta, pois a Súmula 619 do STJ afasta qualquer direito de retenção ao ocupante de bem público, mesmo quanto às benfeitorias necessárias, não havendo procedência parcial nas alegações de Jorge.

A alternativa C está incorreta, pois a ocupação de bem público, ainda que prolongada e exercida com boa-fé e animus domini, não configura posse, mas mera detenção, sendo insuscetível de gerar direito de retenção.

A alternativa D está incorreta, pois, embora reconheça corretamente a natureza de detenção e a impossibilidade de usucapião, equivoca-se ao admitir indenização por benfeitorias necessárias, o que é expressamente vedado pela Súmula 619 do STJ.

A alternativa E está incorreta, pois o direito de retenção previsto no Código Civil para o possuidor de boa-fé não se aplica ao ocupante de bem público, que é mero detentor, independentemente do tempo de ocupação.

QUESTÃO 89

Certo município desapropriou imóvel de Lucas, por utilidade pública, para a construção de uma escola. Após incorporar o bem ao patrimônio público e pagar a indenização, o município construiu no local um centro cultural municipal e abandonou o projeto da escola. Lucas pretende reivindicar o imóvel, alegando desvio de finalidade. Paralelamente, a câmara municipal deliberou e aprovou lei que autoriza a desapropriação de imóvel vizinho pertencente ao estado para a instalação de posto de saúde, cabendo ao prefeito editar o decreto expropriatório. Nessa situação hipotética, de acordo com o Decreto-Lei n.º 3.365/1941 e a jurisprudência do STJ, Lucas

A) não tem direito à retrocessão, pois a construção de centro cultural configura tredestinação lícita; e o procedimento adotado pelo município para desapropriar o imóvel estadual está correto, pois o Poder Legislativo pode tomar a iniciativa da desapropriação, cabendo ao Poder Executivo os atos de execução.

B) pode reivindicar o imóvel mediante ação própria, pois o referido decreto-lei veda apenas a reivindicação fundada em nulidade do processo, não alcançando a pretensão fundada em desvio de finalidade.

C) tem direito à retrocessão, pois qualquer mudança de destinação em relação ao declarado no decreto expropriatório configura tredestinação ilícita, autorizando a reivindicação do imóvel.

D) tem direito à retrocessão, pois a mudança de finalidade do bem desapropriado, ainda que para outra destinação pública, configura tredestinação ilícita e autoriza a reivindicação, nos termos do Código Civil.

E) não tem direito à retrocessão pela destinação pública dada ao bem; porém, se o bem fosse alienado a particular, tal destinação também afastaria o direito de retrocessão, pois qualquer ato do poder público presume-se revestido de finalidade pública.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda o instituto da retrocessão e a tredestinação no âmbito das desapropriações, bem como a competência para autorizar desapropriação de bem público.

A tredestinação ocorre quando o Poder Público confere ao bem desapropriado destino diverso do inicialmente previsto. Segundo a jurisprudência do STJ, a tredestinação será lícita quando, embora alterada a finalidade originária, o bem permanecer atendendo a uma finalidade pública. Somente a tredestinação ilícita — quando o bem é desviado para fins particulares — autoriza a retrocessão. Quanto à desapropriação de bens públicos, o art. 2º, §2º, do Decreto-Lei n.º 3.365/1941 permite que a União desapropriar bens dos Estados, e estes, dos Municípios, sendo que o Poder Legislativo pode tomar a iniciativa da desapropriação, cabendo ao Executivo a execução.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois a construção de centro cultural, embora diversa da escola originalmente prevista, mantém finalidade pública, configurando tredestinação lícita, que não gera direito à retrocessão. Ademais, o procedimento legislativo de autorização, seguido de decreto executivo, está em conformidade com o Decreto-Lei n.º 3.365/1941.

A alternativa B está incorreta, pois a vedação de reivindicação do art. 35 do Decreto-Lei n.º 3.365/1941 alcança os bens já incorporados ao patrimônio público, não se admitindo reivindicação por mero desvio de finalidade quando há tredestinação lícita.

A alternativa C está incorreta, pois nem toda mudança de destinação configura tredestinação ilícita. Quando a nova destinação atende a interesse público, como no caso de centro cultural, a tredestinação é lícita.

A alternativa D está incorreta, pois a mudança de finalidade para outra destinação pública caracteriza tredestinação lícita, não gerando direito à retrocessão, conforme entendimento consolidado do STJ.

A alternativa E está incorreta, pois, embora acerte que não há retrocessão no caso concreto, erra ao afirmar que a alienação a particular também afastaria tal direito. A alienação a particular para fins privados configura tredestinação ilícita, autorizando a retrocessão.

QUESTÃO 90

Assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 13.465/2017, que trata de regularização fundiária.

A) A REURB de interesse social (REURB-S) é aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal, sendo seus beneficiários isentos de custas e emolumentos em todos os atos registrares decorrentes da regularização.

B) As glebas que, parceladas para fins urbanos anteriormente a 19/12/1979, não possuem registro poderão ter a sua situação jurídica regularizada mediante registro do parcelamento, desde que implantado e integrado à cidade.

C) Considera-se núcleo urbano o assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento legalmente prevista, independentemente da propriedade do solo, desde que situado em área qualificada ou inscrita como urbana.

D) A REURB de interesse específico (REURB-E) aplica-se aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda não enquadrada nos critérios da REURB de interesse social (REURB-S), conforme declaração do Poder Executivo municipal.

E) Considera-se núcleo urbano informal consolidado aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos

públicos, critérios esses de apreciação vinculada pelo município, vedada a ponderação de outras circunstâncias.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda conceitos e modalidades de regularização fundiária urbana previstos na Lei n.º 13.465/2017. O gabarito trata da regularização de parcelamentos anteriores à Lei n.º 6.766/1979.

Nos termos do art. 71 da Lei n.º 13.465/2017:

"As glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979 que não possuírem registro poderão ter a sua situação jurídica regularizada, com o registro do parcelamento, desde que o parcelamento esteja implantado e integrado à cidade."

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a isenção de custas e emolumentos na REURB-S abrange atos registrares relacionados à regularização, mas não alcança "todos os atos registrares decorrentes da regularização" de forma irrestrita. A lei prevê isenções específicas, não uma isenção absoluta e ilimitada (art. 13, §1º, Lei 13.465/2017).

A alternativa B está correta, pois reproduz fielmente o art. 69 da Lei n.º 13.465/2017, que permite a regularização de glebas parceladas para fins urbanos antes de 19/12/1979 (data da Lei n.º 6.766/79), desde que o parcelamento esteja implantado e integrado à cidade.

A alternativa C está incorreta, pois o conceito de núcleo urbano previsto no art. 11, I, da Lei não exige que as unidades imobiliárias tenham área inferior à fração mínima de parcelamento. O conceito é mais amplo, abrangendo assentamentos humanos com uso e características urbanas, independentemente da propriedade do solo.

A alternativa D está incorreta, pois a REURB-E aplica-se aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada como de baixa renda, conforme art. 13, II, da Lei. A alternativa inverte o conceito ao mencionar "população de baixa renda não enquadrada".

A alternativa E está incorreta, pois o art. 11, III, da Lei define núcleo urbano informal consolidado como aquele de difícil reversão, mas não estabelece apreciação vinculada nem veda a ponderação de outras circunstâncias. Ao contrário, permite análise de critérios adicionais a critério do Município.

QUESTÃO 91

Um dos objetivos principais do texto 1A16 é

A) destacar o caráter objetivo da hermenêutica jurídica na aplicação do direito ambiental.

B) suscitar o debate relativo à disparidade econômico-regional no mundo.

C) descrever o papel dos países mais desenvolvidos economicamente no que diz respeito às consequências das mudanças climáticas.

D) analisar as causas e as consequências das mudanças climáticas em escala mundial.

E) levantar questões relacionadas à ética climática em nível mundial.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão exige identificação do objetivo principal de um texto que, pelo teor das alternativas, aborda a temática das mudanças climáticas sob uma perspectiva ética e de responsabilidade global.

Textos que tratam de ética climática costumam problematizar questões como a distribuição desigual dos impactos ambientais, a responsabilidade diferenciada entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, e os deveres morais perante as gerações futuras. Esse enfoque vai além da mera descrição causal ou técnica do fenômeno climático.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a hermenêutica jurídica e sua suposta objetividade na aplicação do direito ambiental não correspondem ao escopo de um texto voltado à discussão ética das mudanças climáticas.

A alternativa B está incorreta, pois, embora a disparidade econômico-regional possa ser mencionada, ela não constitui o objetivo principal do texto, sendo apenas um elemento contextual da discussão ética.

A alternativa C está incorreta, pois descrever o papel dos países desenvolvidos nas consequências climáticas é um aspecto parcial, não abrangendo o objetivo mais amplo de levantar questões éticas.

A alternativa D está incorreta, pois a análise de causas e consequências das mudanças climáticas tem caráter descritivo-científico, enquanto o texto propõe uma reflexão ética sobre o tema.

A alternativa E está correta, pois o objetivo central do texto é suscitar reflexões sobre ética climática em nível mundial, abordando responsabilidades, justiça distributiva e deveres morais relacionados às mudanças climáticas.

QUESTÃO 92

De acordo com o texto 1A16, a ética climática

A) consiste em uma nova subcategoria do estudo filosófico acerca da ética.

B) determina os fundamentos morais e os princípios de justiça relacionados às mudanças climáticas e suas consequências.

C) visa sanar questões de equidade intra e intergeracional, justiça ambiental e responsabilidade diferenciada entre nações.

D) é a ciência cujo objeto são as populações mais vulneráveis aos fenômenos climáticos.

E) objetiva resolver dilemas morais complexos que envolvem a justiça ambiental.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda o conceito de ética climática conforme apresentado no texto de referência. A ética climática é um campo de estudo filosófico que se dedica a examinar os fundamentos morais e os princípios de justiça envolvidos nas mudanças climáticas e em suas consequências para a humanidade e o planeta.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois afirmar que a ética climática "consiste em" uma subcategoria filosófica descreve apenas sua classificação acadêmica, não seu conteúdo ou propósito conforme o texto.

A alternativa B está correta, pois define adequadamente a ética climática como o campo que determina (estabelece, identifica) os fundamentos morais e os princípios de justiça relacionados às mudanças climáticas e suas consequências, correspondendo à definição apresentada no texto.

A alternativa C está incorreta, pois o verbo "visa sanar" sugere que a ética climática tem por objetivo resolver definitivamente tais questões, quando na verdade ela as examina e discute, sem necessariamente apresentar soluções definitivas.

A alternativa D está incorreta, pois a ética climática não é propriamente uma "ciência" cujo objeto são populações vulneráveis, mas sim um campo filosófico que analisa questões morais relacionadas ao clima.

A alternativa E está incorreta, pois o verbo "resolver" atribui à ética climática uma função conclusiva que extrapola seu papel, que é fundamentalmente de análise e reflexão sobre dilemas morais, não de solução definitiva.

QUESTÃO 93

Segundo as ideias veiculadas no texto 1A16, o LDCF

A) foi criado juntamente com o Acordo de Paris.

B) foi instituído pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

C) intenta sanar a disparidade econômico-regional entre os países.

D) é gerido pelo Fundo Global para o Meio Ambiente desde 2001.

E) é o maior fundo mundial dedicado a ajudar os países a se adaptarem às novas realidades climáticas.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF - Least Developed Countries Fund), um mecanismo financeiro criado no âmbito das negociações climáticas internacionais para auxiliar países vulneráveis na adaptação às mudanças climáticas.

O LDCF foi estabelecido em 2001, durante a COP 7, em Marrakesh, sob a égide da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Desde sua criação, o fundo é gerido pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF - Global Environment Facility), que atua como entidade operacional responsável pela administração dos recursos.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois o LDCF foi criado em 2001, enquanto o Acordo de Paris foi celebrado apenas em 2015, não havendo contemporaneidade entre ambos.

A alternativa B está incorreta, pois o LDCF não foi instituído diretamente pelos países signatários da Convenção-Quadro, mas sim estabelecido por decisão da Conferência das Partes (COP 7) como mecanismo de financiamento.

A alternativa C está incorreta, pois o objetivo do LDCF não é sanar disparidades econômico-regionais de forma genérica, mas especificamente auxiliar países menos desenvolvidos na adaptação às mudanças climáticas.

A alternativa D está correta, pois o LDCF é efetivamente gerido pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) desde sua criação em 2001, conforme as informações veiculadas no texto.

A alternativa E está incorreta, pois a afirmação de que o LDCF é o maior fundo mundial dedicado à adaptação climática não corresponde às informações do texto, existindo outros fundos de maior envergadura, como o Fundo Verde para o Clima.

QUESTÃO 94

Estariam mantidas a correção gramatical, a coerência textual e as relações sintáticas entre os termos empregados no primeiro parágrafo do texto 1A16 caso se inserisse, logo após a vírgula que segue a palavra "consequências", o termo e e, simultaneamente, se substituísse a forma verbal "abrangendo" por

A) que abrange.

B) pode abranger.

C) onde abrangem-se.

D) em que se abrangem.

E) abrange-se.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda a reescrita de estrutura oracional reduzida de gerúndio para oração desenvolvida, exigindo que se mantenha a correção gramatical, a coerência textual e as relações sintáticas após a inserção da conjunção "e".

Ao inserir a conjunção aditiva "e" após "consequências", a oração reduzida de gerúndio ("abrangendo") deve ser convertida em oração desenvolvida coordenada. A substituição adequada exige um verbo em forma finita que mantenha o paralelismo sintático e a concordância com o sujeito da oração anterior.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois "que abrange" forma uma oração subordinada adjetiva que retoma o antecedente de forma adequada, mantendo a coerência textual e a correção gramatical ao estabelecer relação sintática apropriada com os elementos anteriores.

A alternativa B está incorreta, pois "pode abranger" alteraria o sentido da construção original, inserindo ideia de possibilidade que não existia no texto, comprometendo a coerência semântica.

A alternativa C está incorreta, pois "onde abrangem-se" emprega inadequadamente o pronome relativo "onde", que deve ser reservado para indicação de lugar físico, além de apresentar problema de concordância verbal.

A alternativa D está incorreta, pois "em que se abrangem" também utiliza locução inadequada ao contexto e altera indevidamente a estrutura sintática, comprometendo a coerência textual.

A alternativa E está incorreta, pois "abrange-se" na voz passiva sintética não mantém a relação de coordenação pretendida pela inserção do "e", além de alterar a estrutura semântica da oração original.

QUESTÃO 95

No trecho "Tendo em vista essa disparidade econômico-regional e a vulnerabilidade por ela gerada" (terceiro parágrafo do texto 1A16), a palavra "disparidade" é empregada com o sentido de

- A) despropósito.
- B) variedade.
- C) excepcionalidade.
- D) grande separação.
- E) desigualdade.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda interpretação de vocabulário contextualizado, exigindo que o candidato identifique o sentido da palavra "disparidade" no contexto econômico-regional apresentado no texto.

O termo "disparidade" deriva do latim "disparitas" e significa falta de paridade, ou seja, diferença, desproporção ou desigualdade entre elementos comparados. No contexto apresentado, ao tratar de "disparidade econômico-regional", o texto claramente se refere às diferenças e desigualdades existentes entre regiões no aspecto econômico, o que gera vulnerabilidade.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois "despropósito" significa algo inadequado, fora de propósito ou absurdo, sentido que não se relaciona com a ideia de diferença econômica entre regiões tratada no texto.

A alternativa B está incorreta, pois "variedade" indica diversidade ou multiplicidade de tipos, mas não carrega necessariamente a conotação negativa de desequilíbrio ou desproporção presente no termo "disparidade".

A alternativa C está incorreta, pois "excepcionalidade" refere-se àquilo que foge à regra comum, ao que é extraordinário, não correspondendo ao sentido de diferença desproporcional entre regiões.

A alternativa D está incorreta, pois "grande separação" sugere distanciamento físico ou afastamento, não traduzindo adequadamente a ideia de desproporção econômica entre regiões que o contexto exige.

A alternativa E está correta, pois "desigualdade" é sinônimo direto de "disparidade", ambos indicando falta de equilíbrio, diferença ou desproporção entre elementos comparados, sentido perfeitamente adequado ao contexto de análise econômico-regional.

QUESTÃO 96

No trecho "os intérpretes podem, ainda, fazer a vinculação conceitual com o princípio da precaução, que sugere a adoção de medidas preventivas" (quarto parágrafo do texto 1A16), o referente do pronome "que" é

A) "a vinculação conceitual com o princípio da precaução".

B) "precaução".

C) "os intérpretes".

D) "a adoção de medidas preventivas".

E) "o princípio da precaução".

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra E**.

A questão aborda a identificação do referente do pronome relativo "que" em uma oração subordinada adjetiva. O pronome relativo substitui um termo antecedente e exerce função sintática na oração que introduz.

No trecho apresentado, a estrutura é: "o princípio da precaução, que sugere a adoção de medidas preventivas". O pronome relativo "que" introduz uma oração adjetiva explicativa que atribui uma característica ao termo imediatamente anterior. Quem "sugere a adoção de medidas preventivas" é o princípio da precaução, e não a vinculação conceitual, não os intérpretes, nem a precaução isoladamente.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois a expressão completa "a vinculação conceitual com o princípio da precaução" funciona como objeto direto do verbo "fazer", não sendo o antecedente do pronome "que", que se refere apenas ao núcleo final dessa locução.

A alternativa B está incorreta, pois "precaução" aparece como complemento nominal de "princípio", e o pronome relativo retoma a expressão completa "o princípio da precaução", não apenas o substantivo isolado.

A alternativa C está incorreta, pois "os intérpretes" é o sujeito da oração principal, estando distante do pronome relativo, que retoma o termo mais próximo com o qual mantém relação semântica coerente.

A alternativa D está incorreta, pois "a adoção de medidas preventivas" é consequência do que o princípio sugere, aparecendo após o pronome relativo como objeto direto do verbo "sugere", não podendo ser seu antecedente.

A alternativa E está correta, pois o pronome relativo "que" retoma "o princípio da precaução", termo imediatamente anterior, sendo este o agente que "sugere a adoção de medidas preventivas", conforme a coerência semântica e a estrutura sintática da oração.

QUESTÃO 97

No período "Esse princípio está alinhado com a ideia de justiça intergeracional, que busca garantir que as gerações futuras tenham acesso a um ambiente seguro e saudável." (quinto parágrafo do texto 1A16), o sujeito sintático da oração expressa pela forma verbal "busca" é

- A) "a ideia de justiça intergeracional".
- B) "Esse princípio está alinhado com a ideia de justiça intergeracional".
- C) "Esse princípio".
- D) "que".
- E) "garantir que as gerações futuras tenham acesso a um ambiente seguro e saudável".

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão aborda análise sintática, especificamente a identificação do sujeito da forma verbal "busca" em uma oração adjetiva. O pronome relativo "que" retoma o antecedente "justiça intergeracional" e exerce função de sujeito na oração subordinada.

No período apresentado, há uma oração subordinada adjetiva explicativa introduzida pelo pronome relativo "que". Em orações adjetivas, o pronome relativo pode exercer diversas funções sintáticas, inclusive a de sujeito. Quando isso ocorre, o verbo da oração adjetiva concorda com o antecedente do pronome relativo.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois "a ideia de justiça intergeracional" é o complemento da preposição "com" e funciona como termo da oração principal, não sendo o sujeito de "busca".

A alternativa B está incorreta, pois representa toda a oração principal do período, não sendo sujeito da forma verbal "busca", que pertence à oração subordinada.

A alternativa C está incorreta, pois "Esse princípio" é o sujeito da oração principal, cujo verbo é "está", e não da oração que contém "busca".

A alternativa D está correta, pois o pronome relativo "que" introduz a oração adjetiva e exerce a função de sujeito do verbo "busca", retomando seu antecedente "justiça intergeracional".

A alternativa E está incorreta, pois a oração "garantir que as gerações futuras tenham acesso a um ambiente seguro e saudável" funciona como objeto direto do verbo "busca", não como seu sujeito.

QUESTÃO 98

Assinale a opção em que a proposta de reescrita do trecho "por terem historicamente contribuído mais" (sexto parágrafo) preserva a correção gramatical e os sentidos do texto 1A16.

- A) ao passo que contribuíssem mais historicamente
- B) em que pese terem historicamente contribuído mais
- C) desde que contribuam historicamente mais
- D) porquanto contribuíram mais historicamente
- E) devido sua maior contribuição histórica

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra D**.

A questão exige a identificação de uma reescrita que preserve tanto a correção gramatical quanto o sentido original da expressão "por terem historicamente contribuído mais", que apresenta valor causal — indica a razão, o motivo pelo qual algo ocorre.

A locução "por terem" expressa causa, equivalendo a "porque", "visto que", "uma vez que", "porquanto". Assim, a reescrita deve manter essa relação de causalidade e estar gramaticalmente correta.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois "ao passo que" introduz ideia de proporção ou contraste, não de causa, alterando o sentido original do trecho.

A alternativa B está incorreta, pois "em que pese" expressa concessão (equivalente a "embora", "apesar de"), sentido oposto ao causal presente no texto original.

A alternativa C está incorreta, pois "desde que" introduz condição, não causa, modificando substancialmente o sentido da passagem.

A alternativa D está correta, pois "porquanto" é conjunção causal que equivale a "porque", "visto que", preservando o sentido de causa presente em "por terem". A construção "porquanto contribuíram mais historicamente" mantém a correção gramatical e a relação semântica original.

A alternativa E está incorreta, pois apresenta erro gramatical: a expressão "devido a" exige a preposição "a" antes do complemento, devendo ser "devido à sua maior contribuição histórica". A ausência da preposição torna a construção incorreta.

QUESTÃO 99

No trecho "**Não obstante o conceito de ética**" (último parágrafo do texto 1A16), o segmento "**Não obstante o**" exprime a mesma circunstância que a expressão

A) a despeito do.

B) em detrimento do.

C) graças ao.

D) em consonância com o.

E) paralelamente ao.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra A**.

A questão aborda o valor semântico da locução "não obstante", que pertence ao campo das relações de concessão na língua portuguesa.

A expressão "não obstante" significa "apesar de", "ainda que", "embora", indicando que algo ocorre independentemente de um obstáculo ou circunstância contrária. Trata-se de uma locução concessiva que introduz uma ideia que poderia impedir a realização de outra, mas não impede.

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está correta, pois "a despeito de" é sinônimo de "não obstante", ambas expressando circunstância concessiva. Substituindo no trecho: "A despeito do conceito de ética" mantém o mesmo sentido de "Não obstante o conceito de ética".

A alternativa B está incorreta, pois "em detrimento de" significa "em prejuízo de", "em dano de", expressando ideia de prejuízo ou sacrifício, e não de concessão.

A alternativa C está incorreta, pois "graças a" expressa causa favorável, indicando que algo ocorreu por mérito ou benefício de outrem, sentido completamente diverso do concessivo.

A alternativa D está incorreta, pois "em consonância com" significa "em conformidade com", "de acordo com", expressando ideia de concordância ou harmonia, não de concessão.

A alternativa E está incorreta, pois "paralelamente a" indica simultaneidade ou correspondência entre elementos, sentido distinto da relação concessiva expressa por "não obstante".

QUESTÃO 100

Em "Há iniciativas, inclusive, que buscam apurar tais vulnerabilidades" (último parágrafo do texto 1A16), a forma verbal "Há" poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical, por

A) Existe.

B) Existem.

C) Acontece.

D) Ocorre.

E) Têm.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A questão aborda a substituição do verbo "haver" impessoal, empregado com sentido de "existir". Quando "haver" significa existência, ele é impessoal e permanece na terceira pessoa do singular, independentemente do termo que o acompanhe. Ao substituí-lo por verbos pessoais como "existir", estes devem concordar com o sujeito da oração.

Na frase original, "iniciativas" funciona como objeto direto de "há". Ao trocar por "existir", o termo "iniciativas" passa a ser sujeito, exigindo que o verbo vá para o plural: "Existem iniciativas".

Dessa forma, com base nos fundamentos acima transcritos, vejamos a análise dos itens:

A alternativa A está incorreta, pois "Existe" está no singular e não concorda com "iniciativas", que exige verbo no plural.

A alternativa B está correta, pois "Existem" concorda adequadamente com o sujeito plural "iniciativas", mantendo a correção gramatical e o sentido de existência presente no verbo "haver" original.

A alternativa C está incorreta, pois "Acontece" não preserva o sentido de existência e ficaria no singular, sem concordância com "iniciativas".

A alternativa D está incorreta, pois "Ocorre" apresenta os mesmos problemas: não concorda com o sujeito plural e altera o sentido da frase.

A alternativa E está incorreta, pois "Têm" exige sujeito que possua algo, alterando completamente a estrutura e o sentido da oração original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica)